Saúde
Bradesco Seguros avança em parcerias com grupos hospitalares para se consolidar na liderança do setor, diz Gontijo **B2**



Pix dos investimentos
CVM editou normas que regulamentam a portabilidade das aplicações financeiras **C8**



Infraestrutura
Agronegócio alavanca investimentos em terminais portuários, que deverão somar R$ 76 bi no período 2023/26 **B7**

Terça-feira, 27 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6074 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Vale anuncia Gustavo Pimenta como novo CEO

De São Paulo

A Vale anunciou ontem a escolha de Gustavo Pimenta, atual vice-presidente-executivo de Finanças e Relações com Investidores, como próximo presidente da companhia. O executivo, que substituirá Eduardo Bartolomeo, foi eleito pelo conselho de administração de forma unânime, "ao fim de rigoroso processo de seleção suportado por empresa de padrão internacional, em conformidade com o Estatuto Social da Vale, políticas corporativas, regulamento interno do colegiado e legislações aplicáveis", informou a empresa em fato relevante. Pimenta tem experiência nos setores financeiro, de energia e mineração, com carreira desenvolvida em mais de 20 anos no Brasil, EUA e Europa. **Página B2**

Receita de empresas abertas cresce, mas dólar e juro alto reduzem lucro

Conjuntura Resultado conjunto de 309 companhias diminuiu em 42,7%, apesar do cenário geral mais favorável, com melhora do faturamento e no operacional

Felipe Laurence
De São Paulo

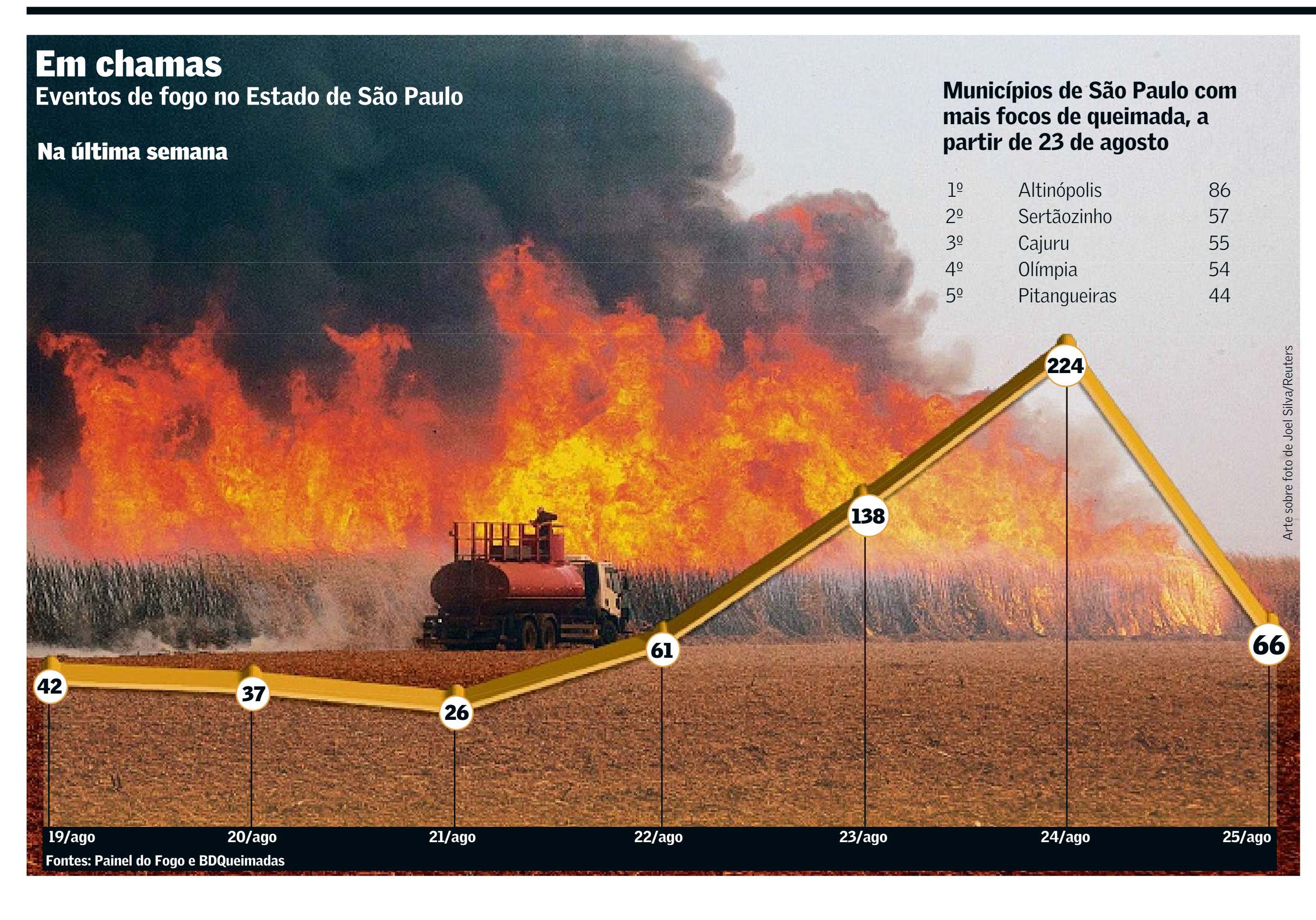
As empresas brasileiras de capital aberto mostraram bons resultados no 2º trimestre do ano, apoiadas em um cenário de consumo interno mais forte e maior receita com exportações, favorecidas pela desvalorização do real.

Ao mesmo tempo, a alta do dólar teve impacto importante no desempenho financeiro, uma vez que as dívidas em moeda estrangeira são corrigidas pela cotação no fim do trimestre, tirando o brilho da última linha do balanço. Este aspecto, no entanto, foi minimizado pelos analistas, por não ter impacto imediato no caixa. "É um efeito não caixa que vai se recuperando nas receitas", diz Carlos Eduardo Sequeira, diretor de pesquisa e sócio do BTG Pactual.

Levantamento do **Valor Data** com 309 empresas não financeiras mostra que o lucro líquido caiu 42,7% no período, para R$ 22,2 bilhões, apesar de as receitas terem avançado 10,5%, para R$ 925,5 bilhões, enquanto o lucro operacional cresceu 21,6%. Os dados excluem Petrobras e Vale, que por seu porte distorcem o quadro geral.

Fernando Ferreira, estrategista-chefe da XP, ressalta que olhar somente o lucro líquido não reflete uma melhoria tão grande, por causa de fortes prejuízos que algumas empresas tiveram devido à variação cambial e aos juros ainda elevados. As despesas financeiras dobraram em um ano, para R$ 80,8 bilhões, enquanto a margem bruta — que mostra a relação entre receita e custos de produção — teve alta de 1,2 ponto percentual, para 25,5%. "Nossa avaliação é que foi uma temporada muito boa. Houve inflexão nos fundamentos em vários setores, tanto domésticos quanto externos", diz Ferreira. Quase metade das empresas acompanhadas pela corretora superou as estimativas de lucro.

Levantamento do Itaú BBA mostra que mais de 60% das empresas domésticas mostraram tendência de expansão em receitas, Ebitda e lucro. Setores como bens de capital, varejo e telecomunicações foram os mais favorecidos. Olhando para o trimestre atual, analistas acreditam que os números continuam com tendência positiva. "Mesmo se a Selic subir em setembro, o juro médio ainda vai cair na comparação anual", diz Sequeira, do BTG. **Página B1**



Incêndios em SP causam perdas de ao menos R$ 1 bi; quatro suspeitos são presos

De São Paulo e Brasília

A onda de incêndios que afetou dezenas de cidades paulistas gerou prejuízo estimado de R$ 1 bilhão aos produtores rurais, segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Apenas para o setor de cana, as perdas são de aproximadamente R$ 350 milhões. A Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil considera impactos como queda de produtividade, queima de cana-de-açúcar, morte das mudas de rebrota e custos com insumos para manejo.

Os incêndios não podem ser atribuídos neste momento a uma ação criminosa articulada, disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Embora quatro pessoas tenham sido presas por provocar queimadas em diferentes cidades do interior do Estado, apurações iniciais não apontam relação entre os suspeitos, segundo o governador. Ainda "é difícil estimar" o valor total dos prejuízos, mas já é possível garantir que os estragos são grandes, afirmou.

Para o cientista Carlos Nobre, especialista em clima reconhecido internacionalmente, o tempo seco que atinge São Paulo e outros Estados não pode ser, por si só, um quadro capaz de propagar grandes quantidades de focos de incêndio. Nobre suspeita de ações criminosas por trás das queimadas. **Páginas A2, A14 e B8**

Destaques

Bracell estuda fábrica de R$ 20 bi
A Bracell, controlada pela Royal Golden Eagle (RGE), deu início aos estudos de viabilidade para construção de sua terceira fábrica de celulose no país, em Mato Grosso do Sul. O investimento estimado no projeto é de R$ 20 bilhões. **B3**

Expansão da Sabesp
O presidente da Equatorial Energia, Augusto Miranda, diz em entrevista ao **Valor** que pretende se valer da presença da empresa em outros Estados para impulsionar a expansão da Sabesp no país. **B3**

Desigualdade
Em 2023, o Brasil reduziu a extrema pobreza em 40%, mas as desigualdades estruturais continuam gritantes. O rendimento médio mensal do 1% mais rico passou de 30,8 vezes para 31,2 vezes o dos 50% mais pobres. **A6**

Indicadores

Ibovespa	26/ago/24	0,94 % R$ 20,7 bi
Selic (meta)	26/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	26/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	26/ago/24	5,4915/5,4921
Dólar comercial (mercado)	26/ago/24	5,4916/5,4922
Dólar turismo (mercado)	26/ago/24	5,5170/5,6970
Euro comercial (BC)	26/ago/24	6,1302/6,1314
Euro comercial (mercado)	26/ago/24	6,1280/6,1286
Euro turismo (mercado)	26/ago/24	6,1968/6,3768



'Venture capital' volta a ganhar fôlego no país

Liane Thedim
Do Rio

O Brasil teve crescimento significativo no investimento feito por fundos de "venture capital" (que miram startups com potencial de crescimento rápido) no segundo trimestre de 2024, atingindo US$ 816,8 milhões, segundo a KPMG. Foi o maior valor desde o terceiro trimestre de 2022 e mais que o dobro do registrado no primeiro trimestre deste ano. As empresas do setor financeiro ("fintechs"), de energias alternativas ("cleantechs") e da área de saúde ("healthtechs") ficaram com os maiores volumes de captação.

No entanto, as gestoras vêm sofrendo com pouca liquidez e sendo pressionadas por retornos mais rápidos, ainda administrando o volume recorde levantado em 2021 e 2022. A captação de "venture capital" no mundo caiu de US$ 90 bilhões no primeiro semestre de 2023 para US$ 83 bilhões no mesmo período deste ano e, segundo a KPMG, caminha para um recorde de baixa. "Os fundos têm dificuldade de captar recursos por causa dos juros altos ao redor do mundo", diz Carolina de Oliveira, líder de "private enterprise" da consultoria no Brasil e na América do Sul. **Página C1**

Membro de órgão eleitoral denuncia falhas na Venezuela

Agências internacionais

Após o Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela considerar válido o resultado divulgado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que declarou Nicolás Maduro o vencedor da eleição presidencial, Juan Carlos Delpino Boscán, membro do CNE, denunciou irregularidades no processo eleitoral. As declarações, em entrevista ao "The New York Times" e via emissão de um documento, foram as primeiras de um integrante do conselho apontando problemas no pleito. Em esforço paralelo, a oposição reuniu e publicou mais de 80% das atas eleitorais, cujos resultados indicam a vitória do opositor Edmundo González Urrutia. **Página A11**

Saúde



Professor titular do Instituto de Psicologia da USP, Christian Dunker afirma que vivemos uma crise global de saúde mental. "Tem diminuído o investimento, apesar do aumento da preocupação." Valor Setorial - Saúde

Big techs: Cade investiga compra de startups de IA

Guilherme Pimenta e Ivone Santana
De Brasília e São Paulo

A Superintendência-Geral do Cade instalou quatro procedimentos para apurar a aquisição de startups por "big techs", como Amazon, Microsoft e Google. Abertos nas últimas semanas, os processos investigam a compra da Anthropic pela Amazon, da Mistral AI e da Inflection AI pela Microsoft e da Character AI pelo Google. Caso o Cade entenda que houve conclusão dos negócios sem observar a notificação ao órgão, as empresas poderão responder a processos administrativos e pagar multas, além de terem de submeter os casos para análise. **Página B5**

Momento decisivo para a indústria brasileira de gás natural
Antonio Alban A12

O mundo nunca precisou tanto de passado
Nizan Guanaes B2

INÊS 249

O caótico trânsito de São Paulo clama por reforma



Pedro Cafardo

A campanha eleitoral avança nos municípios e, com perdão dos leitores não paulistanos, é preciso falar sobre "triviais" problemas pouco abordados pelos candidatos a prefeito de São Paulo. Claro que eles devem apresentar seus projetos principalmente para áreas essenciais, como educação, habitação, saúde e segurança.

Existe, porém, uma área quase abandonada na megacidade: o caótico sistema de trânsito de veículos. Com razão, as últimas administrações cuidaram preferencialmente, pelo menos no discurso, do transporte coletivo, dos corredores de ônibus, por exemplo, que também chegaram pouco às periferias. Um bom marqueteiro eleitoral, porém, diria que não é recomendável esquecer que milhões de paulistanos usam transportes individuais, sejam próprios, sejam uberizados, em razão da deficiência dos públicos.

O trânsito caótico da cidade de 11,5 milhões de habitantes clama por reforma ampla desse sistema. Com algum investimento — não muito para um município que chegou a ter mais de R$ 30 bilhões em caixa na atual administração —, aliado a soluções inovadoras e inteligência humana ou artificial, seria possível melhorar bastante a mobilidade urbana.

De novo, não se está aqui tentando dizer que as atenções principais devem ser voltadas ao transporte individual. Propõe-se que o automóvel e outros meios individuais não sejam considerados apenas poluidores execráveis do século passado, até porque eles também estão se modernizando ambientalmente (elétricos e híbridos a etanol) e continuam sendo responsáveis por mais de 20% do transporte na metrópole, enquanto 47% das pessoas usam ônibus diariamente.

Cuidar disso, com planejamento, é tarefa dos engenheiros municipais, mas há obviedades que qualquer cidadão observa.

Em tempos de IA, semáforos inteligentes são uma raridade e os poucos instalados, com moldura amarela, parecem "burros": fecham por longos minutos para ruas cheias de veículos e abrem mais tempo para vias "desertas". Em algumas cidades, como o Rio, a inteligência artificial já está sendo usada para reduzir o tempo de espera nos semáforos. São Paulo, a metrópole mais rica do país, nem engatinha nessa área.

Há normas de trânsito claramente autoritárias e desnecessárias, que parecem feitas por sádicos para punir os veículos. Elas só prejudicam a circulação viária. Não se justifica, por exemplo, a proibição de conversões à direita com sinal fechado, tema que já entrou nos debates dos candidatos. Em grandes cidades do mundo, os sinais impedem a travessia, mas não a conversão à direita, desde que seja feita com cuidado e dando preferência ao pedestre. Lá fora, essas proibições costumam ser exceção, aplicadas apenas em cruzamentos com muito movimento de pedestres, mas em São Paulo são a regra. Essas conversões ajudam a desobstruir o trânsito.

Da mesma forma, não há razão para proibições de conversões à esquerda em largas avenidas com canteiros centrais. São manobras simples, facilitadas por recuos nos canteiros, que em São Paulo são adotadas excepcionalmente.

Sem nenhuma necessidade, São Paulo tem um número enorme de ruas com mão única, muitas delas vias secundárias em bairros e sem trânsito o dia todo. Com mão dupla, abririam caminhos alternativos às sempre congestionadas avenidas. Quando autoridades de trânsito percebem que algumas vias alternativas estão sendo muito usadas, apressam-se em criar conversões proibidas ou mudar a mão da rua, não raro por pressão de moradores influentes, que não gostam de ter trânsito em sua rua.

São Paulo está cheia de obras, a maioria de prédios particulares, e de caminhões de material de construção estacionados em fila dupla que praticamente param o trânsito, ocupam as calçadas e emporcalham as vias públicas. As calçadas, aliás, são o retrato mais horroroso e deprimente da metrópole. São Paulo precisa de um plano urgente de redesenho e reconstrução de calçadas, talvez com algum estímulo fiscal para moradores e comerciantes que ocupam os imóveis.

Esses são alguns exemplos para ressaltar que o próximo prefeito precisa fazer uma reforma ampla no sistema de trânsito urbano — sem grandes dispêndios em obras, apenas com inteligência e planejamento. Algo que faça o trânsito fluir melhor até que um dia tenhamos na cidade um transporte público sustentável e com menos impacto ambiental, suficiente para tirar das ruas milhões de veículos particulares. A ideia de privilegiar os meios coletivos, que é correta, não deve levar gestores das cidades a ignorar, odiar ou punir automóveis, caminhões, motocicletas ou bicicletas, que estarão nas ruas ainda por décadas.

Sem essa reforma e sem um amplo programa de educação de trânsito que difunda a ideia da generosidade, São Paulo continuará sendo um palco tenebroso, onde se revezam congestionamentos monumentais e mortes no trânsito.

Deboche outra vez?

Os mais velhos se lembram: em 1958, um rinoceronte chamado Cacareco veio do Rio para o zoológico de São Paulo e virou uma espécie de celebridade na cidade. Com a fama do animal, os cariocas tentaram "repatriar" o Cacareco a qualquer custo e essa disputa virou discussão nacional.

São Paulo ficou com o bicho e, como se aproximava a eleição municipal de 1959, alguém teve a ideia da lançar a candidatura do Cacareco para vereador. Descrentes da classe política, os paulistanos votaram em massa no rinoceronte, que foi "eleito" vereador com mais de 100 mil votos. Sozinho, teve mais votos que o principal partido da época na cidade, o PSP de Ademar de Barros (1901-1969).

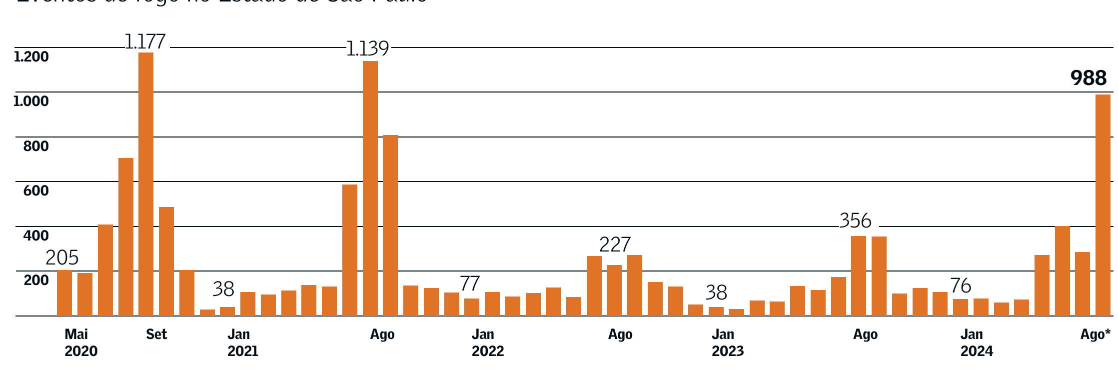
Aquilo foi uma eleição de deboche, fruto da descrença dos eleitores da época nas instituições políticas. Mas cacarecos e deboches não foram e não são solução para os problemas de São Paulo.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

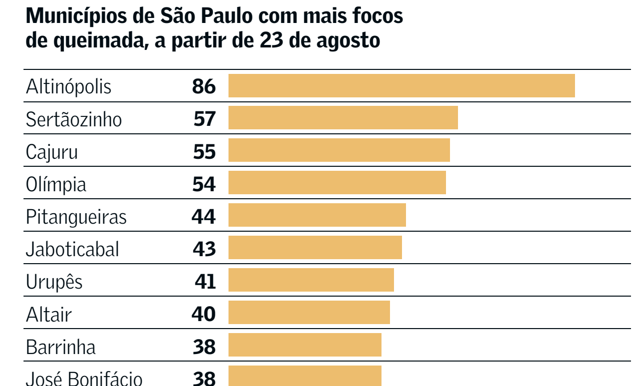
Ambiente Governador Tarcísio de Freitas não vê, por ora, ação coordenada em queimadas que já são a pior no Estado desde pelo menos 1998

SP prende quatro por incêndios e estima perda superior a R$ 1 bi

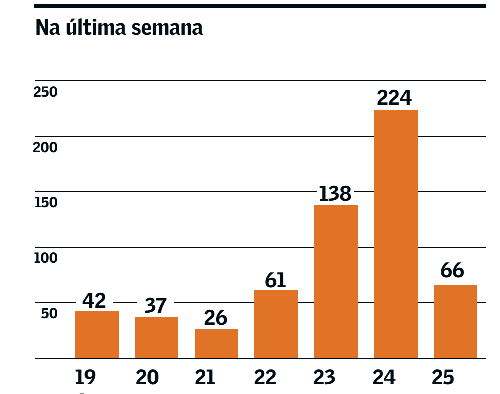
Em chamas
Eventos de fogo no Estado de São Paulo



Municípios de São Paulo com mais focos de queimada, a partir de 23 de agosto



Na última semana



Fontes: Painel do Fogo e BDQueimadas. *até o dia 25

De São Paulo

A série de incêndios que atingiu dezenas de cidades paulistas não pode ser atribuída neste momento a uma ação criminosa articulada, disse nesta segunda-feira (26) o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Embora quatro pessoas tenham sido presas por provocar queimadas em diferentes cidades do interior do Estado, apurações iniciais não apontam relação entre os suspeitos.

Segundo ele, ainda "é difícil estimar" o valor total dos prejuízos, mas já é possível garantir que os estragos são grandes. "Eu diria que esses prejuízos vão passar a casa de R$ 1 bilhão, seguramente. É muito triste ver todo esforço jogado fora. É a perda da matéria orgânica, daquilo que garante a produtividade. Em alguns locais, tínhamos lavouras em que estava havendo renovação da cana. Em outras, já haviam colhido a cana e tínhamos os brotos para a próxima safra", disse à GloboNews.

As prisões em flagrante ocorreram em cidades de Guaraci, São José do Rio Preto e Batatais, próximas a Ribeirão Preto, onde estão as áreas mais afetadas pelo fogo. Inquéritos policiais foram abertos para investigar os casos. "Até aqui não conseguimos constatar nenhum tipo de relação entre essas pessoas, ou envolvimento coordenado", disse o governador.

Tarcísio também citou uma "combinação explosiva" de eventos climáticos que podem ter levado ações criminosas pontuais e isoladas e até mesmo acidentais, como fogueiras e bitucas de cigarro, a se transformarem em queimadas gigantescas.

"Estamos em uma situação muito severa de estiagem, situação que já vinha comprometendo safras, temos municípios em situação de emergência, com racionamento de água", comentou o governador, citando as cidades de Pitangueiras e Bauru.

A série de incêndios em cidades do interior paulista provocou duas mortes e dezenas de feridos, além de causar acidentes de trânsito, interrupção de aulas e lotação de hospitais para atender pacientes com problemas respiratórios. Balanço da Defesa Civil da manhã desta segunda-feira apontava 34 mil hectares de área queimada em 14 regiões. Não havia focos ativos de incêndio, mas 48 municípios estavam em alerta máximo para queimadas.

A Polícia Civil acionou o seu serviço de inteligência que atua em Ribeirão Preto na tentativa de auxiliar às investigação sobre os incêndios que afetaram a região na última semana. Vídeos também estão sendo analisados com o objetivo de filtrar as apurações. Um dos focos dos trabalhos é chegar aos responsáveis pelo fogo e descobrir se eles agiram sozinhos ou a mando de outras pessoas.

São Paulo teve o mês mais incendiário desde que o monitoramento do fogo por satélite se iniciou no país, em 1998. Até domingo (25), havia registros de 3.482 no Estado no mês. O recorde anterior havia sido agosto de 2010, ano de uma grande estiagem na qual São Paulo teve 2.444 focos em agosto.

Os números são do satélite Aqua, da Nasa, que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais usa como referência para séries históricas de dados. Entre os cinco municípios que mais sofreram com os incêndios, três estão na região de Ribeirão Preto (Pitangueiras Altinópolis e Sertãozinho), um na de Bauru (Ibitinga) e um na de São José do Rio Preto (Olímpia).

Dados coletados por satélites e radares mostram que a explosão de queimadas entre a quinta-feira (22) e o sábado (24) em São Paulo ocorreu fora do pico climático propício para fogo em vegetação no Estado. Nesses dias, foram 2.621 focos de queimadas, 57% a mais que a soma das registradas nos anos inteiros de 2022 e 2023.

Segundo o professor Humberto Barbosa, coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite da Universidade Federal de Alagoas, os dados meteorológicos apontam que o momento mais propício para o fogo ocorreu há cerca de um mês, o que reforça a ideia de que houve uma ação humana coordenada para deflagrar os incêndios.

"Os dados de clima e queimadas não batem, há uma dinâmica fora do padrão. Se fosse fogo natural, teríamos o pico no final de julho, não agora", afirma. ***(Com "O Globo" e agências de notícias)***

Ver também páginas A14 e B8

"Esses prejuízos vão passar a casa de R$ 1 bilhão, seguramente"
Tarcísio de Freitas

Situação vai seguir crítica no país por mais 2 meses, alerta Ibama

Julia Lindner
De Brasília

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Rodrigo Agostinho, afirmou que as queimadas no país representam um cenário "difícil" e "bem complicado". A situação, de acordo com ele, deve continuar crítica pelos próximos dois meses em função da seca em diferentes regiões

Segundo ele, o órgão cogita pedir reforço de aeronaves para combater focos de incêndio, que devem piorar especialmente no bioma do Pantanal, e intensificar a fiscalização na Amazônia.

"A seca deve perdurar pelos próximos dois meses. Não sabemos quando ela acaba. Estamos com uma massa fria que conseguiu entrar pelo Sul e deve se esgotar na quarta-feira (28). Na quarta-feira está entrando uma nova onda de calor muito forte no Brasil, que vai ajudar a dispersar a fumaça", declarou o presidente do Ibama ao **Valor**.

"Ao mesmo tempo que teremos uma melhora na condição da qualidade do ar em algumas cidades, provavelmente em Brasília e São Paulo, também teremos uma maior dificuldade no combate ao fogo. É um cenário difícil, é um cenário bem complicado. Estamos nos reorganizando o tempo todo", acrescentou.

Sobre a origem dos incêndios, Agostinho disse que prefere evitar especulações, mas garantiu que todos tiveram "causa humana". "Nós observamos pelo sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que nenhum foco de incêndio foi causado por raios. Ou seja, todos os focos estão tendo causa humana, alguém coloca [fogo]. A causa é que não sabemos, não sabemos a motivação."

Na avaliação do presidente do Ibama, as motivações podem ser distintas a depender da região, incluindo desmatamento, vinganças de ex-funcionários ou até mesmo "sadismo". Ele acrescenta que, no caso de São Paulo, chama a atenção o fato de a maior parte dos incêndios ter ocorrido na mesma época e praticamente ao mesmo tempo. A Polícia Federal já abriu 31 inquéritos para apurar a situação em todo o País e quatro pessoas foram presas.

Segundo Agostinho, há receio especialmente sobre o impacto da nova onda de calor no Pantanal a partir desta semana. "A onda de calor vai passar por cima do Pantanal, então estamos com bastante medo. Aquela região vai acabar tendo temperaturas provavelmente superiores a 40 graus", afirmou.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Infraestrutura Governo diz que iniciativa vai gerar 3 milhões de empregos; especialistas temem caráter intervencionista da regulamentação

Política de transição de energia promete mobilizar R$ 2 tri

Rafael Bitencourt, Murillo Camarotto e Renan Truffi
De Brasília

O governo federal aprovou nesta segunda-feira a Política Nacional de Transição Energética (PNTE) em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Acompanhado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) anunciou que a iniciativa federal deve mobilizar R$ 2 trilhões em investimentos na economia "verde" e gerar 3 milhões de empregos em uma década.

A reunião do CNPE foi presidida por Silveira e acompanhada por outros ministros, entre eles Fernando Haddad (Fazenda). O governo quer, com a proposta, poder articular diferentes programas federais voltados para inserir o Brasil na economia de baixo carbono.

Em apresentação em auditório lotado, o secretário nacional de transição energética e planejamento, Thiago Barral, indicou que o PNTE vai dialogar com estratégias de transição energética já anunciadas por outros ministérios, como o Plano Clima (MMA), a Nova Indústria Brasil (Mdic) e o Plano de Transformação Ecológica (Fazenda).

Barral explicou que o Brasil, apesar de bem-posicionado na oferta de energia renovável, também tem o desafio de reduzir as emissões de gases de efeitos estufa (GEE) e duplicar (ou até triplicar) a oferta de energia "limpa".

As medidas para ampliar a oferta e reduzir o preço do gás natural para a indústria brasileira estão entre os pontos mais criticados da regulamentação.

Na avaliação de especialistas, há risco de que a regulamentação tenha caráter intervencionista e represente quebra de contrato. A previsão de novas atribuições para Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que tem quadro de profissionais defasado, é outro ponto de preocupação de analistas ouvidos pelo **Valor**.

Em conversa com jornalistas após o anúncio oficial, Silveira negou que o decreto, que estabelece a diretriz de alinhamento dos parâmetros de preços do transporte de gás natural no Brasil às práticas internacionais, dará instrumento para ANP impor a redução de preço no serviço de transporte de gás.

Segundo ele, boa parte da norma proposta já está na legislação vigente e somente será aplicada com base em estudos técnicos.

"O decreto é completamente convergente com a Lei do Gás. Nós estamos conscientes de que um decreto não pode, em hipótese alguma, confrontar uma lei. Isso seria ilegal e, em alguns casos, até inconstitucional", afirmou o ministro, reconhecendo que a reação negativa vem de "interesses contrariados".

O decreto, conforme antecipou o **Valor** no último sábado, busca aplicar o conceito de "remuneração justa e adequada" para os detentores de infraestrutura de escoamento, processamento, transporte de gás e gasodutos. Este critério deverá ser levado em consideração pela ANP ao regular parâmetros de custos de operação, investimentos e taxas de retorno ao investidor. Isso, na visão do ministro, poderá assegurar a competição, com melhores condições de acesso aos gasodutos.

Outra medida que gerou desconfiança no mercado envolve o nível de reinjeção de gás natural nos poços. O ministro manifesta, desde que assumiu o posto, seu descontentamento com o fato de as petroleiras no Brasil devolverem ao subsolo mais de 40% do gás associado à produção de petróleo.



RICARDO STUCKERT / PR

"Um decreto não pode, em hipótese alguma, confrontar uma lei" *Alexandre Silveira*

Segundo ele, se reduzir este patamar para 30%, já haveria um aumento expressivo da oferta de gás no mercado interno.

"O gás é uma política pública e, por isso, o presidente Lula destacou hoje [ontem] que esse é um momento histórico, que isso é discutido no Brasil desde o seu primeiro mandato, em 2003, e nunca se chegou a um decreto com tanto vigor de uma política quanto à do Gás para Empregar."

A decisão do governo considera o diagnóstico de que gás natural é um "insumo crucial" para a competitividade da indústria brasileira, principalmente para setores químico e de fertilizantes. No discurso, Lula reclamou do preço elevado do gás natural e disse que a Petrobras não tem direito de queimar o volume excedente, prática assumida antigamente e vem sendo substituída pela reinjeção.

Silveira destacou que o novo modelo de comercialização do gás natural que será assumido pela estatal PPSA também não representa prejuízo ao ambiente de negócio do setor.

Criada para representar a União nos contratos do pré-sal, comercializando óleo recebido como pagamento no mercado internacional, a empresa pública passará a vender o gás extraído nas unidades de processamento na costa brasileira — atualmente, o gás é vendido apenas na "boca do poço" em alto mar. Outra possibilidade é a troca (swap) do óleo da União por gás natural para ajudar a abastecer a indústria.

Ministro prevê mais que triplicar ajuda à baixa renda

De Brasília

O pacote de medidas anunciado ontem pelo governo incluiu uma expansão significativa do Auxílio Gás, programa federal que ajuda famílias de baixa renda a comprarem gás de cozinha. De acordo com os dados apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o número de beneficiados passará dos atuais 5,6 milhões para 20,8 milhões em dezembro de 2025, alta de 271%.

Rebatizado de "Gás para Todos", o programa terá regras diferentes da versão atual. As famílias terão acesso direto ao botijão, por meio de cadastro em um aplicativo que está sendo desenvolvido pela Caixa Econômica Federal. Com as condições aprovadas, a retirada será feita em pontos de revenda que receberão o pagamento diretamente do banco, sem qualquer custo para os beneficiários.

Atualmente, o público inscrito no Cadastro Único do governo federal e com renda familiar mensal menor ou igual a meio salário mínimo por pessoa, entre outras condições, recebe o auxílio. Os pagamentos são realizados a cada dois meses, em consonância com o calendário do Bolsa Família e com valor correspondente ao botijão de 13 quilos.

Custo anual do programa passará dos atuais R$ 3,7 bilhões para R$ 13,6 bilhões

Segundo o ministro, o valor do botijão adotado no programa será calculado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) e considerará variáveis econômicas e regionais. A ideia é que uma espécie de "teto" regional seja estabelecido, explicou o secretário nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Pietro Mendes.

O custo do programa, que hoje está em torno de R$ 3,7 bilhões por ano, passará a R$ 13,6 bilhões anuais a partir de 2026. Para o ano que vem, quando começará a ser implementado, a estimativa é de um custo em torno de R$ 5 bilhões, afirmou Mendes. A fonte dos recursos será o Fundo Social, que é abastecido com a arrecadação referente à produção de petróleo e gás do pré-sal.

"Será o maior programa de acesso a cozimento limpo do mundo", afirmou o ministro durante a solenidade, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos impulsionar o cozimento limpo e a substituição da lenha, preservando a saúde de mulheres e crianças."

Lula, por sua vez, criticou o preço cobrado pela Petrobras "A gente [governo] é obrigado a fazer política social. Quando fazemos política de gás, é porque o gás, hoje, tem de ser instrumento da cesta básica do povo brasileiro, que muitas vezes não consegue comprar o botijão, que sai da Petrobras a R$ 36 e é vendido em alguns Estados a R$ 140." *(MC e RB)*

Mercado tem ressalvas a decreto

Robson Rodrigues e Fábio Couto
De São Paulo e do Rio

O quadro defasado de profissionais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os riscos de intervenção no mercado de gás natural e dúvidas relativas à governança do segmento são alguns dos pontos levantados por especialistas ouvidos pelo **Valor** sobre a minuta do decreto que regulamenta a chamada Nova Lei do Gás.

O arcabouço legal tem o objetivo de aumentar a oferta do insumo e reduzir os preços. O decreto deve ser publicado na edição desta terça-feira (27) do "Diário Oficial da União", mas essa minuta do documento circula no mercado desde sexta-feira, sobre a qual os especialistas comentaram a respeito das medidas a serem adotadas.

Até a conclusão desta edição, o governo não havia divulgado o texto final com o teor oficial do decreto. Aprovado na reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e assinado em cerimônia realizada horas depois, o documento é resultado do programa Gás para Empregar. Ele é mais uma tentativa do governo de oferecer aos consumidores um gás natural mais barato, o que não conseguiu em outras ocasiões. De acordo com a minuta, haverá, entre outras coisas, uma nova regra para as etapas de escoamento e tratamento do gás, que terão preços regulados pela ANP, além de buscar reduzir a reinjeção do insumo pelas petroleiras nos poços.

Na avaliação do diretor de infraestrutura da Alvarez & Marsal, Rivaldo Moreira Neto, a ANP já tem uma atividade enorme de implementar e regulamentar tudo o que é necessário no setor e o decreto aumenta ainda mais as incumbências da agência. "O decreto traz uma linha de dúvida, de incerteza e grande risco, enquanto sua implementação enfrenta desafios consideráveis, especialmente em uma realidade em que o órgão regulador já está bastante soterrado de tarefas."

A ex-secretária de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME) e presidente da Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), Renata Isfer, também não vê hoje como a ANP terá condições de lidar com as novas atribuições. "Da forma como está hoje, não tem condições. Já não terminamos a Lei do Gás, tem Programa Combustível do Futuro, colocar mais isso é difícil", afirmou a executiva.

Para uma fonte do setor, caso saia conforme a minuta, o decreto terá caráter intervencionista e poderá não surtir no mercado os efeitos esperados pelo governo. Ao estabelecer que a ANP vai rever os planos de desenvolvimento dos campos de gás, o decreto criaria insegurança jurídica ao atuar diretamente sobre os contratos de concessão, segundo a fonte. Em paralelo, afirma, as empresas terão que parar a produção de petróleo para atender às eventuais novas metas de reinjeção que venham a ser estabelecidas. "O efeito nos preços não vai ser imediato e ainda pode desestimular investimentos", disse.

Alexandre Calmon, sócio do Campos Mello Advogados, lembrou que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sinalizou que a redução da reinjeção tende a valer a partir dos novos projetos. Para ele, as medidas propostas são necessárias e o MME pretende usar empresas que garantem uma atuação mais ativa da pasta no mercado, como a Pré-Sal Petróleo (PPSA) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Por ser um órgão técnico, a dúvida recai sobre como seria a atuação da EPE na elaboração dos planos de infraestrutura. Da mesma forma, a criação de um comitê de monitoramento do setor de gás, nos moldes do que já existe para o setor elétrico, também é algo que requer atenção, avalia Calmon.

Os grandes consumidores industriais estão otimistas de que o decreto do programa Gás para Empregar poderá aumentar a oferta de gás natural no mercado, já que estabelece novas regras para as etapas de escoamento e tratamento do gás, além de definir critérios de precificação e de reinjeção, o que pode estimular o setor.

Adrianno Lorenzon, diretor de gás da Abrace, associação que representa os grandes consumidores livres de energia, aponta alguns encaminhamentos importantes, como a reinjeção, acesso a gasodutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de gás natural liquefeito (GNL), que o setor chama de infraestrutura essencial, e a participação da EPE na elaboração de um plano integrado de infraestrutura.

"Parece que esses são os três principais pilares ali no decreto, além da resolução do CNPE, nos parece que vai focar na questão da PPSA, da forma de comercialização do gás na União. Então, juntando o decreto mais a resolução do CNPE [que permite a venda direta de gás natural ao mercado], nos parece que esses seriam os pilares que eles estão tentando atacar", diz Lorenzon.

Maria João Rolim, sócia do Rolim Goulart Cardoso Advogados, pondera que em mercados competitivos têm que se trabalhar numa lógica de não intervenção na regulação de preço. "O mercado tem que aumentar a competição e tem mecanismos próprios para se adaptar e para refletir também o preço das commodities de uma forma real. Não é mexendo no preço que você vai resolver a questão da volatilidade do mercado, que é volátil mesmo."

Outra resolução do CNPE abre espaço para que a PPSA venda diretamente volumes de gás natural que pertencem à União, no âmbito dos contratos de partilha de produção de campos do pré-sal. Segundo a PPSA, a medida permite à estatal contratar infraestrutura para escoar e processar o gás natural da União. A PPSA pretende assinar "em breve" um contrato para uso de instalações da Petrobras, de modo que ela possa iniciar a venda do gás na saída desses ativos a partir de janeiro de 2025. Hoje, a PPSA vende o gás da União na saída das plataformas em produção, o que segundo a empresa, restringe a competitividade.



DIVULGAÇÃO

"Não vejo como a ANP vai ter condições de lidar com isso tudo" *Renata Isfer*

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
No prazo legal				
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Políticas públicas Relatório aponta avanços em políticas públicas, ao mesmo tempo em que desigualdade de gênero e racial persiste

Brasil vê pobreza cair e renda ficar mais concentrada no topo

Marsílea Gombata
De São Paulo

No último ano, o Brasil conseguiu reduzir a extrema pobreza em 40%, mas manteve desigualdades estruturais praticamente inalteradas. Segundo o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, que será divulgado nesta terça-feira 27, a desigualdade de renda continuou em patamar elevado no Brasil, com leve alta: o rendimento médio mensal per capita do 1% mais rico passou de 30,8 vezes para 31,2 vezes o dos 50% mais pobres.

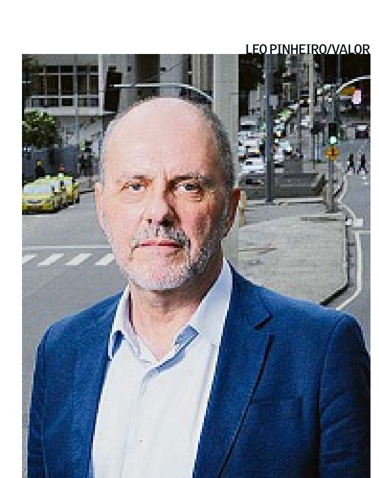
A tributação de renda teve pouca alteração, permanecendo progressiva até a faixa de dez a 15 salários mínimos, e regressiva desse patamar para cima. O documento ressalta, contudo, que houve leve aumento na alíquota para aqueles que ganham mais de 320 salários mínimos, de 5,4% em 2021 para 7,9% em 2022 — dado mais recente fornecido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

Além de dados da Receita, o relatório do Observatório ligado ao Pacto pelo Combate às Desigualdades — iniciativa liderada pela Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD) — foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) com base em estatísticas de órgãos como IBGE e Ministério da Saúde. Os indicadores foram compilados por instituições que englobam o pacto, como Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números mostram que, além da queda de 40% na proporção de pessoas na extrema pobreza, sendo maior entre mulheres negras, houve redução de 20% do desemprego e ganho real de 8,3% no rendimento médio de todas as fontes, sendo maior dentre as mulheres.

Algumas das outras melhoras no período são maior proporção de mulheres negras de 18 a 24 anos cursando o ensino superior (de 17,1% em 2022 para 19,2% em 2023), menor proporção de nascidos vivos de mães com até 19 anos de idade (de 13,6% a 11,8%), e redução no desmatamento em áreas indígenas e unidades de conservação.

LEO PINHEIRO/VALOR



"Enfrentar essas desigualdades não é fácil. Privilégios estão arraigados" *Clemente Ganz*

Mas os dados mostram, por outro lado, crescimento na proporção de crianças indígenas desnutridas, de alta de 16,1% entre meninos indígenas e 11,1% entre meninas indígenas, entre 2022 e 2023, aumento na proporção de mortes por causas evitáveis e da mortalidade infantil, que passou de 11,9 óbitos para cada 100 nascidos vivos em 2021 para 12,6 em 2022 — último dado disponível.

"Os indicadores de 2023 mostram um impacto positivo na direção de mobilidade social ou sobre a incidência de algumas políticas públicas. Mostram que, diferentemente de 2022, após quatro anos de processo de desmonte das políticas, agravamento da pobreza, fome, desigualdade, vemos o efeito de políticas sociais, da dinâmica virtuosa da economia e do mercado de trabalho", diz Clemente Ganz, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, ligado à Presidência da República.

"Mas o relatório mostra também continuidade da estrutura no mundo dominado pela dinâmica financeira, da riqueza deslocada da base material, ou seja, aquela que cresce independentemente de o PIB crescer. No topo do 0,1% mais rico, a renda cresce muito mais, o que demonstra a necessidade de algumas políticas específicas para mudar isso."

Ele cita como exemplos de políticas necessárias a industrialização, que tem impacto sobre o modelo produtivo, e modificações na estrutura tributária.

"Seria importante que permitissem tributar corretamente renda e riqueza e taxar mais pessoas físicas e menos jurídicas, para que possam estimular a atividade produtiva", afirma Ganz, ao ressaltar a importância de maior progressividade da taxação em todas as faixas de renda.

Ganz acrescenta ainda outras medidas como a reforma tributária da renda, a taxação internacional dos super ricos e a tributação sobre grandes fortunas, mais custosas politicamente. "Enfrentar essas desigualdades não é fácil. Os privilégios estão arraigados", diz.

O documento ressalta também a persistência de outras desigualdades, como de gênero e racial, ao mostrar que a maior proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar é a de mulheres negras, o rendimento médio mensal de mulheres negras representa 42% do recebido por homens não negros, e a taxa de desemprego entre elas chega a 11,5%, acima dos 5,2% para homens não negros.

O relatório faz um balanço e mostra que, dos 42 indicadores monitorados pelo Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, 44% tiveram melhora, na direção de redução das desigualdades, no último ano, 21% tiveram piora e 14% apresentaram pouca ou nenhuma oscilação. Outros 21% não tiveram atualização disponível.

O documento, que será divulgado nesta terça-feira em cerimônia no Congresso, marca um ano desde o lançamento do pacto. A iniciativa, que nasceu com apoio de uma Frente Parlamentar Mista contra a Desigualdade (com membros da Câmara e do Senado) e do conselho ligado à Presidência da República, quer trabalhar também junto aos ministérios.

"Faremos uma visita a cada ministério para apresentar o relatório e estabelecer um diálogo com eles a partir desses dados [do documento]. Não é que os ministérios não conheçam os números, mas, nós, enquanto representantes da sociedade civil, podemos pautar com mais força temas sensíveis junto eles", diz Marília Assis, coordenadora de articulação institucional e de políticas públicas da Fundação Tide Setubal.

A socióloga Neca Setubal, presidente da Fundação Tide Setubal e uma das idealizadoras do pacto, alerta que corremos o risco de se perpetuar como um país de desigualdades estruturais e compara a iniciativa a um chamado final.

"Ficamos lutando contra a maré, mas não podemos desistir, ou a desigualdade pode chegar a um 'ponto de não retorno'", afirma, em alusão à expressão utilizada para se referir a danos climáticos irreversíveis.

"Estamos próximos de chegar a um ponto de não retorno social, quando filhos da elite vão estudar em universidades fora do país e não retornam, como ocorreu na Venezuela ou na Colômbia. E temos um papel para não deixar isso acontecer. A desigualdade não é uma questão dos pobres, mas da sociedade brasileira."

Participação

Nesse movimento, o engajamento do empresariado é fundamental, afirma Ganz. "Primeiramente, o setor empresarial tem como investir na sua capacidade de produzir, ampliando-a e gerando mais empregos, produto e renda, o que é fundamental para enfrentar a desigualdade", diz.

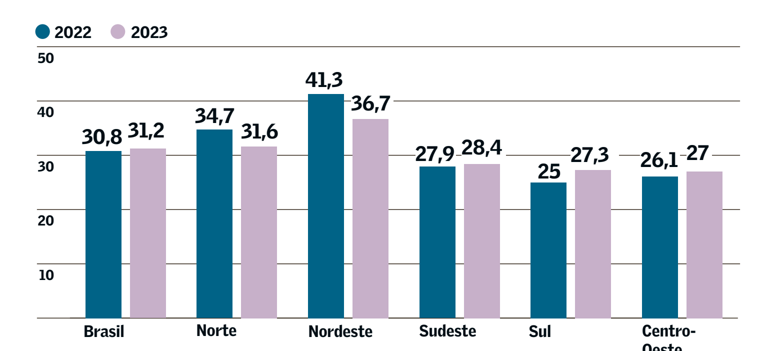
Ele argumenta, por exemplo, que não adianta filhos de beneficiários do programa Bolsa Família terem condições de estudar e sair da pobreza se não encontrarem emprego ou atividade produtiva.

"Em segundo lugar, é preciso pensarmos que a nossa estrutura tributária tem de arrecadar para ofertar o suficiente para que a população tenha qualidade de vida, como serviços como saúde e educação. É justo, portanto, que eu pague mais porque tenho renda maior", diz.

"Por último, temos de eleger parlamentares que advoguem essas propostas. Não conseguiremos fazer uma mudança tributária sobre a renda, por exemplo, se o Congresso Nacional não quiser."

Riqueza concentrada no topo

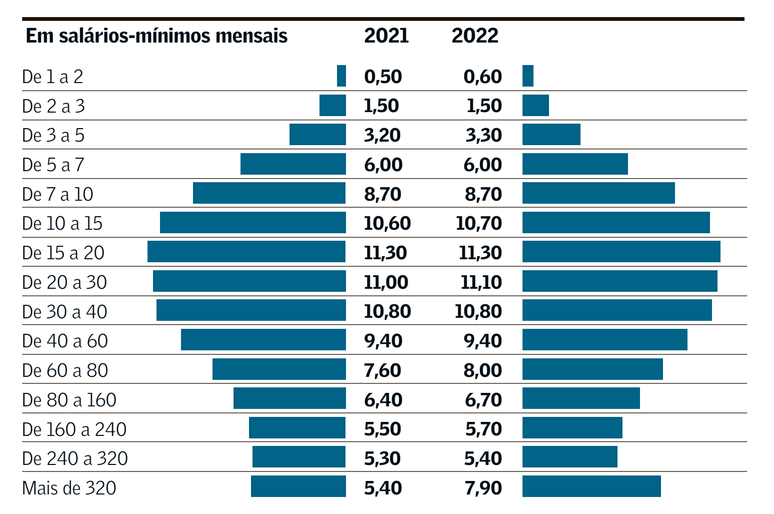
Razão do rendimento per capita do 1% mais rico sobre 50% mais pobres



Fonte: Pnad, IBGE. Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022 e 2023.

Taxação não progressiva

Alíquota efetiva média do IRPF, segundo faixa de renda - em %

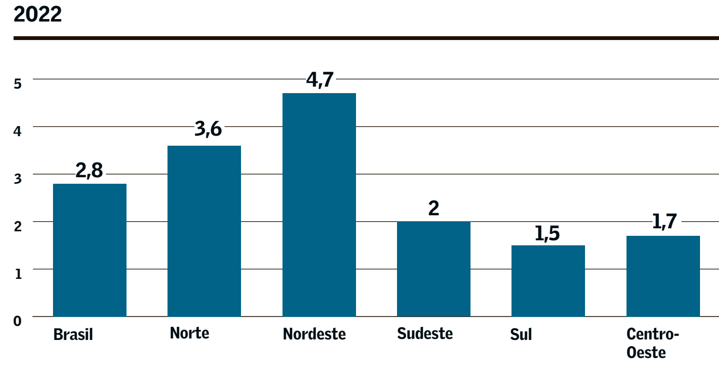


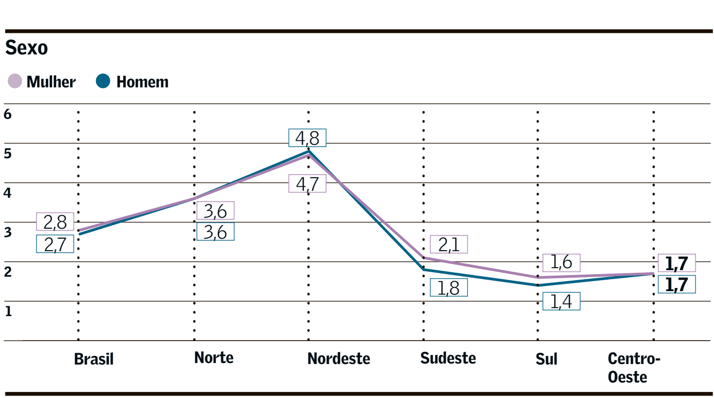
Em salários-mínimos mensais	2021	2022
De 1 a 2	0,50	0,60
De 2 a 3	1,50	1,50
De 3 a 5	3,20	3,30
De 5 a 7	6,00	6,00
De 7 a 10	8,70	8,70
De 10 a 15	10,60	10,70
De 15 a 20	11,30	11,30
De 20 a 30	11,00	11,10
De 30 a 40	10,80	10,80
De 40 a 60	9,40	9,40
De 60 a 80	7,60	8,00
De 80 a 160	6,40	6,70
De 160 a 240	5,50	5,70
De 240 a 320	5,30	5,40
Mais de 320	5,40	7,90

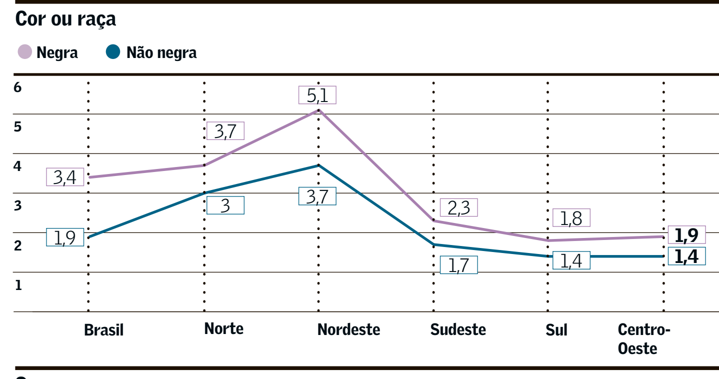
Fonte: Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física

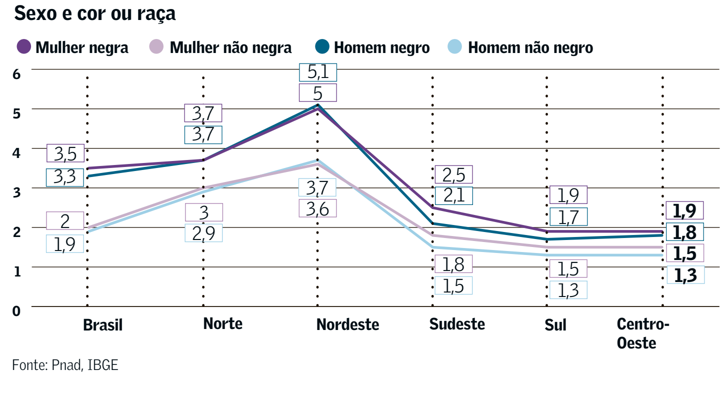
Forte queda de mais pobres

Percentual de pessoas em extrema pobreza - em %

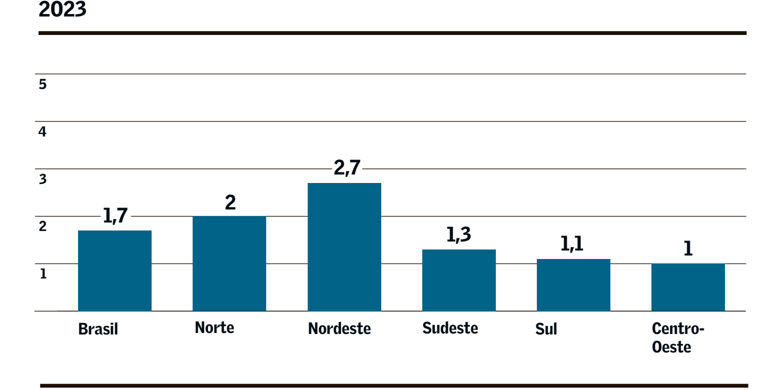


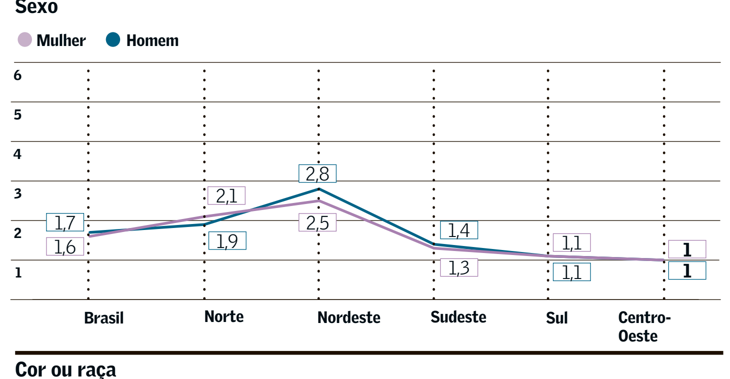


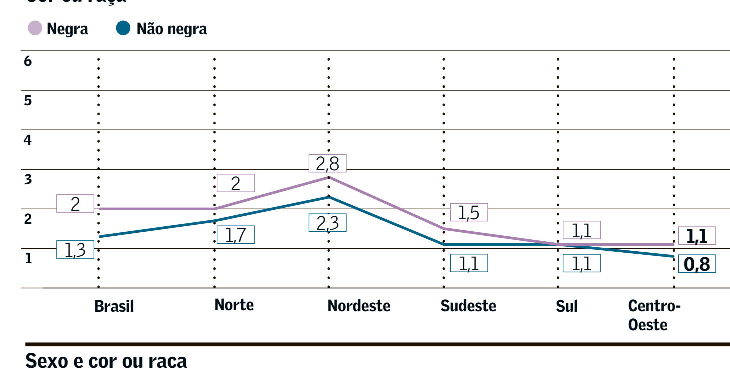


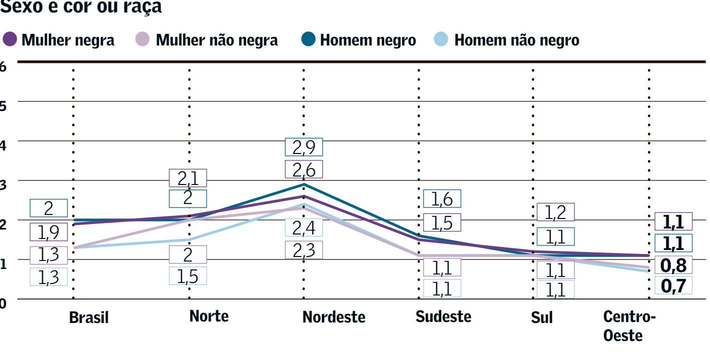


Fonte: Pnad, IBGE









Setor de serviços pesa, e déficit nas contas externas dobra

Gabriel Shinohara, Estevão Taiar e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

De janeiro a julho deste ano, o déficit nas transações correntes das contas externas mais que dobrou em relação a 2023. O registrou subiu de US$ 12,5 bilhões para US$ 25,6 bilhões, puxado principalmente pelo déficit em serviços, segundo dados do Banco Central (BC).

Só em julho, o déficit foi de U$ 5,2 bilhões, acima dos R$ 3,6 bilhões do ano passado. O chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, ressaltou que o resultado do mês foi impactado "especificamente" pelo aumento no déficit de serviços, de US$ 3,2 bilhões para US$ 4,8 bilhões. Foi o maior déficit para meses de julho desde 2014 e, segundo Rocha, foi influenciado por segmentos de transportes, telecomunicações e serviços de propriedade intelectual.

O economista da XP Macro Rodolfo Margato destaca também o déficit de serviços. "Em nossa visão, essa tendência não será revertida nos próximos meses. Além da força da atividade doméstica, essa dinâmica reflete fatores que são menos sensíveis ao ciclo econômico, como o aumento nas despesas líquidas com serviços de streaming", disse em nota.

Rocha, do BC, ressaltou que o acumulado em 12 meses do déficit das transações correntes ficou em US$ 34,8 bilhões (1,56% do PIB), abaixo do acumulado em julho de 2023, de US$ 37,7 bilhões (1,82% do PIB). Nos últimos meses, entanto, houve um crescimento. "O déficit externo no país, não obstante esse crescimento nos últimos meses, permanece com valores baixos, permanece integralmente financiado pelo ingresso líquido de capitais de longo prazo no país na forma de investimento direto."

Em julho, houve um recuo no superávit da balança comercial que também contribuiu para o déficit geral, de US$ 7,6 bilhões em julho de 2023 para US$ 7,1 bilhões no último mês. Segundo Rocha, tanto o aumento no déficit de serviços quanto a queda no superávit comercial podem ser explicados, em parte, pela expansão da economia. "Isso traduz também o nível de crescimento da economia."

Apesar do aumento no déficit, Margato, da XP, ressalta dois fatores positivos. O primeiro é uma balança comercial "robusta", apesar de abaixo dos níveis do ano passado. No acumulado até julho, o superávit chegou a US$ 44,7 bilhões contra US$ 49,8 bilhões em 2023. Outro ponto é o comportamento do Investimento Direto no País (IDP), que registrou US$ 7,3 bilhões em julho e US$ 71,8 bilhões no acumulado de 12 meses. É o segundo mês consecutivo em que o acumulado fica acima de US$ 70 bilhões.

A previsão da XP é de IDP em US$ 70 bilhões neste ano (3,1% do PIB), mais do que o suficiente para cobrir o déficit nas transações correntes, atualmente em 1,56% do PIB. Já o Banco Central projeta IDP em US$ 65 bilhões de acordo com o último Relatório de Inflação.

O diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, avalia que as contas externas brasileiras continuam benignas, mas que um ajuste fiscal profundo é necessário "para possibilitar um ajuste permanente e estrutural nas contas e criar espaço para uma alta em investimentos sem piorar os balanços externos".

INÊS 249

O cálculo político do combate a Marçal



Maria Cristina Fernandes

Ao capitanear o combate a Pablo Marçal, no front jurídico e nos debates, a candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral, se mostra destemidamente conhecida e alveja a imagem de jovem sem pulso firme para administrar a maior cidade do país. Seus dois principais adversários, Ricardo Nunes e Guilherme Boulos, lhe terceirizam o "jogo sujo" por cálculo político.

A ideia de que cabe à política enfrentar Marçal, colhida na campanha de Nunes, vale tanto quanto uma nota de 30. Debates são instrumentos dos quais a política se vale para expor os candidatos ao contraditório e Nunes e Boulos vão faltar a quase todos.

O prefeito está focado no horário eleitoral gratuito, espaço que é 65% dominado por sua candidatura. O vice-presidente Geraldo Alckmin tinha metade do HPEG de 2018, o que não o impediu de perder para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que tinha 20 segundos.

A aposta de aliados de Nunes, na verdade, é a da mobilização das cúpulas do governo de São Paulo, do PSD e do PL para mover os tribunais contra Marçal. Se já o fizeram uma vez para tirar o rei da audiência analógica, Silvio Santos, da disputa vencida por Fernando Collor, em 1989, podem fazer mais uma vez contra o dono do vale tudo da audiência digital que disputa a prefeitura pelo PRTB.

A votar a lei que regula as redes sociais que dormita no Congresso e já teria cortado as asas de Marçal, a turma prefere agradar a extrema direita de olho no seu voto para as mesas diretoras da Casa e apelar para o tapetão quando se fizer necessário. Assim o prefeito evita o enfrentamento direto e mantém a expectativa de herdar a ativa base de apoiadores do candidato do PRTB se ele for colocado para fora do jogo.

De tanto que foi cobrado por sua militância, impaciente com a imagem de um candidato que cultiva eleitores distribuindo pulseirinhas como se estivesse num show de Taylor Swift, Boulos soltou na segunda-feira (26) seu primeiro vídeo mais agressivo contra Marçal, associando-o a Nunes e ambos ao crime. Não aparece porque teme fazer crescer sua rejeição.

Para Boulos, quanto mais tempo o candidato do PRTB permanecer na campanha, melhor. Enquanto Marçal estiver no pedaço, Nunes terá que permanecer colado ao bolsonarismo. O cálculo do Psol é que Nunes só vai para o 2º turno com Bolsonaro mas, ao seu lado, dele não sai. São contas que se fiam no peso dos padrinhos e na aposta de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fideliza mais eleitor para Boulos do que o ex-presidente o faz para o prefeito.

Sem nada a perder, Tabata prossegue na campanha cada vez mais agressiva contra Marçal. No vídeo de segunda, detalha a ficha criminal de Marçal, desde quando foi preso por fraude bancária, até o pagamento de influenciadores que compartilham seus vídeos. Foi esta acusação que levou a Justiça Eleitoral a suspender seus perfis. Ainda insinua que seu dinheiro vem do crime organizado.

A candidata do PSB promete revelar no debate de domingo a estratégia usada por Marçal para conseguir, em 24 horas, recuperar 2 milhões dos 13 milhões de seguidores que tinha no Instagram depois da suspensão das contas. Na sabatina da CNN de segunda, Marçal pediu que os eleitores de esquerda votem nela, como se tentasse neutralizar os ataques que a candidata do PSB lhe faz.

A campanha de Tabata já dispõe de e-mails recebidos por alunos dos cursos de recortes de vídeos oferecidos por Marçal. Nessas mensagens, dirigidas a uma base de ex-alunos calculada em 150 mil, Marçal lhes pede para compartilhar as novas contas que criou para substituir aquelas que foram suspensas. Este pedido, assim como tudo o que ele fez naquelas contas banidas, também infringe a lei eleitoral. Como se trata de um especialista em burlar as poucas regras vigentes no ambiente digital, não custará a encontrar meios para reativar suas redes a cada sanção que lhe for imposta.

Esses cursos são a ponte de Marçal com uma juventude, sem qualificação, que se incorpora ao mercado de trabalho pelas beiradas e se encanta com a possibilidade de empreender sem sair da frente de um computador. Por R$ 12, um jovem com conhecimentos digitais rudimentares aprende a editar vídeos e fazer anúncios para monetizar canais nas redes sociais. Aluga roupa e carro, coloca o anúncio na rede, vende e depois pode comprar tudo aquilo que um dia alugou.

São cursos desprovidos de qualquer senso crítico, diz uma ex-aluna. Ensinam a vender de produtos que não têm aprovação na Anvisa a terrenos na lua. Como lhe interessa que os alunos aprendam o que ensina para que ele possa vender cursos mais caros, vale-se de táticas motivacionais e religiosas. Despede-se com um TMJADF ("Tamo junto até depois do fim").

Num dos cortes feitos por seus alunos, Marçal cita sua inspiração para o concurso de cortes com os quais remunera os influenciadores que mais conseguirem compartilhar seus conteúdos, como um dia os estabelecimentos comerciais e industriais premiavam o funcionário do mês.

É Andrew Tate, um influenciador americano de 38 anos (um a mais que Marçal), "coach" e ícone de grupos que cultivam lutas e masculinidade tóxica, dois atributos que compartilha com o candidato do PRTB. Chegou a ser uma das personalidades mais buscadas no Google no mundo até ser banido das redes sociais.

Foi preso a primeira vez em 2015, acusado de estupro. Perseguido pela polícia britânica, refugiou-se na Romênia, onde aguarda, numa prisão, julgamento pela acusação de tráfico de 35 mulheres, entre elas menores de idade, atraídas ao país para produzir conteúdo para plataformas pornográficas.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Poderes Em reunião com líderes da base aliada, presidente promete agilizar pagamento de emendas relacionadas a obras em execução

Lula diz que não vai interferir na eleição da Mesa da Câmara

Fabio Murakawa, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Em encontro com os partidos da base aliada no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu nessa segunda-feira agilizar o pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento para obras que já estão em execução e não interferir na eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Segundo relatos, o petista afirmou que tem "ótima relação" com os atuais presidentes do Legislativo e que "seu candidato" será aquele que tiver o apoio da maioria dos colegas para presidir a Casa.

A fala ocorreu em reunião marcada para melhorar a relação com a base aliada e na presença de três pré-candidatos: os líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), do PSD, Antonio Brito (BA), e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL). Os três elogiaram a postura do presidente e buscaram apresentar no encontro suas credenciais para a disputa.

Líder do Rede Sustentabilidade, o deputado Túlio Gadelha (PE) afirmou que o presidente "não vai cometer os erros" do passado — de interferir na eleição e ver seu candidato derrotado. "Ele [Lula] tem muita segurança sobre a sucessão, tem muito respeito pelas candidaturas que se colocam. E espera, com isso, que se construa uma disputa harmoniosa, que a gente consiga discutir os consensos, que a gente consiga não desarmonizar essa base que ele construiu e que tem dado resultado", disse.


RICARDO STUCKERT/PR
Presidente disse que tem "ótima relação" com os presidentes do Legislativo

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), pontuou que procurará o vencedor para que se encontrem logo depois do resultado para discutir "a parceria e o respeito institucional entre o Executivo e o Legislativo". "Lula afirmou que os três candidatos têm o apreço por parte do governo e que não ia opinar sobre um ou outro candidato. Foi uma novidade importante que ele colocou a despeito das narrativas e das versões que são criadas e constituídas sobre esse ou aquele candidato", destacou.

O discurso na reunião foi visto entre os deputados como indicativo de que não haverá "veto" à candidatura de Elmar Nascimento, apontado como o favorito do atual presidente, Arthur Lira (PP-AL). Nascimento é tido com ressalvas no Palácio e em parte do PT pelos ataques a Lula na eleição passada e pelo histórico de antagonismo com o PT na Bahia. O líder do União Brasil agradeceu a fala e, segundo os presentes, disse que levará esse recado para Lira em busca de ser escolhido o candidato do atual presidente.

Lula ainda pediu agilidade para que os deputados votem a segunda etapa da reforma tributária — o projeto que cria o comitê-gestor do IBS — e informou que promoverá uma reunião com os 27 governadores para discutir um "pacto nacional" pela segurança pública e pautas que possam ajudar a combater a criminalidade em todo o país.

A crise em torno do pagamento das emendas parlamentares, que estão com a execução suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) até que seja dada mais transparência sobre a aplicação dos recursos, foi tratada apenas vagamente na reunião, segundo fontes. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, abriu a reunião dizendo acreditar na "maturidade" para encontraram uma solução negociada para o impasse.

Após o encontro, ele anunciou para a imprensa que o governo editará portaria para agilizar a liberação de verbas de emendas parlamentares impositivas para obras que já estão em execução. "O nosso foco nesse momento é você não paralisar obras, você não paralisar serviços, você não deixar que compromissos que já existem com estados e municípios sejam descumpridos", disse.

Outro motivo de reclamação no encontro foi a promessa do petista de que não interferiria nas eleições municipais onde houvesse disputa na base aliada e que não envolvesse o bolsonarismo. Líder da maioria na Câmara, o deputado André Figueiredo (PDT-CE) criticou o presidente ter subido no palanque do PT em Fortaleza contra o prefeito José Sarto (PDT). "Isso incomodou muito o PDT", protestou.

PL do devedor contumaz propõe anistia de dívidas

Raphael Di Cunto, Lu Aiko Otta e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O projeto de lei do devedor contumaz vai propor a anistia de dívidas tributárias de pequeno valor, cujo montante não compensaria os gastos judiciais e jurídicos para cobrança. A iniciativa será incluída pelo deputado Danilo Forte (União-CE) no seu parecer e conta com apoio do governo. "Isso vai limpar o nome de milhares de microempresários e ajudar no crescimento do país", disse o deputado ao **Valor**.

O valor exato dessas dívidas e as regras ainda não estão fechados. Forte tem falado sobre algo em torno de R$ 10 mil a R$ 15 mil, mas no Ministério da Fazenda o comentário é liberar o perdão para quem deve até R$ 5 mil. Os termos serão negociados nos próximos dias, inclusive numa reunião pública nesta terça-feira na Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE) com a participação do deputado e do secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

Segundo Forte, a anistia para os pequenos devedores ajudará politicamente o avanço do projeto. O texto foi apresentado com urgência pelo governo, mas o Executivo precisou desistir desse tratamento por resistências de parte do Congresso à proposta do que pode ser considerado um "devedor contumaz", sobre quem incidirão fortes punições.

As conversas entre as empresas, Receita Federal e Parlamento avançaram nas últimas semanas para definir melhor, na lei, o que é um devedor contumaz e agora o relator levará a ideia para os líderes e demais parlamentares.

"Está claro agora que é para o sonegador contumaz, quem faz lavagem de dinheiro ou concorrência desleal não pagando seus impostos", afirma Forte.

A negociação avançou há duas semanas, com a proposta da Receita Federal de que confederações empresariais poderão ter poder de veto sobre quem entrará na lista de devedores. Com isso, poderiam evitar que empresas que atrasaram os tributos por problemas financeiros ou econômicos sejam punidas. A intenção é sancionar quem usa a inadimplência como um modelo de negócios para ganhar vantagem sobre seus concorrentes.

Segundo Forte, essa proposta da Receita ajudou a destravar resistências de parte das empresas, mas ainda é preciso aguardar estudos jurídicos do governo e das entidades sobre a constitucionalidade de uma entidade privada participar da fiscalização do Estado. Ainda não há uma data para apresentação do parecer e o tema pode ser votado só depois das eleições municipais, já que o Congresso está esvaziado em agosto e setembro e haverá apenas dois períodos de sessões deliberativas — a atual semana (até quinta-feira, 29) e de 9 a 12 de setembro. Depois disso, a Câmara só volta a se reunir em outubro.

Outro problema, de acordo com o relator, é o impasse entre Câmara, governo e o Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da execução das emendas parlamentares. A decisão do ministro Flávio Dino de determinar a suspensão dos pagamentos deixou os ânimos exaltados, ressaltou ele, e o momento não está propício à discussão de projetos do Executivo que sejam polêmicos.

Pauta anti-STF na CCJ vira teste para acordo sobre emendas

De Brasília

Com a Câmara dos Deputados esvaziada pelas eleições municipais e pela dispensa de presença em Brasília para as sessões, os deputados bolsonaristas pretendem fazer avançar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta terça-feira quatro propostas para limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF) e "impor freios" aos ministros.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou na manhã de segunda-feira que a presença dos deputados em Brasília está dispensada esta semana e que eles poderão votar pelo celular de qualquer lugar. Isso ocorreu, segundo aliados, por causa do cancelamento de voos devido à fumaça que atingiu parte do país devido a queimadas nas regiões Sul e Sudeste.

A maioria das comissões cancelou as sessões deliberativas e audiências públicas que estavam marcadas para esta semana, mas a presidente da CCJ, deputada Caroline De Toni (PL-SC), decidiu manter a pauta inalterada. "Vamos manter porque estamos em esforço concentrado. Ficamos e ainda ficaremos muitas semanas sem votação. A CCJ é a comissão que mais tem matérias para apreciar. Não podemos perder mais uma semana de trabalho", justificou ela ao **Valor**.

De Toni convocou sessão para discutir quatro matérias: uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permite ao Congresso sustar a eficácia de julgamentos do STF sobre a constitucionalidade de leis e normas; uma PEC que restringe as decisões monocráticas (individuais) dos ministros do STF e de outros tribunais superiores; dois projetos de lei que ampliam o rol de ações que podem levar ao impeachment de um ministro do Supremo, como "usurpar" as competências do Legislativo.

Essa pauta estava engavetada, mas ganhou força após as decisões do STF que bloquearam a execução das emendas parlamentares ao Orçamento até que o Congresso Nacional adote regras de mais transparência no envio desses recursos. No caso dos quatro projetos, contudo, ainda cabe pedido de vista pelos parlamentares contrários, o que empurrará a votação sobre o mérito dessas matérias para depois — provavelmente, para a semana de 9 a 12 de setembro.

Segundo o autor da PEC que dá poderes para suspender a eficácia de julgamentos do STF, deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), há apoio do Centrão e da oposição à matéria. "Apenas a esquerda, PT e Psol, deve ficar contra. Conversei com deputados do Republicanos, MDB, PP, Solidariedade, PSD e PL e todos disseram que vão votar a favor dessa PEC", disse.

Relator da PEC, o deputado Luiz Phillippe de Orléans e Bragança (PL-SP) dará parecer favorável à admissibilidade. "Na comissão especial é o espaço para discutir alterações. Essa PEC vai refinar os freios e contrapesos. Quem é eleito tem toda a legitimidade para questionar o que é constitucional e o que não é."

Contrário aos projetos, o deputado Bacelar (PV-BA) acredita que a oposição não terá dificuldades de aprovar as PECs na CCJ. "O único instrumento que temos é a obstrução, mas com a dispensa de presença e pouca gente em Brasília, não tem como obstruir a sessão", comentou. "Pensei até que tivesse um arrefecimento nos ânimos, mas há questionamento muito grande ao acordo feito com o Supremo e o [Palácio do] Planalto", afirmou.

O acordo entre Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), os ministros do STF e o governo na terça-feira prevê novas regras para uso das emendas coletivas ao Orçamento e para crescimento dessas verbas. Parte dos deputados e senadores, contudo, diz que não participou desse acerto e defende mudar o combinado pela cúpula dos Poderes.

Nos bastidores, deputados afirmam que a PEC das decisões monocráticas deve avançar e ter uma comissão especial instalada para debater um parecer. O texto já passou pelo Senado e falta apenas o aval dos deputados para que seja promulgado. Já a outra PEC ficaria parada, caso passe na CCJ, e Lira não instalaria a comissão especial. No caso dos projetos de lei, é necessário que sejam pautados no plenário pelo presidente. *(RDC e MR)*

INÊS 249

Congresso Presidente da Câmara fará reuniões individuais com os três postulantes de partidos leais antes de anunciar a quem dará o seu apoio

Lira chama aliados para definir seu candidato à sucessão

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve fazer reuniões individuais com o vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e com os líderes do PSD e do União Brasil, Antonio Brito (BA) e Elmar Nascimento (BA), nesta semana para bater o martelo sobre quem apoiará na disputa pelo comando da Mesa Diretora em fevereiro de 2025.

A estratégia dele era unificar previamente as candidaturas aliadas, mas isso está praticamente descartado porque nenhum dos três pretende desistir nesta etapa da disputa. Com isso, a expectativa dos candidatos é que Lira anuncie quem apoiará como sucessor ainda nesta semana e "lide com as consequências" dessa escolha depois, trabalhando para fortalecer seu escolhido.

Nos bastidores, Elmar demonstra confiança de que será o nome escolhido por Lira e já recebeu apoio até de outros partidos para a sua candidatura, como o PDT e o PSB. Por outro lado, Pereira e Brito avaliam, segundo interlocutores, que o baiano enfrenta muita resistência da maioria dos parlamentares e que sua postulação estaria praticamente inviabilizada.

Lira recebeu presidentes de partidos ao longo da semana passada para tratar da eleição para o comando da Câmara. Ouviu apelos a favor de cada um dos candidatos, traçou cenários e prometeu chamar os três para conversas individuais nos próximos dias.

Segundo apurou o **Valor**, o vice-presidente da Casa e o líder do PSD devem adotar postura semelhante durante os encontros com Lira, colocando-se como representantes do mesmo bloco de siglas (MDB, Republicanos, PSD e Podemos). Eles se encontraram na semana passada e reforçaram a estratégia, mesmo que com aliança apenas num segundo turno. Elmar faz parte de outro bloco, composto por União, PP e legendas menores.

O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), outro pré-candidato, faz parte do grupo de Pereira e de Brito e também tenderia a participar dessa composição. Essa fala a favor da unidade, contudo, ocorre sob a cautela de reforçarem que suas candidaturas próprias são viáveis e de que o apoio ao colega não é automático. O objetivo é fragilizar Elmar e apontar que ele enfrentará obstáculos para aglutinar o apoio individual dos deputados.

Uma liderança desse bloco destaca que, assim como Lira tem demonstrado resistência à participação de Bulhões na corrida, pela divergência em Alagoas, o presidente Lula também poderia vetar o nome de Elmar, que tem rivais políticos no PT, como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e que foi bastante crítico ao petista durante as eleições presidenciais em 2022.

A aliados, Elmar tem minimizado as consequências dessa eventual união dos adversários e reforça que já tem sinalizações de apoio de vários partidos de direita à esquerda. Isso deve ser um de seus argumentos para tentar persuadir Lira a apoiá-lo.

De acordo com interlocutores, o líder do União acredita que tanto o PT de Lula como o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) caminharão com ele na disputa. Ao PL seria oferecida a primeira vice-presidência e ao PT a primeira-secretaria da Casa. A estratégia dele é que o PT anunciasse o apoio antes do PL para se esquivar da pecha de "candidato da oposição".

Pereira e Brito, no entanto, também têm argumentado que possuem indicações de apoio tanto do governo quanto da oposição, e que podem desempenhar esse papel moderador entre os dois campos políticos.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 13/8/2024



Lira: estratégia de unificar candidaturas aliadas está praticamente descartada; espera-se que apoio saia nesta semana

Outro argumento que Elmar deve apresentar a Lira é que ele seria o único nome que tem perfil de que defenderá os interesses do Legislativo, nos mesmo moldes do alagoano, para contrapor possíveis ofensivas do Judiciário e do Executivo no futuro.

Aliados do líder do União acreditam que a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de bloquear o pagamento de emendas parlamentares, foi alinhada com o Palácio do Planalto e tinha o objetivo de esvaziar os poderes de Lira de fazer seu sucessor.

Fontes próximas a Elmar pontuam que a iniciativa de Dino e do STF acabou por unir os parlamentares e pode fomentar o sentimento de que é importante eleger um nome que imponha o respeito entre os Poderes e que defenda os interesses do Legislativo.

Caso seja escolhido por Lira, Elmar pretende procurar os adversários para oferecer cargos a eles na Mesa Diretora e no Tribunal de Contas da União (TCU) para tentar chegar a fevereiro como "praticamente a única" candidatura. Psol e Novo devem apresentar candidatos próprios para marcar posição de suas bandeiras políticas, mas costumam ter poucos votos.

Apesar de a eleição da Mesa ocorrer apenas em fevereiro, aliados de Lira descartam um esvaziamento do poder dele pela antecipação da disputa. Na opinião deles, isso permitirá que ele tenha mais tempo para articular em prol de seu escolhido e que use o poder da pauta para fortalecer este nome na reta final da disputa.

Eleições Em meio ao racha no clã Ferreira Gomes, PT e PL tentam reproduzir polarização nacional

Estratégica para Lula e Bolsonaro, Fortaleza tem quatro favoritos na disputa municipal

Fabio Murakawa e Julia Lindner
De Brasília

A corrida eleitoral em Fortaleza segue indefinida e com quatro candidatos com chance de vitória na capital cearense. Diferentes pesquisas mostram Capitão Wagner (União Brasil) na liderança, seguido pelo prefeito José Sarto (PDT). Na corrida, também estão o petista Evandro Leitão, apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o deputado federal André Fernandes (PL), candidato do presidente Jair Bolsonaro. Apesar disso, integrantes das principais campanhas admitem que poderá haver um segundo turno entre qualquer um dos candidatos.

Além da polarização nacional entre Lula e Bolsonaro, que têm dado atenção especial a seus candidatos, a disputa pela prefeitura da capital cearense tem como pano de fundo o racha no clã Ferreira Gomes. Esse é o primeiro pleito após o rompimento do senador Cid Gomes (PSB) com o PDT e o grupo político liderado por seu irmão, o ex-ministro Ciro Gomes.

Em primeiro lugar nas pesquisas, Capitão Wagner tenta emplacar sua primeira eleição majoritária, após três fracassos. Nas duas eleições em que concorreu à prefeitura, foi derrotado em 2016 por Roberto Cláudio (PDT) e por Sarto, em uma disputa apertada em 2018. Também perdeu para o atual governador, Elmano de Freitas (PT), nas corrida ao governo do Estado, ainda no primeiro turno.

Em uma eleição em que Lula Bolsonaro e Ciro Gomes têm um candidato preferido, Capitão Wagner é o único entre os quatro principais concorrentes que não tem um grande padrinho político. E brinca com a situação.

“Meu padrinho é o povo”, disse ele ao **Valor**.

Apesar de ter emergido ao público durante um motim de policiais em 2011, Wagner tenta passar uma imagem mais moderada do que a do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo seu coordenador de campanha, o deputado federal Danilo Forte (União-CE).

“Ele hoje tem um discurso que foge do radicalismo dos extremos. isso é bom porque dá uma credibilidade muito grande. É o candidato hoje que se aproxima mais do perfil médio”, afirmou. “Ele não é um surfista do Bolsonaro.”

Para o deputado, o grande desafio de Wagner é chegar ao segundo turno, diante do cenário embolado. Mas, caso isso realmente ocorra, há grandes chances de seu candidato levar a eleição.

“No segundo turno, se for contra a esquerda, ele vai lógico se aproximar da centro direita, que inclusive tem mais facilidade porque nós somos de um partido reformista. Então, é mais fácil”, disse Forte. “Se ele foi contra um candidato da direita, é natural que a gente se aproxime da centro-esquerda, numa pauta mais social.”

Sarto, por sua vez, tentará convencer seus eleitores de que faz uma gestão mais eficiente do que as do PT, e a previsão em seu entorno é a de que será uma campanha agressiva, com críticas de lado a lado entre as duas legendas do campo da esquerda. Assessores acreditam em sua força no segundo turno para atrair votos tanto de petistas quanto de bolsonaristas e apostam no início da propaganda na TV para reduzir sua rejeição, mostrando realizações de seu governo, sobretudo na periferia.

Ciro Gomes, no entanto, deve ter atuação discreta na campanha na capital, embora conceda “apoio incondicional” ao prefeito, segundo pessoas ligadas a ele.

O apoio de Cid a Leitão tampouco deverá ser muito entusiasmado. Segundo interlocutores, o petista tinha a anuência de Cid para deixar o PDT, mas não para se filiar ao PT e ser candidato. Interlocutores afirmam que Cid não tem compromissos previstos com o candidato petista nos próximos dias.

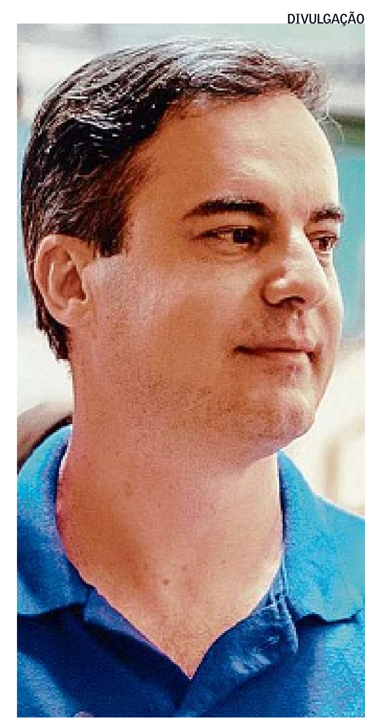
O PT tenta, na capital cearense, repetir a estratégia de 2022, quando um desconhecido, o então deputado estadual Elmano de Freitas, venceu a eleição contra Capitão Wagner e se tornou governador eleito em segundo turno. A vitória à época veio escorada na popularidade de Lula e do à época governador Camilo Santana, atual ministro da Educação.

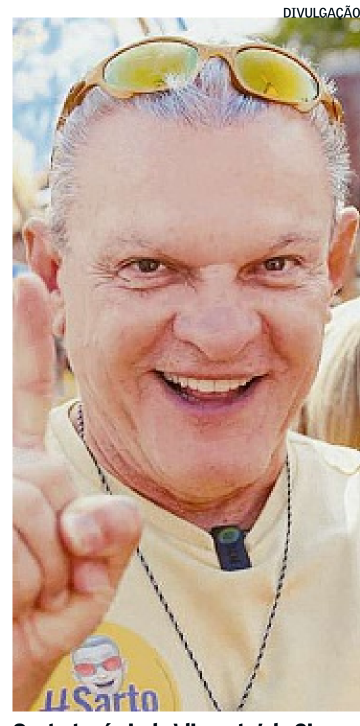
Um desafio, no entanto, será motivar a militância, uma vez que ele não tem histórico no partido. Recém-egresso do PDT, ele conquistou o direito de encabeçar a chapa petista, em detrimento da deputada federal e ex-prefeita Luizianne Lins. Apesar do quadro incerto, Fortaleza é considerada uma das poucas capitais em que o PT tem chance de ir ao segundo turno. Não por acaso, um dos principais aliados de Leitão é o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

“Nosso objetivo é polarizar com o Bolsonaro, nacionalizar a disputa”, disse Guimarães ao **Valor**. “Vamos mostrar que nós temos um modo de governar o Ceará há dez anos que está dando certo. É um dos Estados que mais cresce economicamente, que tem o maior nível de geração de emprego e tem a melhor educação do país.”

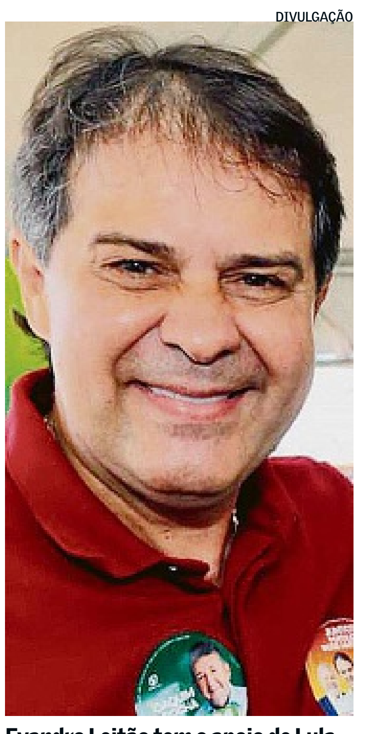
Já André Fernandes tem adotado um estilo bolsonarista. No dia 17 de agosto, por exemplo, ele participou de uma motocarreata com o ex-presidente. Além disso, Fernandes tem uma forte presença nas redes sociais. Na semana passada, uma pesquisa Quaest mostrou que ele é o candidato a prefeito com maior popularidade digital em 11 capitais pesquisadas.

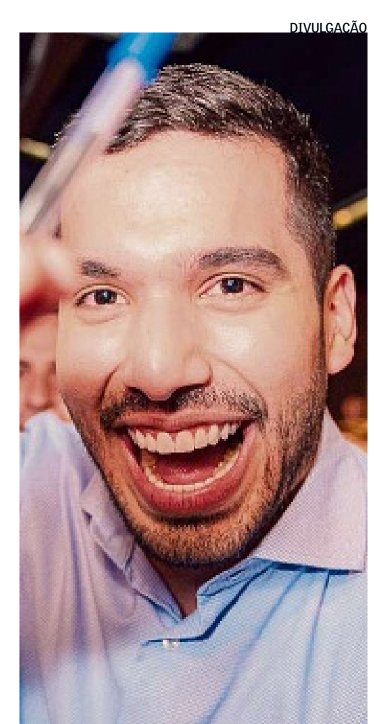
Também candidato, o senador Eduardo Girão (Novo) corre por fora, com desempenho por ora nas pesquisas e sem tempo de TV.

DIVULGAÇÃO

Wagner não tem padrinho político

DIVULGAÇÃO


Sarto terá ajuda ‘discreta’ de Ciro

DIVULGAÇÃO

Evandro Leitão tem o apoio de Lula

DIVULGAÇÃO

Fernandes é apoiado por Bolsonaro

Conflito Grupo libanês diz ter encerrado ação de retaliação a Israel por assassinato de general; região espera agora movimento do Irã

Hostilidades mantêm tensão elevada entre Israel e Hezbollah

Agências internacionais

Após a pesada troca de ataques do fim de semana, Israel e militantes do grupo xiita libanês Hezbollah deram sinais ontem de que pretendem evitar uma escalada no Oriente Médio, mas a tensão se manteve elevada na região. Testemunhas relataram ontem pelo menos dois episódios de hostilidade armada.

Em um deles, um projétil israelense atingiu a vila fronteiriça Tair Harfa. No outro, um carro foi destruído na cidade costeira de Sidon. A Agência Nacional de Notícias estatal do Líbano relatou que um homem "de uma das organizações palestinas" sobreviveu ao ataque ao carro.

No domingo, Israel lançou dezenas de ataques no sul do Líbano que descreveu como uma operação preventiva, dizendo que havia evitado um grande ataque planejado pelo Hezbollah em retaliação pela morte de um de seus principais comandantes, Fouad Shukur, em um ataque israelense em Beirute no mês passado. Pouco depois, o Hezbollah lançou uma barragem de centenas de drones e foguetes, que disse ser uma retaliação pela morte de Shukur.

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, afirmou que drones atingiram uma sede de inteligência militar israelense perto de Tel Aviv. Israel, por seu lado, disse que nenhum alvo militar foi atingido. Nenhuma das duas partes ofereceu evidências de suas alegações.

O Hezbollah declarou que sua operação de retaliação havia terminado, pelo menos por enquanto, e nenhum dos lados lançou ataques durante a noite de domingo para ontem. Nasrallah disse ao povo libanês que ele poderia "respirar fundo", afirmando que depois da salva de foguetes disparada no mesmo dia, o grupo militante apoiado pelo Irã havia concluído sua retaliação a Israel pelo assassinato em julho de um de seus líderes em Beirute.

Agora, todos os olhos se voltam para o Irã, que tinha dito que também infligiria uma "resposta dolorosa" a Israel depois do assassinato de Ismail Haniyeh, líder do grupo terrorista palestino Hamas, em Teerã, horas depois da morte de Shukur.

O ataque do Hezbollah a Israel provocou declarações de congratulações do Hamas e de militantes iraquianos apoiados pelo Irã, enquanto rebeldes houthis no Iêmen pediram mais ataques. Israel disse que nenhum grande dano ocorreu. As baixas e os danos no Líbano também foram limitados, segundo o Hezbollah.

> "Não se deve ter a percepção de que o Irã vai sempre se envolver em tudo"
> *Sanam Vakil*

As mensagens do Irã foram menos claras. No domingo, o líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei, não abordou a operação diretamente, mas disse que "a guerra tem muitas formas", acrescentando: "Nem sempre ela significa segurar uma arma. Significa pensar corretamente, falar corretamente, identificar corretamente, mirar com precisão".

O presidente do Parlamento iraniano disse que Israel sofreu uma derrota nas mãos do Hezbollah parecida com a guerra de 2006 entre o Líbano e Israel. "Eles não podem encobrir essa derrota", disse ele. O ministro iraniano das Relações Exteriores disse que haveria uma resposta "precisa e calculada" a Israel, mas que "ao contrário do regime sionista, o Irã não quer aumentar as tensões, embora não as tema".

Uma dúvida é se o Irã usará o ataque de domingo do Hezbollah como pretexto para evitar uma manobra de suas próprias forças que levaria a uma guerra regional.

"Seu cálculo não está necessariamente em sinergia com o resto do 'eixo de resistência'", disse Sanam Vakil, um especialista em Oriente Médio da Chatham House do Reino Unido, referindo-se à rede de milícias aliadas do Irã na região. "A suposição não deve ser sempre a de que o Irã vai se envolver no que vem a seguir."

"Não está claro no momento se o Irã considera isso [o ataque do Hezbollah] parte de sua própria retaliação", disse uma autoridade israelense de segurança.

Alguns aliados iranianos, como os rebeldes houthis no Iêmen, vêm pressionando por uma postura mais dura. O ministro da Defesa dos houthis, general Mohammad Al-Atifi, disse no domingo que queria tranquilizar a todos que a resposta do Eixo da Jihad e Resistência aos crimes do inimigo sionista está chegando e é inevitável".

Embora Israel e o Hezbollah tenham sinalizado que querem diminuir a tensão e nenhum ataque pareça iminente, autoridades do Pentágono acreditam que a ameaça do Irã a Israel ainda existe, segundo disse ontem o porta-voz do Pentágono, general Pat Ryder.

"Continuamos avaliando que há uma ameaça de ataque e mais uma vez continuamos bem posicionados para poder apoiar a defesa de Israel, bem como proteger nossas forças", disse Ryder.

Autoridades em Washington afirmam não ter planos de mudar a presença militar reforçada dos EUA na região. Na semana passada, um segundo porta-aviões dos EUA chegou à região — o USS Abraham Lincoln se juntou ao USS Theodore Roosevelt.

Mais sobre os efeitos do conflito para o preço do petróleo na pág. C2

Autoridade eleitoral da Venezuela denuncia fraude em eleição

Agências internacionais

Um dos membros do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela, Juan Carlos Delpino Boscán, que renunciou após a eleição do dia 28 de julho, denunciou irregularidades no processo ao jornal "The New York Times". Ele também colocou em xeque o suposto ataque hacker contra a entidade que — segundo o governo — impediu a divulgação imediata das atas eleitorais.

Essa foi a primeira declaração pública de um membro do CNE apontando problemas na eleição, que segundo a entidade foi vencida por Nicolás Maduro. Em esforço paralelo, a oposição reuniu e publicou mais de 80% das atas eleitorais, cujos resultados indicam a vitória do opositor Edmundo González Urrutia.

Segundo declarou o ex-membro do CNE, não houve nada que impedisse o envio de todas as atas para divulgação. Delpino era um dos dois membros do CNE não vinculados ao governo. O colegiado tem cinco titulares.

Ele também questionou decisões como a data do pleito, o registro de candidatos e a ausência de observadores internacionais, já que apenas o Centro Carter acompanhou a eleição e posteriormente divulgou nota denunciando fraude no processo eleitoral conduzido por Caracas.

Delpino defende que o pleito deveria ocorrer em outubro, mas o CNE decidiu convocar as eleições para 28 de julho, uma decisão que, segundo o reitor, não permitia um cronograma adequado de atividades e auditorias.

A participação de reitores não ligados ao governo fez parte dos acordos firmados no ano passado, em Barbados, entre governo e oposição, para as eleições deste ano. A outra reitora ligada à oposição, Aime Nogal Méndez, ainda não se manifestou sobre as denúncias de fraude após o dia da eleição.

María Corina Machado, líder da oposição na Venezuela, defendeu uma transição de poder pacífica e ordenada, em entrevista ao jornal britânico "Financial Times" — escondida de um abrigo seguro, de onde tenta evitar sua prisão.

Na entrevista, ela rejeitou mais uma vez a proposta de realização de novas eleições feita pelo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e Gustavo Petro, presidente da Colômbia. Corina, porém, não citou o nome deles.

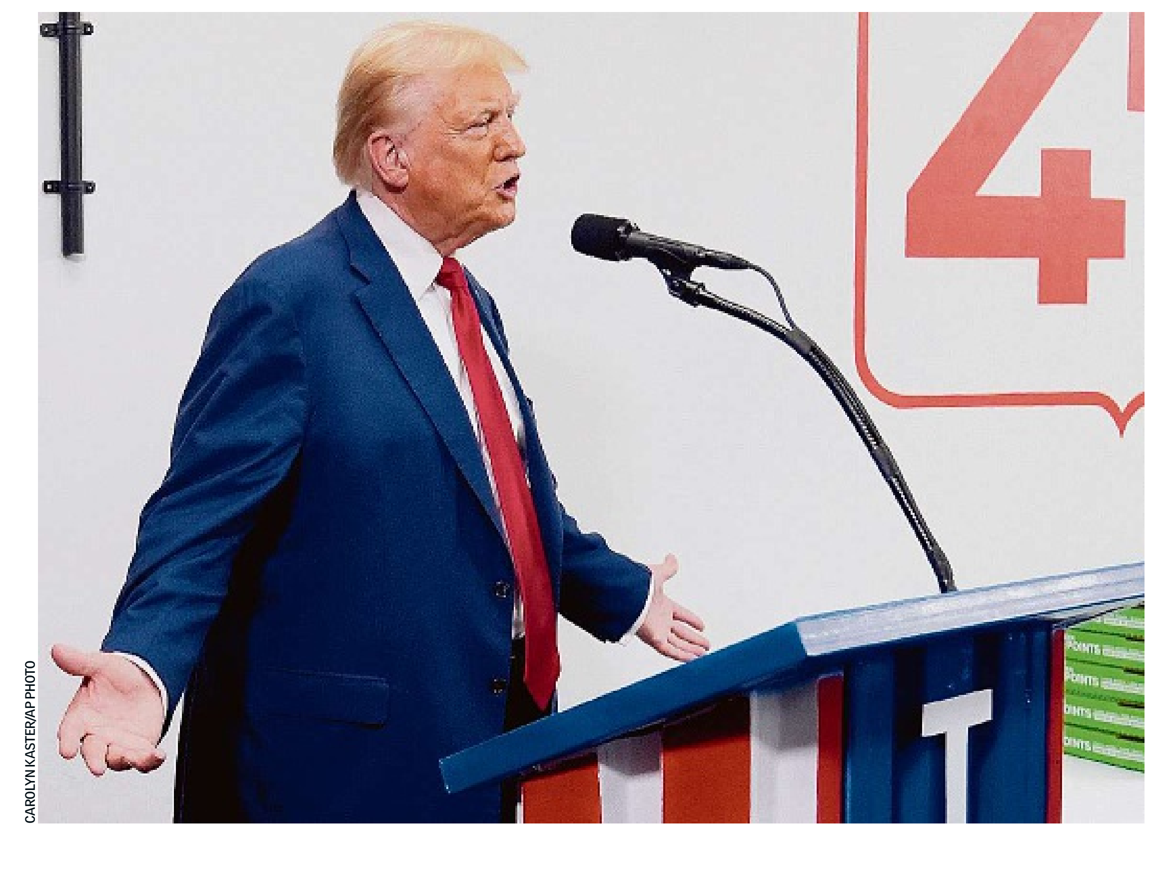
Para ela, a campanha de repressão de Maduro, após as contestadas reivindicações de vitória eleitoral, é insustentável. "Maduro quer semear o terror, mas isso não é sustentável", afirmou Corina.

De acordo com fontes oficiais, pelo menos 25 pessoas morreram nas manifestações que se seguiram à eleição. Mais de 2.000 pessoas foram presas.

A estratégia da oposição, segundo Corina, é manter a pressão sobre Maduro através de uma combinação de protestos programados e pela ação da diplomacia estrangeira que enfraqueceria o seu apoio e forçaria um acordo.

Maduro teve a vitória reconhecida por China, Rússia, Cuba, Nicarágua e Coreia do Norte. A maioria dos países rejeitou o resultado.

Trump critica ABC News e ameaça não ir a debate



CAROLYN KASTER/AP PHOTO

O candidato republicano Donald Trump ameaçou ontem não comparecer ao único debate acertado com a candidata democrata, Kamala Harris, que está programado para o 10 de setembro. Trump, em uma postagem em sua plataforma Truth Social, criticou a ABC News, a anfitriã do debate, sugerindo que a emissora é tendenciosa em favor de Kamala e perguntando. "Por que eu faria o debate contra Kamala Harris nessa rede?", afirmou. "Eles têm muitas perguntas para responder!!!", acrescentou. "Por que Harris recusou a Fox, a NBC, a CBS e até a CNN? Fique ligado!!!" Em um comunicado ontem, a equipe de Kamala disse que as campanhas estavam em uma disputa sobre se os microfones, durante o encontro, deveriam ou não ser silenciados quando o outro candidato estivesse falando. Na foto, Donald Trump fala durante uma parada em um escritório de campanha ontem em Roseville, no Michigan.

EUA debatem reforma de US$ 1,5 tri em silos nucleares

Doug Cameron
Dow Jones Newswires

O preço da atualização do sistema de mísseis nucleares terrestres dos EUA está aumentando, mas o apoio ao projeto não.

O Pentágono revisou o custo projetado para reformar centenas de silos de mísseis nucleares para US$ 141 bilhões, um aumento de US$ 30 bilhões em relação a uma estimativa fornecida em janeiro. O projeto da Força Aérea, conhecido como Sentinel, inclui substituir os mísseis balísticos intercontinentais da época da Guerra Fria, que se encontram dentro desses silos, por modelos mais novos.

As comunidades em grande parte rurais que abrigam os mísseis mergulharam na incerteza sobre quando — ou mesmo se — milhares de trabalhadores começarão o projeto de construção, programado para iniciar neste terceiro trimestre. Recentemente, líderes militares disseram a moradores de Kimball (em Nebraska), uma cidade cercada por um dos maiores campos de mísseis, que poderá levar cinco anos ou mais para o trabalho começar.

"Há muitas incógnitas aqui e eu entendo a frustração", disse o brigadeiro Colin Connor na sede da prefeitura este mês.

O Sentinel é parte de uma atualização de armas nucleares há muito adiada que, estima o Escritório de Orçamento do Congresso, custará ao menos US$ 1,5 trilhão ao longo de 30 anos. Alguns deputados, como o democrata John Garamendi, questionam se ainda há necessidade de mísseis terrestres ao lado dos transportados por novos submarinos e bombardeiros.

Durante décadas o Pentágono e os governos disseram que os mísseis nucleares são fundamentais para a segurança nacional e a dissuasão de conflitos globais. Recentemente, autoridades militares dos EUA e suas contratadas disseram que os esforços para prolongar a vida útil das armas e estruturas existentes chegando ao limite.

> "Maioria dos que fizeram isso da última vez nem estão mais por aqui"
> *Madelyn Creedon*

Os mísseis que ficam em cerca de 450 silos estão décadas além de sua vida útil projetada de dez anos. Os silos subterrâneos exigem milhares de quilômetros de novos cabos de fibra ótica. Os centros de comando subterrâneos que controlam os mísseis precisam ser reconstruídos. Os trabalhos de manutenção, que costumavam levar duas ou três horas, agora demoram duas vezes mais, e está mais difícil conseguir peças, segundo autoridades da Força Aérea.

"A escala, escopo e complexidade são algo que não tentamos como nação há mais de 60 anos", disse Bil LaPlante, o principal comprador de armas do Pentágono, a jornalistas em julho, quando liberou o Sentinel para continuar como um programa obrigatório, apesar do aumento dos custos.

A Força Aérea está buscando maneiras de reduzir a complexidade do projeto Sentinel, mas decidir sobre as mudanças poderá levar até 18 meses, disse LaPlante.

O Departamento de Defesa negociou um terço dos acordos imobiliários necessários para garantir o acesso a terras particulares para os silos e o cabeamento que os conecta aos centros de controle subterrâneos. Os atrasos no projeto significam que muitos desses acordos poderão ter de ser retrabalhados, segundo a Força Aérea.

O Pentágono contratou a Northrop Grumman em 2020 para supervisionar o programa Sentinel e fazer o trabalho inicial de engenharia e projetos. Auxiliada pela gigante da construção Bechtel, a Northrop foi a única licitante para o contrato inicial de US$ 13,3 bilhões, após a Boeing desistir.

Como uma reforma que vira pesadelo, o Pentágono e suas contratadas enfrentaram grandes desafios nos reparos do concreto, acesso à fiação e modernização dos sistemas de comunicação.

"A maioria das pessoas que fizeram isso da última vez nem está mais por aqui. De modo que recriar tudo isso acabou se mostrando um problema enorme", disse Madelyn Creedon, uma ex-autoridade graduada do Departamento de Energia e do Pentágono — que presidiu uma comissão do Congresso sobre as forças nucleares e convencionais dos EUA.

Ucrânia passa dos limites com Moscou e Washington

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Com a ofensiva em Kursk, a Ucrânia não ultrapassou só as fronteiras russas. Ultrapassou o limite traçado por Washington.

Desde o início da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, os EUA têm reiterado que seu objetivo é defender o território ucraniano e sua sobrevivência como Estado soberano. Qualquer insinuação de que a guerra pudesse ser levada para dentro da Rússia era considerada perigosa.

Na esteira da incursão em Kursk, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, menosprezou restrições impostas pelos EUA aos esforços de guerra ucranianos, condenando o "conceito ingênuo e ilusório das chamadas linhas vermelhas em relação à Rússia, que dominou a forma como alguns parceiros avaliam a guerra". Essa forma de ver agora "desmoronou", disse o presidente ucraniano.

Será que desmoronou mesmo? A diferença entre a cautela em Washington e a disposição de assumir riscos em Kiev é reflexo não apenas de uma diferença de avaliação sobre até que ponto é possível pressionar Vladimir Putin. Também reflete uma diferença sutil nos objetivos de guerra. Em uma das respostas à invasão, Putin lançou ontem um dos mais maciços ataques com mais de 200 drones e mísseis a Kiev e sua infraestrutura.

No início do conflito, o presidente dos EUA, Joe Biden, definiu dois objetivos para seu governo. O primeiro era apoiar a Ucrânia. Mas o segundo era evitar a terceira guerra mundial. Se obrigados a escolher entre os dois objetivos, os EUA escolherão o segundo.

No entanto, a Ucrânia está lutando por sua sobrevivência. Ela aceitaria o envolvimento direto dos EUA em uma guerra com a Rússia. De acordo com um livro recente de David Sanger, Biden até sinalizou a seus assessores que Zelensky poderia estar tentando deliberadamente arrastar os EUA para uma terceira guerra mundial.

Como resultado, o apetite por risco de Washington e o de Kiev são diferentes. Os EUA têm sido firmemente cautelosos quanto ao tipo de armas que fornecem à Ucrânia. Quando os mísseis de longo alcance Himars foram fornecidos pela primeira vez à Ucrânia, o governo Biden impôs limites sobre até onde eles poderiam ser disparados. Foi apenas em maio que Washington deu permissão para que armamentos fornecidos pelos EUA fossem usados contra alvos ligeiramente dentro da Rússia. Essas proibições ainda estão em vigor.

A diferença na tolerância ao risco dos EUA e a da Ucrânia se reflete dentro da Europa. Países que estão próximos da linha de frente e se sentem diretamente ameaçados pela Rússia — como Estônia e Polônia — têm feito pressão para que a Ucrânia receba armas mais avançadas e tenha mais liberdade para usá-las. A Alemanha tem sido muito mais lenta para agir.

Os ucranianos há muito reclamam que a cautela de seus aliados mais poderosos faz com que eles sejam obrigados a lutar com uma mão amarrada nas costas.

Com a ofensiva em Kursk, os ucranianos pegaram uma folha da cartilha usada por Israel — realizando uma ação militar não aprovada em Washington. A suposição tanto da Ucrânia quanto de Israel é que, se a ação for bem-sucedida, receberá aprovação retroativa dos EUA. Se não, os EUA os ajudarão a lidar com as consequências.

Por agora, há um otimismo cauteloso em Washington sobre a ofensiva em Kursk — embora ainda haja dúvidas se as forças de Kiev conseguirão manter o território.

É improvável, contudo, que mesmo um sucesso ucraniano leve os EUA a jogar a cautela pelos ares. Os EUA ainda estão determinados a evitar um conflito direto com a Rússia e ainda levam a sério a ameaça de um conflito nuclear.

Os EUA sabem que Putin fez ameaças de usar armas nucleares e que a Rússia tem treinado de forma constante seu uso em exercícios militares. Essas ameaças foram levadas a sério o suficiente, a ponto de Jake Sullivan, assessor de segurança nacional de Biden, advertir a Rússia sobre "consequências catastróficas" caso ela recorresse ao uso de armas nucleares.

INÊS 249

ECONÔMICO
Valor

País precisa concluir e pôr em prática o Plano Clima

Enquanto os chefes dos três poderes se reuniam na semana passada em Brasília para assinar um pacto em defesa de políticas de desenvolvimento com proteção ao meio ambiente, a população de pelo menos dez Estados, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, estava sendo engolfada pela fumaça gerada pelos incêndios florestais na Amazônia, Pantanal e interior de São Paulo. A dura realidade coloca em xeque os discursos da ocasião, expõe fragilidades da política ambiental e é um chamado à ação e ao planejamento.

Depois de Lula apontar, com razão, os efeitos da política de devastação ambiental praticada pelo presidente Jair Bolsonaro, os incêndios na Amazônia voltam com força sob seu governo, e também em um bioma cada vez mais fragilizado, o Pantanal. A responsabilidade de enfrentá-los é de cada governo, e atribuir a culpa a Bolsonaro não serve mais de álibi para falhas na atual gestão. Os funcionários do Ibama ficaram em greve por dois meses, um tempo importante de ação, sem que o governo resolvesse o impasse. O Pantanal dá indícios de nova temporada de seca e de fogo há meses, assim como a Amazônia, mas a reação aos eventos carece de eficiência. Os focos de incêndio, na maioria dos casos, e não é de hoje, têm autoria humana. Agora não foi diferente, e o governo Lula precisava estar preparado para vigiar e punir os transgressores, defendendo o ambiente.

O presidente Lula, o presidente da Câmara, Arthur Lira, o do Senado, Rodrigo Pacheco, e o do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, fizeram um pacto que prevê 26 medidas alinhadas aos princípios do Plano de Transformação Ecológica (PTE), lançado em 2023. O Legislativo promete levar adiante projetos como o marco legal do mercado de carbono, a produção de energia eólica no mar e o avanço dos biocombustíveis. O Judiciário vai agilizar processos que envolvam a temática ambiental, fundiária e climática. O Executivo se encarrega de ampliar o financiamento e reduzir o custo do crédito para setores, projetos e práticas sustentáveis.

As intenções são boas. Mas várias das promessas feitas estão empacadas há tempos. Apesar de Lira ter ressaltado seu interesse na agenda verde, a regulamentação do mercado de carbono, por exemplo, que era para estar pronta para a COP 28, no fim de 2023, está parada desde então e agora deve ficar para a COP 30, em Belém, em 2025. O projeto estabelece teto para emissões. Empresas e entidades que emitem abaixo do limite ganham cotas que podem ser vendidas no mercado. As que poluem mais precisarão compensar esse excesso com a compra dos títulos emitidos pelas que poluem menos. A agropecuária está fora.

Por outro lado, há no Congresso cerca de 35 propostas criticadas por ambientalistas, como as que enfraquecem o Código Florestal, abrem espaço para o desmatamento e facilitam a atuação de grileiros; a que reduz a reserva legal na Amazônia; e a que permite mineração em unidades de conservação. Há ainda projetos que nascem com objetivos ecológicos e são deturpados por jabutis. É o caso do projeto das eólicas offshore, em que foram incluídos incentivos à produção de energia à base de carvão, ofuscando o mérito original.

O Executivo também tem suas contradições. Se o Ibama não liberou licenças, o Ministério de Minas e Energia já se manifestou a favor de aumentar a exploração de petróleo, inclusive na Margem Equatorial, além de incentivar o subsídio aos combustíveis fósseis. No Judiciário, a questão das terras indígenas se move devagar.

O aquecimento climático, porém, não espera. 2024 caminha para outro ano recorde de calor e o Brasil, de Norte a Sul, está em chamas. No Amazonas uma grave seca parece estar emendando em outra, com agosto batendo novo recorde de focos de incêndio. No Pantanal, a devastação pelo fogo voltou a fazer fortes estragos, depois de ter consumido 261 mil hectares, em 2021, 9% da vegetação do bioma.

O MapBiomas acaba de divulgar que o país perdeu 13% das áreas naturais de seu território de 1985 a 2023, incluindo vegetação natural, superfície de água e áreas naturais como praias e dunas. Isso se soma a 20% perdidos anteriormente. Dos 110 milhões de hectares de vegetação nativa perdidos, metade, 55 milhões, foi na Amazônia e 38 milhões, no Cerrado.

Essa degradação dos biomas ajuda a explicar em parte a proliferação dos focos de incêndio florestal e o prolongamento da seca. São Paulo teve recorde de queimadas em poucos dias. Nuvens de fumaça cobriram vários Estados e chegaram a Brasília. Os eventos extremos estão se agravando no Brasil e desgastam o prestígio que o governo Lula tem na agenda climática global. É preciso reconhecer a urgência do fogo e dotar os órgãos responsáveis por prevenção e combate de todos os recursos necessários.

A luta contra o aquecimento exige esforço amplo e conjunto com Estados e municípios. Os candidatos a prefeitos, por exemplo, mal estão tocando no atraso gritante de suas políticas para enfrentar as mudanças climáticas. Das prefeituras, só 7,81% possuem sistemas de alerta e 3,1% têm no plano diretor prevenção de deslizamento de encostas (O Globo, 25 de agosto). O Plano Clima, previsto para 2025, precisa ser finalizado logo e sair do papel com a rapidez que a urgência requer.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Ainda há grandes entraves para desenvolvimento e modernização do setor. Por **Antonio Alvarez Alban**

Um novo mercado de gás para desenvolver a indústria

A perspectiva de que a inserção do gás natural no Brasil poderia modernizar os sistemas energéticos, criar um mercado com oferta abundante do insumo a preços competitivos e desencadear um ciclo virtuoso de investimentos na indústria ainda não se confirmou. Na contramão das previsões, o consumo de gás natural no setor industrial, responsável por cerca de 60% do total consumido no país, está estagnado há mais de 10 anos.

Isso ocorre, especialmente, porque os preços do insumo no mercado nacional estão entre os mais elevados do mundo. No Brasil, o gás natural chega às indústrias por US$ 21 por milhão de BTUs, em média. O valor é muito superior ao dos Estados Unidos, onde a molécula do gás custa US$ 2,5 por milhão de BTUs, e representa mais do que o dobro da média de US$ 9 por milhão de BTUs praticada no mercado europeu.

Para mudar esse cenário, é preciso avançar na discussão sobre as medidas necessárias para melhorar a oferta e os preços do gás natural, identificando as oportunidades para transformar esse energético em uma vantagem competitiva para a nossa indústria.

Um longo caminho já foi percorrido para a reestruturação do mercado brasileiro de gás natural. Nos últimos dois anos, a Nova Lei do Gás — instrumento necessário para a reforma do setor —, permitiu avanços importantes como o aumento no número de carregadores autorizados, a entrada de outros supridores e novos contratos nas distribuidoras.

No entanto, por si só, a Lei não é suficiente para a criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo. O número de contratos de consumidores industriais no ambiente de contratação livre ainda é pequeno, indicando que há grandes desafios a serem superados para garantir o desenvolvimento do mercado de gás brasileiro.

A efetiva modernização do setor depende de avanços em várias frentes. Uma delas é a melhoria do ambiente regulatório. O decreto assinado pelo governo caminha nessa direção. Com a Nova Lei do Gás, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recebeu uma série de atribuições e precisa dar celeridade à agenda regulatória já estabelecida.

Diversas barreiras e lacunas dificultam a gestão eficiente da malha de transporte e o acesso às infraestruturas essenciais do gás natural. A solução dessas questões requer a adoção de normas adequadas para garantir a concorrência e a atração de investimentos para o setor. A abertura do mercado exige, ainda, que as regulamentações estaduais reflitam o novo modelo, dando mais segurança e previsibilidade aos consumidores livres.

Outro ponto importante é a garantia de suprimento. Apesar das projeções demonstrarem que a indústria brasileira tem potencial para substituir fontes energéticas mais poluentes por gás natural, o que se observa, na prática, é que a demanda pelo insumo não vem sendo atendida adequadamente. As deficiências no abastecimento têm causado problemas como ociosidade nas caldeiras a gás natural e a paralisação de fábricas de fertilizantes, o que prejudica a capacidade das empresas de enfrentar os competidores internacionais.


AGÊNCIA PETROBRAS

Os consumidores de gás veem com expectativa o anúncio de novos projetos que prometem aumentar a oferta de gás natural. Entre os planos futuros, destaca-se a entrada em operação do Gasoduto Rota 3, prevista para este ano, com capacidade para escoar 18 milhões de metros cúbicos ao dia.

Além disso, o desenvolvimento do Projeto Raia está em andamento e deve começar a operar em 2028, com a estimativa de produzir cerca de 14 milhões de metros cúbicos ao dia. Há, ainda, a previsão de que se anuncie, até o fim deste ano, a decisão de investimento no Projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP), que tem potencial para produzir até 18 milhões de metros cúbicos de gás natural ao dia a partir de 2030.

Além dos projetos de aproveitamento do gás nacional, o governo brasileiro e representantes do setor industrial discutiram, recentemente, com autoridades bolivianas a possibilidade de a indústria nacional comprar o insumo diretamente daquele país. Com a perspectiva de autossuficiência da Argentina, há uma janela de oportunidade na contratação de gás da Bolívia que pode atingir 4 milhões de metros cúbicos ao dia no curto prazo.

Outros 2 milhões de metros cúbicos ao dia podem ser trazidos da Argentina pela infraestrutura de gás boliviana, atualmente ociosa. Se concretizados, esses acordos devem elevar a oferta e proporcionar uma redução de cerca de 30% no custo do gás natural para as empresas.

Estamos diante de um momento decisivo para a evolução da indústria de gás natural brasileira. Para que isso se torne realidade, precisamos de um ambiente com maior previsibilidade, que estimule investimentos de longa maturação e ajude o país a ter uma oferta compatível com a demanda e com os projetos de expansão das empresas.

A construção de um mercado de gás natural competitivo, capaz de atender às transformações das cadeias de produção, depende de políticas públicas voltadas à redução dos preços, ao aumento da oferta e à ampliação dos investimentos na infraestrutura do setor. A definição dessas políticas deve ser feita com transparência, articulação e governança entre os diferentes órgãos públicos com competência para estimular o mercado de gás natural como os ministérios de Minas e Energia; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e da Fazenda; a ANP; o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e as agências reguladoras dos estados.

O governo federal tem ouvido os representantes de diferentes elos da cadeia e traçado um diagnóstico acertado dos obstáculos que precisam ser vencidos na área de gás natural. Entretanto, ainda há grandes entraves para o desenvolvimento e a modernização do setor. Com uma política adequada, poderemos corrigir as distorções e ter um mercado de gás natural competitivo, que promova a neoindustrialização e contribua para o crescimento da economia e a geração de empregos no país.

Antonio Ricardo Alvarez Alban é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

INÊS 249

Opinião

Governo dá sinalização construtiva

Christopher Garman



Ainda há muitas dúvidas e críticas sobre a direção da política econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas os últimos dois meses trouxeram sinalizações construtivas.

Depois de uma escalada de incertezas sobre a condução da política fiscal e monetária (em grande medida exacerbada por falas do próprio presidente) que fez o dólar disparar de R$ 5,15 para mais de R$ 5,60 entre maio e o início de julho, o governo começou a tentar arrefecer a crise de confiança do mercado.

Primeiro, anunciou, no dia 4 de julho, um corte de R$ 26 bilhões em gastos permanentes. Em seguida, contingenciou outros R$ 15 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano. Agora, sinaliza que pode anunciar uma nova rodada de contingenciamento em setembro para atingir essa meta.

Mas a sinalização mais construtiva no último mês veio da política monetária: Lula parou de criticar o Banco Central e a taxa Selic desde o início de julho, e os diretores do banco indicados por ele endureceram seus discursos. Depois que o Comitê de Política Monetária do BC votou de forma unânime por manter os juros inalterados em duas reuniões seguidas, o diretor de Política Monetária Gabriel Galípolo repetiu que está disposto a aumentar a taxa para cumprir a meta de inflação de 3%.

Esse movimento mostrou que o presidente é sensível à crise de confiança do mercado — e, ao mesmo tempo, que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mantém sua confiança. Haddad e vários assessores palacianos alertaram Lula para o perigo da desvalorização do real, que levaria a mais inflação, juros mais elevados e queda no crescimento econômico — fatores que poderiam ameaçar sua reeleição em 2026. Diante desse risco, ele aceitou embarcar em uma agenda modesta de corte de gastos e manter o compromisso com a meta fiscal de 2024.

A sensibilidade de Lula a esses argumentos sugere que ele continua vendo a inflação baixa como uma pré-condição para seu êxito político. Esse diagnóstico marcou seus dois primeiros mandatos, e segue válido. Também mostra que suas críticas à política monetária não foram pautadas só pelo desejo de baixar artificialmente os juros para impulsionar o crescimento econômico, mas por sua percepção sobre o atual presidente do banco, Roberto Campos Neto. O Palácio do Planalto e a cúpula do Partido dos Trabalhadores veem o executivo, indicado ao cargo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, como um "inimigo dentro do governo" — e suspeitam profundamente de qualquer decisão de política monetária mais dura tomada por ele.

Isso sugere que o Planalto vai reagir de forma diferente a decisões duras em política monetária se vierem de alguém em quem Lula confie. Por isso, é bem provável que ele indique Galípolo para suceder Campos Neto — mesmo após seus votos pela manutenção da Selic, e ainda que seu discurso seja mais duro. O próprio presidente disse publicamente que não vai indicar alguém que apenas vá seguir seus desejos, e que essa pessoa terá liberdade para tomar decisões com as quais talvez não concorde.

Presidente e governo seguem altamente influenciados por um país profundamente dividido e polarizado

Por outro lado, essa "virada" construtiva mostrou que o presidente e o governo seguem altamente influenciados por um país profundamente dividido e polarizado — o que é uma má notícia se houver dificuldades políticas e econômicas à frente.

A reação tardia de Lula à desancoragem de expectativas e à depreciação de ativos mostrou como ele se aferrou a uma leitura política de uma questão mais econômica.

A crise de confiança entre o mercado vinha se alastrando há tempos, impulsionada pela mudança das metas fiscais de 2025 e 2026 em abril e, principalmente, pelo racha na divisão do Copom (entre indicados por Lula e Bolsonaro) sobre o ritmo de queda da Selic. As expectativas de inflação foram subindo, e o real depreciando ao longo de maio e junho.

Embora Haddad tenha atuado para iniciar uma agenda de controle de gastos e convencido Lula a publicar um decreto regulamentando a meta contínua de inflação para contornar a queda de confiança, o Planalto fazia outra leitura dessa desancoragem. O entendimento era que, se a economia tinha desempenho melhor do que os economistas projetavam no início do ano e a inflação estava controlada, a crise de confiança era resultado de um ataque especulativo vindo de um setor privado conservador, com raízes bolsonaristas, visando enfraquecer Lula para eleger um candidato de oposição em 2026.

Logo, a primeira reação do presidente foi se revoltar contra esse "ataque especulativo", aumentar suas críticas ao BC e afirmar que não faria um ajuste fiscal às custas de demandas sociais. Eventualmente, a depreciação do câmbio levou à conclusão de que não importava se a desancoragem era injusta — e que o governo precisava agir para evitar que ela se intensificasse.

Mas essa correção de rota demorou — e ocorreu mais de dois anos antes do pleito presidencial de 2026, e com o Planalto ainda muito confiante nas chances de reeleição de Lula. Logo, ficou mais fácil para o ministro da Fazenda argumentar que um ajuste em 2024 facilitará o resultado eleitoral em dois anos. Foi nesse contexto que Haddad encontrou condições políticas para reagir com maior responsabilidade fiscal.

Mas se, em 2025 ou 2026, Lula tiver menos apoio político e sentir sua reeleição mais ameaçada, a reação de seu governo pode ser diferente. Sua equipe tenderá a enxergar críticas do setor privado ou depreciação de ativos sob um viés político-eleitoral de um setor privado conservador visando derrubá-lo. Se, este ano, o ministro da Fazenda conseguiu convencer o presidente a anunciar medidas que sinalizam maior responsabilidade fiscal, próximo da eleição e com Lula mais desesperado a pressão será para aprovar exceções à regra fiscal para garantir a vitória nas urnas.

No atual ambiente político, governo e oposição enxergam o outro lado como uma ameaça ao estado democrático de direito. Fica cada vez mais claro que essa situação tem repercussões perigosas para a política econômica: polui a capacidade do governo de ler "sinais" do setor privado e aumenta a ânsia de evitar a vitória dos adversários.

Christopher Garman é diretor-geral do Eurasia Group.

Várias nações estão com posições financeiras muito mais sólidas que os EUA. Por **Ruchir Sharma**

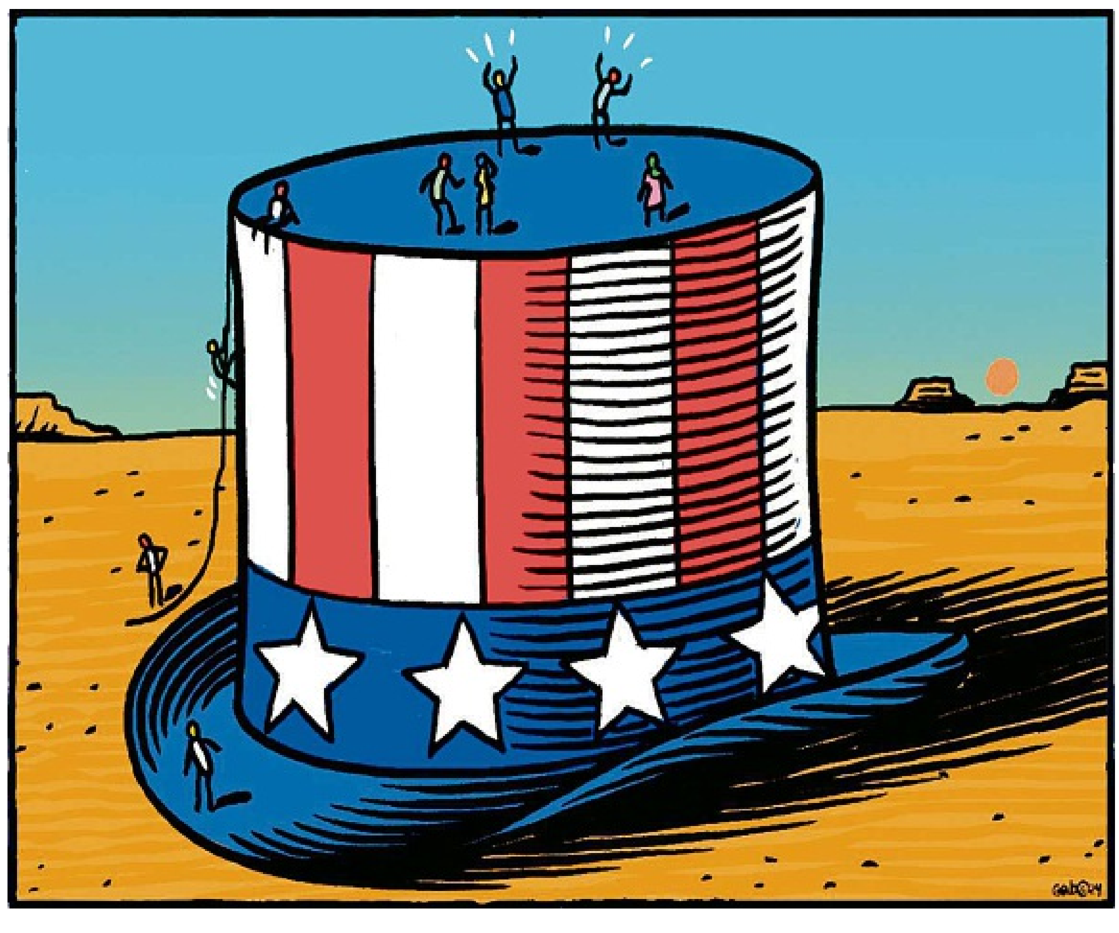
O grande retorno dos emergentes

Nos anos 2000, quando um amplo boom econômico nas economias emergentes atraía bilhões de dólares para os seus mercados financeiros, o escritor Fareed Zakaria capturou aquele momento histórico como "a ascensão do resto". Agora, uma história igualmente encorajadora está se desenrolando no mundo emergente, mas poucos observadores perceberam e um número ainda menor de investidores estrangeiros vêm atuando nessa mudança importante.

Um grande retorno está em andamento. Após enfraquecerem bastante na última década, as economias emergentes estão reconstruindo sua liderança de crescimento em relação às economias desenvolvidas, incluindo até mesmo a mais forte, os Estados Unidos, a níveis não vistos em 15 anos. A proporção das economias emergentes em que o PIB per capita deverá crescer mais rápido do que nos EUA caminha para saltar de 48% nos últimos cinco anos para 88% nos próximos cinco. Essa proporção igualaria o auge do boom dos mercados emergentes nos anos 2000.

Esse boom nascente difere do último em aspectos fundamentais. Nos anos 2000, o mundo emergente foi impulsionado pela rápida ascensão da China, um grande aumento nos preços das commodities e políticas monetárias frouxas adotadas pelos bancos centrais ocidentais. Muitos comentaristas assumiram que "o resto" poderia continuar crescendo em massa graças à ascensão da China, mas eles acabariam ficando muito desapontados. Em 2012, atingido pelo exagero, alertei para um iminente "fim do resto". De fato, a década seguinte foi desanimadora para os mercados emergentes — e excelente para os EUA.

Agora, porém, muitas nações emergentes estão com uma posição financeira muito mais sólida do que os EUA. Como uma superpotência superestimulada que depende de déficits recordes para impulsionar o crescimento, os EUA encontram-se em um caminho insustentável. As economias emergentes têm déficits orçamentários e em conta corrente muito menores, deixando-as com uma capacidade maior de investir e impulsionar o crescimento futuro.



Excluindo a China, os lucros crescem a um ritmo anual de 19% nos mercados emergentes, contra 10% nos EUA. No 2º trimestre, pela primeira vez desde 2009, as companhias emergentes superaram as previsões de lucros por ampla margem das contrapartes americanas

Até mesmo países conhecidos no passado pela prodigalidade financeira, da Turquia à Argentina, retornaram à ortodoxia econômica.

O destino das nações emergentes não depende mais tão completamente do destino da maior delas. A recuperação atual está sendo impulsionada por outras nações além da China, cujas dificuldades (de uma população que está encolhendo a dívidas pesadas) obscurecem os pontos fortes de seus rivais do mundo emergente. A virada nacionalista de Pequim e as relações cada vez mais tensas com o Ocidente assustaram os investidores globais, que vêm saindo da China e estabelecendo fábricas em outros países.

Na próxima década, as exportações deverão ser particularmente fortes para as tecnologias verdes e as matérias-primas necessárias para construí-las, como o cobre e o lítio, que são fornecidos principalmente por nações emergentes. O boom da Inteligência Artificial (IA) já está aumentando as exportações de fornecedores de chips relacionados à IA (Coreia do Sul e Taiwan) e eletrônicos (Malásia e Filipinas). Os investimentos estão aumentando em muitos mercados emergentes, atraídos por uma variedade de pontos fortes — o grande mercado interno da Índia, o ambiente fértil da Malásia para centros de dados e a proximidade do México com os EUA.

Com a aceleração do crescimento econômico, os lucros corporativos tendem a fazer o mesmo. Excluindo a China, os lucros no momento estão crescendo a um ritmo anual de 19% nos mercados emergentes, contra 10% nos EUA. No segundo trimestre deste ano, pela primeira vez desde 2009 as corporações dos mercados emergentes (incluindo a China) superaram as previsões de lucros por uma ampla margem em relação às contrapartes americanas. As margens de lucro vêm melhorando nos mercados emergentes e estagnando nos EUA há 18 meses.

Os investidores no mercado de ações global, hipnotizados pelas companhias de tecnologia americanas de enorme valor de mercado, ainda não responderam. A movimentação está praticamente paralisada na maioria dos mercados de ações emergentes, com os volumes de negócios atingindo os níveis mais baixos em 20 anos em muitos países. Entre os poucos mercados emergentes que registram ganhos competitivos estão aqueles que possuem uma base de investidores internos forte e em crescimento acelerado — como a Índia e a Arábia Saudita.

Ainda assim, há sinais de uma mudança iminente. A crescente reputação dos EUA como o gastador deficitário mais irresponsável do mundo — um império financeiro que toma seu status de moeda de reserva como garantido — ameaça minar o dólar. Nas últimas semanas, a moeda americana finalmente começou a cair, o que historicamente sempre levou a maiores fluxos de capital para os mercados emergentes.

Após uma longa permanência na sombra dos EUA, os mercados emergentes são uma pechincha cada vez mais atraente. Embora tenham voltado a registrar um maior crescimento nos lucros, eles são negociados a valores baixos recordes em relação aos EUA. Durante 15 anos, os EUA apresentaram crescimento superior nos lucros, impulsionado principalmente pelas chamadas "Big Techs", mas isso também está mudando. O crescimento dos lucros das "sete magníficas", as sete maiores empresas de tecnologia dos EUA, agora deverão cair mais de 50% no próximo ano.

É claro que nunca fez sentido agrupar nações emergentes em um pacote sem rosto. A ascensão . do resto significará uma boa década para as nações emergentes em média, mas liderada por um grupo seleto de estrelas, cada uma extraindo força de maneiras diferentes a partir das tendências favoráveis no comércio global, no dólar, nas reformas econômicas e na nova liderança política.

Lembre-se que até recentemente muitos comentaristas alertavam que, após o choque da pandemia, o mundo emergente estava vulnerável a crises em série. As expectativas continuam baixas e os temores são altos de que os mercados emergentes estão fora do radar da maioria dos investidores globais. Mas essa é a natureza dos retornos. Eles saem da obscuridade e, quanto mais profundas as sombras das quais eles surgem, mais drama envolve o retorno — uma vez que ele é reconhecido. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Ruchir Sharma é presidente da Rockefeller International. Seu novo livro é "What Went Wrong With Capitalism".

Frase do dia

"É muito fácil patrocinar time campeão. Quero ver patrocinar um menino ou menina da periferia desse país".

Do presidente Lula, que quer que estatais apoiem atletas olímpicos

Cartas de Leitores

Incêndios

Coincidentemente eu estava em Ribeirão Preto (interior de São Paulo) neste final de semana e pude ver de perto até onde vai a maldade do ser humano. A cidade foi tomada pelo fogo e fumaça. O ar estava irrespirável. Muitas pessoas com problemas de respiração e hidratação. Muitas plantações e casas destruídas, estradas interditadas e animais queimados vivos.

Apesar de estar muito seco, os incêndios foram criminosos. Como está na letra da música "O último julgamento", você é chamado de homem, mas é o pior dos animais. Não fosse o poder de Deus enviando chuva, a tragédia seria maior, pois o vento forte ajudava a espalhar o fogo e não havia água que não fosse do céu, capaz de apagar as chamas.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

•

Os impressionantes e trágicos incêndios que estão assustadoramente devastando vários de nossos biomas estão tendo causas criminosas, como as autoridades já estão verificando.

As prisões de alguns dos autores de tais delitos poderão levar aos mandantes de tais incêndios, que poderão até ser de organizações internacionais de crimes. Precisam nossas lideranças governamentais e empresariais terem firmeza em detectar tais objetivos criminais no sentido eliminar tais tragédias, e com isso, possamos voltar a ter uma tranquilidade climática, fundamental para o bem estar de toda a nossa imensa população.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

STF

As sociedades dos Estados democráticos orientados pelo Direito esperam sempre que suas Cortes Supremas operem dentro de rígidos critérios de imparcialidade e discrição.

Por aqui, no entanto, o que se vê com frequência atualmente é a oscilação pendular do Supremo Tribunal Federal (STF), entre a judicialização da política e a politização da justiça. A expectativa racional é de que ele se mantenha devidamente alheio às atribuições precípuas dos outros poderes.

Na verdade, porém, divide-se entre constituir a sentinela da boa democracia, ao criar, na prática, dispositivos legais exclusivos do Legislativo, e ser a fonte de parâmetros políticos direcionados à abertura de caminhos alinhados aos projetos do Executivo da hora que, por sua vez, deveriam ser avaliados pelo Congresso.

Não constitui, portanto, a Corte Suprema brasileira, órgão equilibrador e moderador. Assemelha-se mais a criador de conflitos que, no entanto, quase sempre são aplainados em jantares e acordos que não resolvem as questões fundamentais.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial



Ambiente Referência em estudos sobre clima, Carlos Nobre avalia disparada nos registros de focos de incêndio em SP e sugere atuação do crime organizado

Incêndios podem ser reação do crime à maior fiscalização, diz Nobre

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O cientista Carlos Nobre, um especialista em clima reconhecido internacionalmente, estuda há muitos anos a Amazônia e, por força das circunstâncias locais, acabou se tornando também um conhecedor da dinâmica do crime organizado na região.

O crime organizado, diz ele, está por trás de desmatamentos e de fazendas de gado que ali se instalam, numa engrenagem pouco controlada que serve aos propósitos de lavagem de dinheiro ou outros crimes.

Essa vem sendo a crônica ambiental-policial em Estados da Amazônia e no Centro-Oeste. Mas para Nobre, o recorde de detecções de foco de incêndio neste mês no Estado de São Paulo pode ser um sinal perigoso de que o crime organizado decidiu expandir seu modo de agir nas áreas mais remotas da Amazônia, replicando em São Paulo sua forma de destruir biomas e de lucrar ilegalmente na cadeia agropecuária.

"Na Amazônia, como funciona o crime organizado? Primeiro, desmata ilegalmente. Deixa a floresta desmatada secar por dois meses e bota fogo depois eles mesmos contratam pessoas para plantar gramínea e depois que a pastagem estiver pronta, eles passam a ter gado e fazem uma pecuária ilegal", diz o pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Mas com mais ações de órgãos públicos contra desmatamento, os incêndios talvez tenham se tornado uma tentativa mais rápida e barata dos criminosos de devastarem biomas para suas atividades ilícitas.

A tese de Nobre é que os incêndios no Pantanal e também em São Paulo deste ano tenham, em parte, essa gênese.

Ele é categórico quando perguntado se o tempo seco que atinge São Paulo e muitos Estados não pode ser, por si só, um quadro capaz de propagar grandes quantidades de focos de incêndio. "Em hipótese nenhuma", diz ele, afirmando que mãos criminosas inevitavelmente estão por trás dessas ações.

Um dos homens presos para polícia de São Paulo flagrados por material para atear fogo em uma área do interior do Estado disse que estava a mando do PCC, a maior facção criminosa do país. O governador Tarcísio de Freitas disse não ver ações orquestradas.

A seguir, os principais trechos da entrevista que Carlos Nobre concedeu ontem ao **Valor**:

Valor: *Na reunião que o senhor teve com o Ministério Público Federal nesta segunda-feira, os incêndios e as possíveis causas foram um dos temas tratados?*

Carlos Nobre: Discutimos mais as mudanças climáticas, a urgência climática, as necessidades de atuação, mas também falamos de Amazônia e dos incêndios. E aí vem o grande desafio para o Ministério Público, para o sistema judiciário e para o sistema policial. A ministra Marina Silva disse [sobre a possibilidade de causas criminosas] e o governador de São Paulo disse no fim de semana que duas pessoas tinham sido presas e que eram criminosos e que um deles podia ter relação com o PCC. Então há a probabilidade de que um grande número desses incêndios tenha sido criminoso. É lógico que nessa época de seca é proibido usar fogo em todo o Brasil. Infelizmente, culturalmente, muitos do setor da agricultura e da pecuária não respeitam muito isso. No entanto, dessa vez explodiu [o número de focos de incêndio]. Nunca teve tanto incêndio no Estado de São Paulo. Depois que a frente fria veio diminuiu muito. Mas até sexta-feira havia batido recorde histórico, com mais de 2.500 focos de calor que foram detectados pelo Inpe. Como agosto é o mês que tem os ventos mais fortes do ano, quando começa o fogo, o vento logo o espalha e começam outros focos. Mas a causa de muitos desses mais de 2.500 focos detectados pelo Inpe parece ter sido uma explosão do crime.

Valor: *O senhor se refere ao crime organizado?*

Nobre: Minha teoria e essa é apenas uma hipótese ainda é a seguinte: como desde o ano passado aumentou muito o número de ações do Ibama, do ICMBio, da Polícia Federal, dos Ministérios Públicos das polícias estaduais — com dados do Inpe sobre pontos de desmatamento e incêndio. Houve uma grande redução do desmatamento da Amazônia, redução de 50% no ano passado e redução adicional de 38% nos primeiros seis meses desse ano. Então uma hipótese que eu levanto é que o crime organizado, não podendo mais desmatar porque eles seriam pegos, como aconteceu várias vezes no ano passado na Amazônia, eles talvez pensaram que a maneira de não serem pegos seria o fogo.

Valor: *Por quê?*

Nobre: Porque colocar fogo leva minutos. A pessoa vai com gasolina com aparelho [um disparador de chama] e bota fogo, anda 10, 20 metros e bota fogo de novo.

Valor: *Com qual objetivo exatamente?*

Nobre: Crime. Antes grande parte do crime fazia o desmatamento para depois plantar gramínea para pecuária. Agora se ele for fazer o desmatamento, os sistemas satelitais indicam [e municiam ações policiais]. Além disso, o desmatamento não é feito em minutos, leva semanas. Talvez, ainda nessa hipótese que eu estou levantando, o que me parece que o crime organizado entendeu é que era facilmente detectado com o desmatamento.

> "A polícia vai precisar de investigações do nível das que faz para prender traficantes"
> *Carlos Nobre*

Então coloca fogo agora, coloca fogo no mês que vem, coloca fogo no ano que vem e em dois ou três anos queimou tudo.

Valor: *A percepção que se teve durante muito tempo é que em várias áreas incêndios eram iniciados por proprietários de terra que queriam retirar a mata para depois plantar ou criar gado. Como o crime organizado passou a entrar nesse tipo de crime ambiental?*

Nobre: Na Amazônia, como funciona o crime organizado? Os criminosos primeiro desmatam ilegalmente, deixam a floresta desmatada secar por dois meses e botam fogo. Depois eles mesmos contratam pessoas para plantar gramínea e, quando a pastagem estiver pronta, eles passam a ter gado e fazem uma pecuária ilegal.

Valor: *Para lavar dinheiro?*

Nobre: Sim, isso serve para tudo. Eu conheço mais a Amazônia e todo o crime organizado na Amazônia é ligado à mineração ilegal de ouro, ligado ao narcotráfico, ligado ao tráfico de animais, ligado à extração seletiva ilegal de madeira. Traficantes financiam mineração ilegal, financiam a grilagem de terra, controlam o mercado ilegal de terras, colocam gado, vendem fazendas de pecuária e pessoas do agronegócio compram essas propriedades e depois passam a fazer pressão política para que aquelas áreas sejam legalizadas. Como aconteceu desde o novo Código Florestal de 2012. Eles legalizaram uma gigantesca área e outras duas vezes legalizaram outras áreas. Isso é todo um trabalho do crime organizado. É difícil responder o que eles estão fazendo em São Paulo, mas esse é o mundo que eles atuam.

Valor: *É muito diferente, no entanto, o crime organizado queimar áreas remotas na Amazônia e queimar áreas em São Paulo.*

nome: No ano passado houve uma redução de 26% do desmatamento da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Como o crime pareceu que estava perdendo a guerra com a redução do desmatamento na Amazônia, na Mata Atlântica e até mesmo no Cerrado, explodiu a queima do Pantanal, na Amazônia. Lógico, isso tem muito a ver com o recorde de seca com ondas de calor. Mas em junho o Inpe mostrou que só 3% dos incêndios foram de descargas elétricas então 97% dos incêndios no Pantanal foram humanos. Pessoas colocando fogo.

Valor: *Períodos de seca como o que muitas parte do Brasil vivem já criam condições, por si só, para tantos focos de incêndios como os que foram registrados em São Paulo nos últimos dias?*

Nobre: Não, em hipótese nenhuma. Os incêndios naturais são por cargas elétricas. Ou por acidentes, por exemplo, uma queima de lixo. Mas o número de incêndios provocados por fumantes que jogam bituca de cigarro pela janela é ridiculamente pequeno. Pode acontecer, mas é desprezível diante desse número de incêndios.

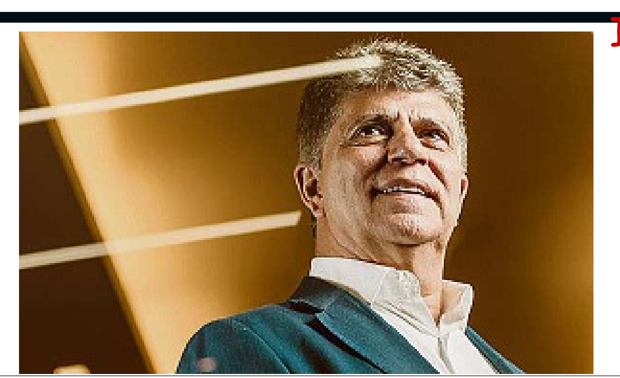
Valor: *Como evitar novos episódios como esses de São Paulo, com números surpreendentes de focos de incêndio?*

Nobre: Vamos ter que criar sistemas de monitoramento muito mais rigorosos. A polícia vai ter que começar a ter investigações do mesmo nível das que faz para prender traficantes de droga. Porque as pessoas que estão por trás daqueles incêndios são equivalente às pessoas que estão transportando droga. A polícia vai ter que ter uma eficácia muito maior.

Logística
Crescimento do e-commerce muda setor de transporte aéreo de carga
B4

INÊS 249

Saneamento
Com Sabesp, Equatorial planeja crescer em outros Estados, diz Miranda, presidente B3



Saúde
Bradesco Seguros busca ampliar parcerias com redes de hospitais B2

Transporte
Crescimento do e-commerce acelera planos das empresas de cargas aéreas B4

Agro 4.0
GT Foods usa câmeras e sensores no monitoramento de frangos B7

Balanços Desvalorização do real, que ajudou exportações, pesou na linha financeira e derrubou lucro

Desempenho das empresas supera expectativa no 2º tri puxado por consumo interno e câmbio

Felipe Laurence
São Paulo

As empresas brasileiras de capital aberto mostraram bons resultados no segundo trimestre, superando a expectativa de analistas para o período entre abril e junho, apoiadas em um cenário de melhor consumo interno e de maior receita de exportação com a desvalorização do real.

A variação cambial no período, com um forte impacto sobre a linha financeira — as dívidas em dólares são corrigidas pela cotação no fim do trimestre —, tirou o brilho da última linha do balanço. Esse aspecto, no entanto, costuma ser minimizado pelos executivos e analistas por não ter efeito imediato no caixa.

Levantamento do **Valor Data** com 309 empresas de capital aberto não financeiras, excluindo Petrobras e Vale, mostra que o lucro líquido caiu 42,7% no segundo trimestre, para R$ 22,2 bilhões. Já as receitas voltaram a mostrar uma vitalidade há tempos perdida, com avanço de 10,5%, para R$ 925,5 bilhões. Com isso, o lucro operacional pôde crescer 21,6%.

É importante considerar na análise desses números que a base de comparação, o segundo trimestre de 2023, foi historicamente fraco. Naquele ano, a receita das empresas caiu 1,5% e o lucro operacional, 15%, diante do mesmo período de 2022.

"Nossa avaliação é que foi uma temporada muito boa, houve inflexão nos fundamentos em vários setores, tanto domésticos quanto externo", afirma Fernando Ferreira, estrategista-chefe da XP. Ele nota que quase 50% das empresas sob cobertura da corretora superaram as estimativas de lucro.

Ferreira ressalta que quem olhar somente o lucro líquido não perceberá uma melhoria tão grande, por conta dos grandes prejuízos que algumas empresas tiveram por causa da variação cambial e da manutenção dos juros elevados. "Retirando esses fatores, as empresas mostraram desempenho robusto."

Os dados da pesquisa do **Valor Data** mostram bem o tamanho do estrago, que esconde o ganho do lado operacional. As despesas financeiras dobraram em um ano, para R$ 80,8 bilhões, enquanto a margem bruta — uma medida que mostra a relação entre receita e custos de produção — teve alta de 1,2 ponto percentual, para 25,5%.

As empresas que lidam diretamente com o dólar acabam sentindo esses efeitos da variação cambial por causa da dívida ser atrelada à divisa americana. "É um efeito não caixa que vai se recuperando nas receitas", afirma Carlos Eduardo Sequeira, diretor de pesquisa e sócio do BTG Pactual.

O banco brasileiro também gostou de forma geral dos números. "Houve evolução por qualquer métrica comparativa que olhamos, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos", diz Sequeira. As empresas que atuam no setor doméstico se destacaram com a melhora na atividade econômica do Brasil.

Levantamento do Itaú BBA, que comparou os resultados das empresas sob sua cobertura com as expectativas dos analistas, mostrou que mais de 60% das empresas domésticas mostraram tendência de expansão em receitas, Ebitda e lucro. Setores como bens de capital, varejo e telecomunicações foram os mais favorecidos.

Resultado das cias. abertas no 2º tri *
Dados em R$ bilhões

	2º tri/23	2º tri/24	Variação %
Receita líquida	837,3	925,5	10,5
Custo de produtos/serviços	-633,2	-689,1	8,8
Lucro bruto	204,0	236,4	15,9
Despesas/receitas operacionais	-112,6	-125,2	11,2
Lucro operacional (Ebit)	91,5	111,2	21,6
Despesas financeiras líquidas	-40,3	-80,8	100,7
Lucro líquido	38,7	22,2	-42,7
Custos e margens	**2º tri/23**	**2º tri/24**	**Variação p.p.**
Custos (em % da receita líquida)	75,6	74,5	-1,2
Margem bruta (em % da receita líquida)	24,4	25,5	1,2
Margem Ebit (em % da receita líquida)	10,9	12,0	1,1
Margem líquida (em % da receita líquida)	4,6	2,4	-2,2

Fontes: CVM e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Dados somados de 309 empresas não financeiras com receita líquida superior a R$ 100 milhões no segundo trimestre de 2024 (exclui Petrobras, Vale e Oi)

> "Houve evolução por qualquer métrica comparativa que olhamos"
> *Carlos E. Sequeira*

Já o Santander esperava mais, pelo menos do lucro líquido. A piora no mercado de aço e um setor de petróleo e gás menos pujante acabaram deixando os resultados abaixo das expectativas do banco. "Esperávamos uma alta de quase 17% no lucro consolidado da temporada e tivemos queda de 4% por conta das exportadoras", diz Alice Corrêa, estrategista de ações do banco.

Ela afirma que o lucro das empresas de commodities caiu 39,5%, enquanto o das companhias que atuam no setor doméstico subiu 23%. No entanto, em termos de receitas e Ebitda, os dois setores tiveram desempenho positivo.

Segundo a XP, setores domésticos que já vinham com bom desempenho no ano mantiveram a tendência, como é o caso dos serviços públicos. A diferença no segundo trimestre foi que outros setores que estavam com números mais fracos, varejo e saúde entre eles, tiveram forte virada.

"O setor de commodities teve um dólar a favor, em especial no fim do trimestre, mas a queda de preços de alguns produtos tirou parte da vantagem", afirma o estrategista-chefe da XP. Ele pondera que o bom desempenho de receita acabou não se traduzindo em Ebitda e lucro.

Considerando os números de Petrobras e Vale, que são retirados para não distorcer o resultado geral do levantamento do **Valor Pro**, o lucro das empresas brasileiras caiu 31,1% no ano, a R$ 49,4 bilhões, enquanto as receitas avançaram 10% entre abril e junho, a R$ 1,1 trilhão.

Olhando para o trimestre atual, os analistas acreditam que os números vão continuar em tendência positiva. "Mesmo se a Selic subir na reunião de setembro, o juro médio das empresas ainda vai cair na comparação anual, favorecendo as despesas financeiras", comenta Sequeira, do BTG.

"Só devemos ter uma tendência de reversão nos resultados a partir do ano que vem, quando a base de comparação dos números fica mais forte, mas, mesmo assim, a atividade econômica não deve parar no Brasil e as exportadoras de commodities se beneficiarão do dólar", diz o diretor de pesquisa.

Para Ferreira, da XP, várias empresas já lidam com o aumento da inflação como risco real, o que, junto com a alta nos juros, pode afetar investimentos e crescimento. No entanto, ele vê que, para o ano, deve acontecer revisão positiva nas estimativas de lucro e receitas das companhias.

"O Santander faz uma análise do que é falado durante as teleconferências e vemos que recuperação teve um aumento nas menções, o que pode indicar tendência positiva, porém inflação também subiu, mostrando que o cenário pode ficar mais apertado", comenta Alice Corrêa.

Com ajuda de inteligência artificial, o Itaú BBA também fez análise do sentimento das empresas durante teleconferências. Em uma escala de 0 a 10, o sentimento se manteve positivo, em uma média de 7,4, contra 7,46 no primeiro trimestre. Mineração e siderurgia viram uma melhoria no sentimento, enquanto educação teve piora.

309
empresas de capital aberto foram avaliadas

ANA PAULA PAIVA/VALOR



"Houve inflexão nos fundamentos em vários setores, tanto domésticos quanto externo", afirma Ferreira, da XP

Destaque

GM contrata em São Paulo
A GM anunciou a contratação de cerca de 200 empregados por prazo determinado na fábrica de São Jose dos Campos (SP). Segundo a empresa, a retomada parcial do segundo turno é necessária para atender à demanda da picape S10, que foi renovada há menos de dois meses. Segundo o sindicato local, o segundo turno na unidade estava desativado desde outubro de 2023. A empresa não revelou a duração dos contratos com os novos trabalhadores.

INÊS 249

Gestão Conselho optou por nome de dentro da empresa para suceder Eduardo Bartolomeo no cargo

Gustavo Pimenta será próximo presidente da Vale

De São Paulo

A Vale anunciou na noite desta segunda-feira (26) a escolha do atual vice-presidente de finanças, Gustavo Pimenta, como próximo presidente da companhia, segundo fato relevante arquivado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ele assume em janeiro de 2025. O executivo foi eleito pelo conselho de administração de forma unânime, "ao fim de rigoroso processo de seleção suportado por empresa de padrão internacional, em conformidade com o Estatuto Social da Vale, políticas corporativas, regulamento interno do colegiado e legislações aplicáveis", informou o documento.

A decisão do conselho coloca fim a um processo tumultuado para definição do sucesso de Bartolomeo. Alvo de polêmica e de suposta interferência do governo federal, o processo de sucessão na Vale desenrolou-se ao longo deste ano com mais intensidade, com o mandato de Bartolomeo estendido até o último dia de 2024. Mas desde o primeiro semestre de 2023 a sucessão na Vale ganhou o noticiário, quando o nome do ex-ministro petista Guido Mantega surgiu como candidato a uma cadeira no conselho e até mesmo para ocupar a presidência da mineradora. Mantega teria o apoio do governo Lula.

Em julho, surgiu uma lista com 15 potenciais candidatos preparada pela consultoria de "head hunter" Russell Reynolds. A lista incluia executivos de grandes empresas brasileiras — como Embraer, Gerdau, Klabin e Engie —, apenas dois eram da área de mineração, outros dois estrangeiros e somente uma mulher, a engenheira Ana Zambelli.

O **Valor** apurou, nessa época, que haveria uma depuração nessa lista, até se chegar a três nomes. Essa lista tríplice deveria ter um nome da casa, que seria justamente o de Pimenta, e outros dois candidatos de fora.

O presidente do conselho de administração da Vale, Daniel Stieler, informou no comunicado de ontem: "Estamos muito felizes e confiantes com a escolha de Gustavo Pimenta para liderar a Vale. Ele reúne as competências necessárias para que possamos aspirar um novo ciclo virtuoso para a companhia, orientado por nosso propósito, e com grande potencial de geração de valor a todos os nossos públicos de relacionamento. O processo sucessório evidenciou o alto nível de integridade, transparência e robustez da governança da Vale".

No fato relevante há também declaração de Pimenta: "Agradeço a confiança do conselho para liderar a Vale nesse novo ciclo. Vamos juntos nessa jornada, intensificando o diálogo com todos os nossos 'stakeholders' e priorizando a segurança das pessoas, das operações e do meio ambiente. Tenho certeza de que seguiremos avançando em nossa missão, com foco em geração e distribuição de valor, elevando a Vale a patamares ainda mais altos".

No documento, o atual presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, se diz "muito otimista com a escolha de Gustavo Pimenta para liderar a Vale". Bartolomeo defendia uma solução caseira para sua sucessão e o nome de Pimenta aparecia entre as opções.

Pimenta tem experiência nos setores financeiro, de energia e mineração, com carreira desenvolvida em mais de 20 anos no Brasil, Estados Unidos e Europa. Em 2021, assumiu a posição de vice-presidente executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale.

Também foi responsável pelas áreas de Suprimentos e Energia & Descarbonização. Antes de juntar-se à Vale, Pimenta foi executivo da companhia americana de energia AES por 12 anos, diretor de Planejamento e Estratégia e vice-presidente de Performance e Serviços da empresa.

Também atuou como vice-presidente de Estratégia e M&A no Citigroup em Nova Iorque. É formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem mestrado em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Bradesco busca parcerias com novos hospitais

Beth Koike
De Lima (MG)

A Bradesco Seguros planeja firmar parcerias com outros grupos hospitalares em paralelo à "joint venture" fechada com a Rede D'Or, em maio. Neste acordo, a líder hospitalar e a maior seguradora do país tornaram-se sócias em três hospitais em São Paulo e no Rio, orçados em R$ 1,1 bilhão. Há ainda outras negociações em andamento, o que gerava dúvidas sobre o modelo de expansão da Bradesco nesse setor.

"Somos uma empresa com uma visão o mais ampla possível e buscamos os melhores parceiros regionalmente. Não há exclusividade. Somos investidores, não operadores de hospitais", disse Ivan Gontijo, presidente da Bradesco Seguros, cuja receita ultrapassou os R$ 100 bilhões em 2023.

No ano passado, antes da joint venture com a D'Or, a Bradesco Seguros se juntou ao Albert Einstein para a construção de um hospital na Zona Sul da capital paulista. Alguns meses depois, fechou parceria com a Mater Dei para erguer uma unidade com 250 leitos na Zona Norte de São Paulo. Os dois projetos demandarão investimentos de R$ 1,2 bilhão. Em ambos os casos, o imóvel pertence ao grupo Bradesco e a gestão médica e administrativa fica a cargo dos hospitais.

A seguradora também está fazendo aquisições. Em agosto de 2023, comprou 20% do Grupo Santa, maior rede hospitalar do Centro-Oeste e o ativo mais cobiçado do setor. Segundo fontes, pagou cerca de R$ 1 bilhão pela fatia.

A Bradesco Seguros — que é controladora de Fleury, OdontoPrev, Bradesco Saúde e Novamed — entrou no mercado hospitalar em 2021, com a criação de uma empresa batizada de Atlântica Participações. Em 2022, anunciou uma associação com a BP-Beneficência Portuguesa e o Fleury numa rede de clínicas oncológicas, com investimento de R$ 678 milhões.

Nessa mesma época, a Rede D'Or adquiriu a SulAmérica, gerando atritos com a Bradesco Saúde. Com essas combinações de negócios, os dois grupos passaram a atuar nos mercados de convênio médico e hospitais, que têm interesses conflitantes. A parceria entre Rede D'Or e Bradesco Seguros, anunciada há três meses, selou a paz entre os dois gigantes do setor de saúde.

> "Buscamos os melhores parceiros. Não há uma exclusividade"
> *Ivan Gontijo*


GABRIEL REIS/VALOR

Ivan Gontijo, presidente da Bradesco Seguros, que entrou no mercado hospitalar em 2021. Seguradora já é controladora de Fleury, OdontoPrev e Novamed

Mas a concorrência também veio de outros lados. Diante dos reajustes elevados no setor de saúde nos últimos anos, algumas companhias que ofertavam o seguro saúde da Bradesco aos seus funcionários migraram para a Hapvida, num movimento radical de "downgrade".

Nesse cenário, a seguradora criou planos de saúde com cobertura regional e modelados para atender ao público que demandava produtos de menor custo. "Sentimos uma mobilidade com a pressão de custos, no pós-covid. Mas agora, passada essa fase, também estamos percebendo um movimento contrário, de empresas buscando produtos com rede aberta, com prestação de serviços e qualidade médica. No mercado corporativo, é um item de retenção de emprego", disse Vinícius Cruz, diretor financeiro da Bradesco Seguros.

> **20%**
> **é a fatia adquirida do Grupo Santa**

"Temos produtos competitivos, mas sempre com a questão da qualidade em primeiro lugar, com bons parceiros. Estamos também, comercialmente, com a faca nos dentes", disse Carlos Marinelli, presidente da Atlântica Participações.

Curtas

Basf investe na Bahia

A multinacional Basf vai expandir a capacidade de produção de sua fábrica de polímeros superabsorventes (SAP) no Complexo Acrílico em Camaçari, na Bahia. Com investimento de R$ 20 milhões, o objetivo da ampliação é atender à demanda crescente do SAP, usado na fabricação de produtos de higiene como absorventes, fraldas infantis e produtos para incontinência adulta. O aporte faz parte de um plano de investimentos em dez anos de R$ 350 milhões, anunciado em 2022, para todo o Complexo Acrílico e que resultou em aumento de capacidade de produção de SAP em mais de 30%.

Nova marca da Viveo

A Viveo informou ontem (26) a criação da Insuma, marca que abrange as farmácias de manipulação de soluções injetáveis que passaram por um processo de esterilização. Serão englobadas as farmácias Famap, Nutrifica, Proinfusion, Life, Hospharma, Sollus, Aporte e Seven. A Insuma atenderá a hospitais, clínicas e pacientes, a partir de unidades em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Ribeirão Preto e Curitiba. "A Insuma irá atuar na manipulação soluções injetáveis estéreis, para oncologia e terapias infusionais, nutrição parenteral e enteral, oftalmologia e nefrologia", disse.

Embraer no Uruguai

A Embraer anunciou a venda de até seis aeronaves A-29 Super Tucano para a Força Aérea Uruguaia na segunda-feira (26). O valor do contrato não foi divulgado. É a primeira vez, desde 1981, que o Uruguai compra aviões de combate. O acordo faz parte do programa de renovação da frota e expansão de capacidade da arma uruguaia, e prevê a aquisição de uma aeronave, com compromisso de compra de mais cinco. As entregas devem começar em 2025. O Uruguai se tornará o sexto país da América do Sul a operar o A-29 Super Tucano e se junta a Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Paraguai.

O que aprendi lendo o mundo nas férias

Comportamento



Nizan Guanaes

Eu passei minhas férias lendo muito. Eu fiquei lendo o mundo. Vi, na Olimpíada de Paris, que os franceses pensaram com sua própria cabeça (esse, aliás, é o papel da França) e fizeram uma Olimpíada que vai mudar todas as outras. Eles experimentaram muito, acertaram e erraram na mosca. E mostraram sua cultura e sua história.

O mundo nunca precisou tanto de passado. Estou de saco cheio desse futuro construído sem os valores fundamentais.

Madri está se tornando a cidade mais pop e mais bacana da Europa, justamente porque nela há uma simbiose riquíssima do passado com o futuro.

Fui a Saint-Tropez, que já foi uma pacata vila de pescadores, e vi a beleza no mar e a desigualdade nos barcos. Os homens que constroem um barco de US$ 500 milhões não gostam do mar. Eles se acham maiores que o mar. E moram naqueles arranha-céus malucos de Nova Iorque, que balançam com o vento e congelam no frio. Eles se acham maiores que o frio. Mas eles não estão inconscientes do que estão construindo, tanto que alguns estão construindo foguetes para sair da Terra ou, mais assustador, bunkers à prova de cataclismas ecológicos, sociais ou nucleares.

Fui a Veneza, construída sobre o mar e a beleza. E voltei alimentado pelo passado futurista de Peggy Guggenheim, Jean Cocteau e sua geração que, com arte, sexo, drogas e suicídios, deram sua inteligência, sua sanidade e suas próprias vidas para mudar o mundo e fazê-lo avançar. A Bienal de Veneza, apesar de excessivamente ativista e "woke", tem o mérito de mostrar que a beleza nasce fora dos grandes centros. Como nasceu em Belém, em Liverpool. O futuro nasce onde menos se espera, e nós temos de seguir sua estrela e ser sua manjedoura e seus reis magos.

E aí voltei ao Brasil, onde, na elite na qual me incluo, a maioria fala como um Power Point. Dizem que é preciso pensar fora da caixa, ser líquido, se ressignificar, enquanto eu sofro com a inconsequência da Inteligência Artificial, que vai favorecer pessoas como eu e você, mas pode destruir boa parte da força trabalhadora.

Ou seja, estamos construindo uma tempestade perfeita contra a natureza, contra a democracia grega, contra os valores de liberdade, igualdade e fraternidade.

Mas, ao mesmo tempo, eu vi esperança nos atletas em Paris. Saindo de infâncias humildes, deram saltos olímpicos nas suas vidas e nos seus medos para conquistar o ouro, a prata e o bronze, mesmo que a maioria não vá conquistar "la plata".

É lindo ver o Gabriel Medina voar, a Simone Biles encantar o mundo e se curvar diante da brasileira que a venceu, ver a Rebeca Andrade, o Stephen Curry e uma quantidade imensa de campeões louvarem a Deus e atribuírem a Ele seus sucessos e vitórias.

Lendo os atletas, eu tenho a esperança de que esta raça humana pode dar pirueta sobre todas as maluquices que a sociedade está construindo.

Os atletas parecem deuses. Mas se curvam a Deus. E assim balizam esta sociedade que resolveu customizar o próprio Deus para que Ele seja feito à imagem e semelhança do homem, invertendo a ordem das coisas.

O mundo não nasceu. Foi criado. A história é o roteiro escrito de trás para a frente. É preciso urgentemente criar uma SXSW em Veneza ou em Madri, para que o passado ilustre dessas cidades possa trazer de volta ao ser humano do futuro suas raízes iluministas, aristotélicas.

Só raízes fortes, e a simbiose do passado com o futuro, darão à humanidade força suficiente para enfrentar os ventos que ela mesma está construindo.

Mas Nizan, você voltou pessimista das férias? Imagina! Só estou dizendo que a humanidade é, hoje, a Simone Biles da Olimpíada de Tóquio em 2021 (quando tudo parecia perdido). Como ela, a humanidade vai ter que colocar a cabeça no lugar para dar novos saltos, perigosos e certeiros, para construir um amanhã digno para o ser humano com H maiúsculo.

Nizan Guanaes é estrategista da N. ideias.
Instagram @nizan_n.ideias

Saneamento Nova sócia vê sinergia entre sua operação de energia no país e expansão da empresa, mas obras em SP serão prioridade

Equatorial busca ‘casamento duradouro’ com a Sabesp

Taís Hirata
De São Paulo

A Equatorial Energia, que nas próximas semanas assumirá oficialmente como sócia de referência da Sabesp, pretende aproveitar sua presença em outros Estados do país para apoiar a expansão da companhia paulista de saneamento. No primeiro momento, a prioridade são os investimentos em São Paulo, além das melhorias na gestão da ex-estatal. Mas o grupo destaca que o setor traz muitas oportunidades e que a perspectiva na Sabesp é de longo prazo. “É um casamento duradouro”, afirmou o presidente, Augusto Miranda, ao **Valor**.

Hoje, a Equatorial controla distribuidoras de energia em sete Estados do país. Em um deles, no Amapá, o grupo também tem a concessão de saneamento, conquistada em 2021, quando a empresa deu seu primeiro passo no setor. “No Amapá, é o mesmo cliente [de energia e de saneamento]. Então, tem muitas sinergias, é o mesmo foco”, disse.

Para Miranda, a atuação nacional da Equatorial poderá favorecer a futura expansão da Sabesp, que o grupo planeja transformar em sua plataforma para investir no setor de água e esgoto. “Ser uma empresa ‘multi utilites’ é um diferencial, você já opera, então são serviços complementares, energia e saneamento”, disse. Porém, ele também afirma que a decisão será criteriosa. “Não tem mandato de crescer por crescer, tem que fazer alocação eficiente.”

O presidente tinha expectativa de que novas oportunidades no setor de água e esgoto fossem surgir de forma mais célere após a lei de 2020, mas avalia que há uma retomada dos leilões. “Tem manifestação de governadores no Maranhão, no Pará, tem a concessão de Sergipe, Alagoas se mexendo.”

Para ele, há também oportunidade de crescimento orgânico dentro da Sabesp. “Se olhar dentro, tem municípios que não aderiram [à companhia] e que estão na área do lado. Isso é oportunidade. A reputação da Sabesp é um convite para isso”, afirmou.

O plano de investimento firmado pela Sabesp após a privatização prevê R$ 68 bilhões para universalizar os serviços em 375 cidades até 2029. Desse valor, R$ 14 bilhões já estão em execução e outros R$ 27 bilhões, em contratação.

Para financiar os investimentos, a ideia da Equatorial é usar o balanço da Sabesp, que tem espaço para dívidas: a relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado fechou junho em 1,5 vez, enquanto a restrição de endividamento (“covenants”) é de até 3,5 vezes. O plano é manter esse patamar máximo, diferentemente de outras empresas privadas do setor, que atingiram alavancagem maior para acelerar a expansão.

“São limites adequados, sobretudo nesse ambiente de juros”, disse Leonardo Lucas, diretor financeiro da Equatorial. “A empresa está com alavancagem muito baixa, e tem oportunidade grande de aumentar a produtividade. Além disso, a revisão tarifária vai ser anual, então, uma vez que o investimento for feito, não vai se esperar um prazo longo para receber a remuneração”.

Na segunda (26), a companhia teve o aval definitivo do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para comprar 15% da Sabesp. Agora, uma assembleia geral deverá ser realizada em cerca de 30 dias, para a eleição do novo conselho de administração, que por sua vez já dará posse à nova diretoria.

Segundo fontes, o novo presidente da Sabesp será Carlos Piani, atual presidente do conselho de administração da Equatorial. Já as indicações do grupo para o conselho serão o próprio Miranda; Tinn Amado, hoje diretor do grupo; e Tiago Noel, hoje membro do conselho de administração da empresa elétrica e responsável pelos investimentos em energia elétrica do Opportunity, acionista da Equatorial.

Com isso, a Equatorial deverá iniciar um plano de 100 dias na Sabesp, para começar a implementar seu modelo de gestão.

As medidas previstas incluem a redução dos custos operacionais e a otimização dos investimentos. Questionado sobre o risco de cortes gerarem piora na qualidade do serviço, Miranda afirmou que, historicamente, a Equatorial ampliou o quadro de funcionários de suas empresas e disse que os ajustes são necessários, mas serão feitos com cuidado. “[A Equatorial] Não é marinheiro de primeira viagem, vai primar pelo equilíbrio para otimizar a empresa sem perder qualidade”, afirmou.

Em relação ao plano de investimentos, o executivo diz que só o fim das amarras de contratação estatal já trazem celeridade aos projetos. Sobre a baixa experiência do grupo no setor, Miranda aponta que a execução das obras será garantida pela combinação entre a capacidade já existente na Sabesp e as medidas que serão implementadas. “Estou usando o corpo técnico da Sabesp, que é reconhecido como competente. O que vamos trazer é o modelo de gestão da Equatorial.”

Uma das ações que ele considera chave nesse novo modelo é a gestão dos funcionários, como a adoção de mecanismos de remuneração por performance. “Todo modelo passa por envolver as pessoas. Por exemplo, na Equatorial, temos uma política em que tem o salário natural, tem o salário de médio prazo com metas, e incentivos de longo prazo. Com a empresa listada em bolsa, algumas pessoas podem ter ações.”

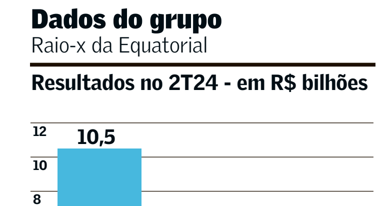
Pela regra da privatização, a Equatorial terá de permanecer como sócia de referência até 2029, mas, dado que o acordo de acionistas pode ser renovado, o desejo é seguir na empresa, segundo o presidente. “Tudo será consequência do que a gente entregar. Se você consegue entregar as obras, a relação é uma. Se não conseguir, é outra. Então, estamos nos estruturando para entregar no prazo, com a melhor eficiência possível e aí a discussão com outros sócios vai ficar mais fácil.”

Para além dos planos em saneamento, Miranda diz que o grupo segue atento às oportunidades em energia. “No setor elétrico não tem um grande consolidador ainda, tem grupos grandes. Então, como ‘player’ que está em toda a cadeia, a gente é obrigado a olhar dentro do setor”.

No segmento de linhas de transmissão, a Equatorial pode tanto vender como conquistar projetos. Em julho, em meio à compra das ações da Sabesp, a Equatorial vendeu uma linha para reduzir a alavancagem. “Temos ativos maduros, com característica de renda fixa. É um privilégio, até para reciclar capital. A empresa está vendo alternativas de financiamento, até para avançar no crescimento”. Sobre os próximos leilões do setor, Miranda afirma que o grupo tem participado das licitações, mas não levará ativos “a qualquer custo”.

Dados do grupo
Raio-x da Equatorial

Resultados no 2T24 - em R$ bilhões



3,2 vezes
Alavancagem (dív líq./Ebitda)

7 distribuidoras
de energia controladas pela Equatorial, nos Estados de: Alagoas, Amapá, Goiás, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul

14 ativos
de geração de energia e 7 linhas de transmissão operadas pelo grupo

Fonte: Equatorial

Grupo analisa ativos de energia, mas linhas maduras podem ser vendidas

KEINY ANDRADE/VALOR



Augusto Miranda, presidente da Equatorial e futuro conselheiro da Sabesp

“Ajustes na Sabesp são necessários, mas serão feitos com equilíbrio” *Augusto Miranda*

Bracell inicia estudos para construir fábrica em MS

Celulose

Stella Fontes
De São Paulo

A Bracell, produtora de celulose do grupo Royal Golden Eagle (RGE), deu início aos estudos de viabilidade para construção de uma fábrica de celulose em Mato Grosso do Sul, no município de Água Clara. A companhia protocolou, na semana passada, o termo de referência para iniciar os estudos de impacto ambiental (EIA/Rima) junto ao Instituto de Meio Ambiente do Estado (Imasul), relativos à futura unidade.

A terceira fábrica de celulose da Bracell no país deve ser construída a uma distância de 15 quilômetros do centro da cidade, com capacidade de produção de 2,8 milhões de toneladas por ano. Os investimentos no projeto devem superar R$ 20 bilhões. A Bracell já vinha preparando sua base florestal no Estado e instalou em Água Clara um viveiro com capacidade para 40 milhões de mudas de eucalipto por ano.

A companhia tem outras duas fábricas da matéria-prima no Brasil, no Polo de Camaçari (BA), onde faz celulose solúvel, e em Lençóis Paulista (SP), onde pode produzir tanto celulose solúvel, usada sobretudo na produção de viscose, quanto celulose branqueada de eucalipto.

O anúncio foi feito na sexta-feira (23) pelo secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, Jaime Verruck, via redes sociais. Procurada, a Bracell confirmou que solicitou “a licença para estudos ambientais para analisar a viabilidade de instalação de uma nova fábrica em Água Clara (MS)”.

Com um complexo industrial em Três Lagoas (MS), a Suzano acaba de colocar em operação uma nova fábrica de celulose no Estado, em Ribas do Pardo. Com capacidade produtiva de 2,55 milhões de toneladas por ano, o projeto Cerrado recebeu investimentos de R$ 22,2 bilhões.

Ainda em Mato Grosso do Sul, a Arauco já iniciou os preparativos para construção de sua primeira fábrica de celulose no país, na cidade de Inocência, com investimento total que pode chegar a R$ 25 bilhões. O Projeto Sucuriú ainda depende do aval final do conselho de administração da companhia chilena e deve entrar em operação em 2028.

A Eldorado, que também produz celulose em Três Lagoas, planeja mais que dobrar sua capacidade, mediante investimentos de R$ 25 bilhões. A execução do projeto, contudo, pode esbarrar na longa disputa entre as sócias J&F Investimentos e Paper Excellence.

2,8
milhões de toneladas será a capacidade

Curta

Balanço da BHP
A BHP, maior mineradora do mundo em valor de mercado, reportou lucro líquido de US$ 7,9 bilhões em seu ano fiscal finalizado em junho, 39% abaixo do lucro de US$ 12,9 bilhões reportado no mesmo período do ano anterior. O resultado foi impactado por perda excepcional de US$ 5,8 bilhões, após impostos, composta predominantemente por baixa contábil de US$ 2,7 bilhões na sua subsidiária australiana de níquel, e pela cobrança de US$ 3,8 bilhões relacionada ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG). A baixa contábil reflete o excesso de oferta no mercado de níquel, que resultou em queda acentuada nos preços futuros do metal.

INÊS 249

Logística Amazon amplia rotas com Azul e avalia operação de aeronaves cargueiras dedicadas, mesmo movimento feito por Mercado Livre e DHL

E-commerce cresce, exige rapidez e muda setor de transporte aéreo de carga

Cristian Favaro
De São Paulo

A Amazon Brasil e a aérea Azul fecharam um acordo para ampliar as rotas usadas no transporte de encomendas da gigante americana. O negócio é mais um capítulo na corrida do e-commerce em busca de velocidade no transporte, cenário que tem movimentado diversos investimentos no Brasil e acirrado a disputa entre os transportadores. O acordo, que adicionou 18 rotas à operação para um total 42, abriu espaço para que a Amazon reduza o prazo de entrega de cerca de sete para dois dias em diversos Estados do Brasil.

Em conversa com o **Valor**, Alex Cristiano de Paula, líder de transportes aéreos na Amazon Brasil, sinalizou que o grupo já avalia oportunidades de negócio para aeronaves dedicadas por aqui. Recentemente, diversas aéreas firmaram parceria com grandes grupos de transporte, como o Mercado Livre e a Gol e a startup Levu e a alemã DHL, todas mirando a demanda do e-commerce.

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o volume de carga transportado no mercado doméstico brasileiro totalizou 40,6 mil toneladas em julho, alta de 12,2% na comparação com 2023.

Com a expansão do acordo com a Azul, os prazos de envio para os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão vão ser reduzidos de sete para dois dias úteis, possibilitando entregas rápidas em cidades brasileiras como Fernando de Noronha (PE), Rondonópolis (MT) e Pelotas (RS).

"No e-commerce, quanto mais rápido você entrega, mais você vende. Em Fernando de Noronha, antes dessa ampliação de capacidade, a gente entregava entre 20 e 25 dias após o pedido. Agora, estamos na casa de 2 dias", disse Cristiano de Paula.

A parceria entre a Azul e a Amazon começou em 2022 por meio de uma operação em Manaus. Desde então, 12 milhões de produtos foram transportados por diversas regiões do Brasil nas aeronaves da aérea brasileira.

Hoje, a Amazon entrega para 100% dos municípios, sendo mais de 1.300 cidades em até dois dias úteis e, em mais de 200 cidades, em até um dia útil para clientes Amazon Prime.

A operação via modal aéreo da Amazon no Brasil hoje é centrada na Azul e também na Total Express, empresa de carga que também tem a Amazon como sócia. Mas a capilaridade da malha aérea da Azul acaba sendo mais estratégica. A aérea atende a mais de 5.000 cidades, o que representa 90% dos municípios brasileiros e uma cobertura equivalente a 96% da população.

Não há uma exclusividade no transporte com a Azul e a Total, o que abre espaço para que a Amazon negocie e converse com outros operadores, segundo o executivo. "Uma das nossas atividades é avaliar o custo e a demanda, olhar para frente pensando no longo prazo e pensar se vale a pena o processo de trazer outro transportado para dentro", disse.

Hoje, a operação da empresa está centrada no uso da barriga dos aviões de passageiros. Mas a Amazon já colocou no radar a busca por parceiros na operação de aeronaves dedicadas de carga. "Temos avaliado oportunidades de investimento para o futuro. Isso vai ser anunciado oportunamente. A operação que temos hoje no Brasil atende à demanda e ao custo que a gente precisa até o ano que vem", disse.

Globalmente, a empresa tem operação de aeronaves dedicadas em mercados como Estados Unidos e Europa. No total, são mais de 100 aviões dedicados hoje prestando serviço à Amazon.

A força do e-commerce e seu imediatismo incentivaram a entrada de diversos concorrentes no mercado de transporte de carga aérea. Entre os nomes, nos últimos anos, estão a própria Total Express (que tem a Amazon como acionista), a Braspress e a Prosegur (está focada em transporte de alto valor).

Para além de empresas de logística, a própria Gol, que antes tinha uma operação tímida, hoje é a aérea com maior número de aviões cargueiros no mercado doméstico (seis, com possibilidade de dobrar até 2025), amparada por uma parceria com o Mercado Livre.

Já mais recentemente, em uma parceria semelhante, a DHL Supply Chain, braço do grupo alemão DHL em armazenagem e distribuição, deu os primeiros passos com operação dedicada de aeronaves cargueiras no Brasil em uma parceria com a novata Levu Air Cargo, startup com sede em Campinas (SP).

No total, a DHL programou um investimento de R$ 480 milhões e a Levu, outros R$ 530 milhões para o arrendamento de quatro aeronaves, com capacidade total de 10 mil toneladas por mês, assim como centros de operação nos terminais. A primeira aeronave entrou em operação em maio.

A Amazon chegou ao Brasil em 2011, inicialmente focada na comercialização de livros. O negócio se expandiu em 2019 para outras gamas de produtos no varejo. Naquele ano, a empresa tinha apenas um centro de distribuição no país. Hoje, são 10 centros, além de 90 estações de entrega de operação própria.

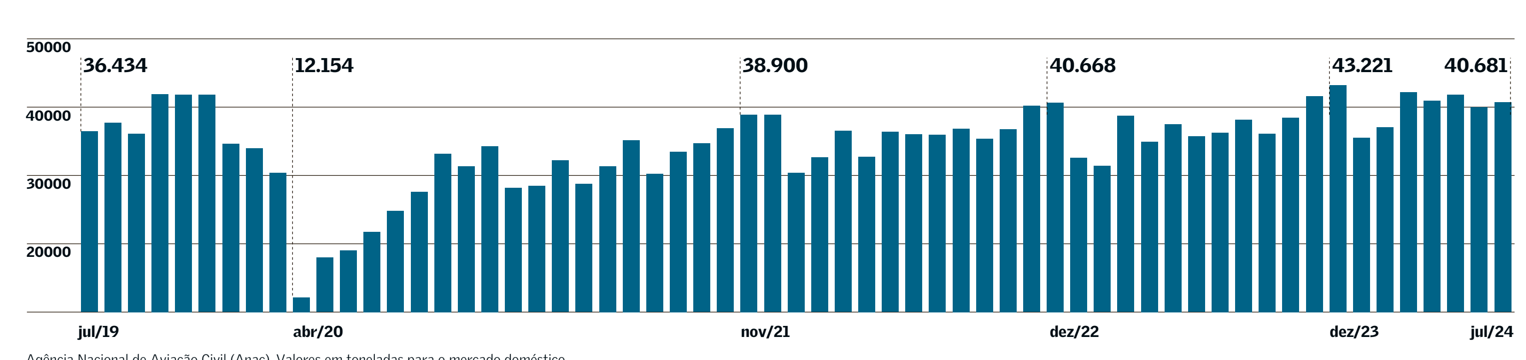
Desde que chegou aqui, a Amazon investiu mais de R$ 33 bilhões em infraestrutura e salários em áreas como logística, entretenimento, serviços de nuvem entre outros. O grupo não abre dados específicos sobre seus aportes apenas em infraestrutura de transporte no país.

"No e-commerce, quanto mais rápido você entrega, mais você vende"
Alex de Paula

DIVULGAÇÃO


Cristiano de Paula, da Amazon, diz que tem parceria também com a Total Express e avalia trazer outro operador

No ar
Volume transportado subiu 12,2% em julho contra ano passado



Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Valores em toneladas para o mercado doméstico

R$ 33 bi
é total investido pela Amazon no Brasil

Empresas têm de se adaptar a novas regras contábeis ESG

PRÁTICA ESG



Contabilidade

Naiara Bertão
De São Paulo

O número de empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade cresceu nos últimos dois anos. Segundo levantamento feito pelo Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon), 96% das 95 maiores empresas de capital aberto do país, que compõem o índice IBrX 100 B3, já publicam os documentos com práticas ESG [sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança corporativa]. Mas o próprio instituto alerta que isso não significa que elas devem parar por aí. Pelo contrário, a partir de 2026 será obrigatório divulgar uma série de outras informações ESG que não estão totalmente contempladas nos relatórios de sustentabilidade.

De acordo com a pesquisa "Panorama das Divulgações de Relatórios de Sustentabilidade no Brasil – Edição 2024", a primeira de uma série anual do Ibracon, 86% das companhias de capital aberto divulgaram relatórios sobre sustentabilidade neste ano com base em dados do último exercício (2023), enquanto 10% divulgaram relatórios referentes ao penúltimo exercício social (2022). "[O relatório de sustentabilidade] é um bom ponto de partida, pois se dispõe a medir e divulgar e buscar asseguração. Mas a materialidade dele é diferente do que é requerido na nova norma", comenta Sebastian Soares, presidente do Ibracon.

Pelas normas (Resolução 193) divulgadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em outubro de 2023, companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras podem aderir, de forma voluntária, à elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) de 2024 a 2026.

O presidente do Ibracon explica que a matriz de materialidade do relatório de sustentabilidade é diferente das novas exigências contábeis. Para constituição do relatório e da estratégia ESG da empresa, ela precisa ouvir diversos "stakeholders" — clientes, fornecedores, imprensa, comunidade e investidores. Quanto mais um tema aparece nas conversas, mais material ele é considerado.

"Na nova norma, a materialidade é muito próxima da demonstração financeira. Importa o que é relevante para o investidor tomar as melhores decisões, conseguir comparar empresas de setores e até países diferentes", explica Soares. Os indicadores também são mais quantitativos.

Para ele, é esperado que, em alguns anos, as divulgações de sustentabilidade e contábil se unam em um documento só, mas isso ainda levará um tempo de avanço da maturidade das companhias.

Martha Bianchi, coordenadora da pesquisa do Ibracon, pontua que o fato de muitas companhias do IBRX divulgarem relatórios de sustentabilidade significa que elas têm estrutura dedicada ao tema ESG. Contudo, serão necessárias mudanças internas para garantir o cumprimento das novas regras, como integração e interação maior das áreas financeira, sustentabilidade e outras.

Para ela, a sustentabilidade precisa ser incorporada no dia a dia da companhia, assim como a contabilidade já é. Isso envolve, por exemplo, mudanças nos controles internos, acompanhamento e preparação de informações e a divulgação em si. "Por isso, acredito que será um 'game changing' [mudança de jogo]. As empresas terão de revisitar processos, estruturas internas, até contratar novos profissionais." Precisarão, completa, encarar as informações ESG "com a mesma seriedade" das financeiras.

O prazo de publicação certamente será um dos principais desafios. A pesquisa do Ibracon aponta que apenas 8% o fizeram no prazo que será exigido. E ainda houve quem publicasse neste ano o relatório com dados de 2022. Das companhias que divulgaram o relatório referente a 2023, 55% fizeram a divulgação até cinco meses do fim do período de reporte.

No primeiro ano de divulgação obrigatória de IFRS S1 e S2, a CVM permitirá que as informações ESG sejam divulgadas em até nove meses após a publicação das demonstrações financeiras. Mas, a partir do segundo ano de vigência, 2027, em diante, não há mais margem para erro, com sua publicação junto às demonstrações de resultados anuais até 31 de março. O escopo de contratação de auditoria independente para assegurar que as informações são verdadeiras também muda quando a obrigatoriedade começar a valer, em 2026.

A pesquisa do Ibracon revelou que 74% dos relatórios foram submetidos à asseguração ou verificação. Desses, 72% foram assegurados por auditoria independente registrada na CVM. Mas chama a atenção, segundo Bianchi, que algumas companhias — 26% do total — que afirmam utilizar o Relatório Integrado não o submeteram à asseguração ou a asseguração não foi realizada por auditor independente registrado pela CVM, uma exigência prevista desde 2021 (Resolução CVM 14/2020).

Enquanto estiver no período voluntário, a asseguração com auditor externo tem escopo "limitado", baseado mais nas entrevistas e sem necessidade de avaliar todos os controles internos na agenda de sustentabilidade. A partir de 2026, o escopo de asseguração passa a ser "razoável", ou seja, a empresa terá de contratar a auditoria completa das divulgações, dos controles internos e dos testes.

"Um dos maiores desafios para o reporte do S1 e S2 é fazer a intersecção dos dados entre as informações quantitativas e qualitativas, tangibilizando no risco material-financeiro", diz a advogada Fernanda Claudino. Ela explica que as informações devem ser claras e precisas. Para isso, as áreas envolvidas terão de entender em profundidade as exigências. "A ingerência sobre a cadeia de fornecedores é parte essencial para o desenvolvimento do trabalho de informação do reporte, por exemplo", afirma.

"O relatório de sustentabilidade é um bom ponto de partida"
Sebastian Soares

96%
do IBrX 100 já publica práticas ESG

Curta

Viagens em alta

O setor de viagens corporativas deve fechar 2024 com faturamento de R$ 15 bilhões, 10% acima do ano passado e 18,5% acima do visto em 2019, antes dos efeitos da pandemia. A projeção foi divulgada ao **Valor** pela Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp). Segundo a entidade, a estimativa foi calculada após a confirmação do faturamento de julho, quando a indústria bateu em R$ 1,1 bilhão, contra R$ 1 bilhão em 2023 e R$ 969 milhões em 2019. O primeiro semestre acumulou R$ 6,863 bilhões de faturamento. Os setores "Hotéis" e "Rodoviário" tiveram as maiores altas em julho. Hotéis faturaram R$ 341 milhões, frente a R$ 304 milhões em 2023 e R$ 249 milhões em 2019. Já Rodoviário, no mesmo período, faturou R$ 5 milhões, enquanto em 2023 chegou a R$ 3 milhões e R$ 963 mil em 2019. O líder em faturamento continua o setor aéreo, com R$ 668 milhões em julho, alta de 1% contra igual mês de 2023 e de 6,5% ante 2019. O levantamento da Abracorp verifica mensalmente o desempenho de onze segmentos do setor. "A grande notícia é que, neste mês, nos aproximamos aos números de transações que tínhamos em 2019", disse Humberto Machado, diretor-executivo da Abracorp. O número de transações de julho foi de 1,709 milhão.

INÊS 249

Inteligência artificial Autoridade antitruste investiga operações da Amazon, da Microsoft e do Google

Cade analisa compra de startups por ‘big techs’

Guilherme Pimenta e Ivone Santana
De Brasília e São Paulo

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu quatro processos para apurar a aquisição de startups de inteligência artificial por “big techs” como Amazon, Microsoft e Google.

Abertos nas últimas semanas, os procedimentos investigam a compra da Anthropic pela Amazon; da Mistral AI e Inflection AI pela Microsoft; e Character AI pelo Google.

Os pedidos se baseiam em notícias internacionais sobre as operações. Se o Cade concluir que os negócios foram firmados sem observar a notificação obrigatória ao Brasil, as empresas poderão responder a processos administrativos e, no limite, pagar multas, além de terem de submeter os casos à análise do órgão antitruste.

Os negócios de “big techs’ envolvendo startups de IA têm atraído o olhar de agências de fiscalização dos Estados Unidos e da Europa, que abriram investigações. Para os reguladores, há casos de aquisição “disfarçados” de simples investimento.

No caso da Anthropic, o Reino Unido abriu uma investigação formal da fusão da startup com a Amazon. A Competition and Markets Authority (CMA) informou, no dia 8, que detinha informações suficientes sobre a parceria para iniciar tal procedimento. A Amazon já investiu US$ 4 bilhões na Anthropic. No dia 4 de outubro, a CMA deverá decidir se passa para a próxima fase da investigação, que é mais aprofundada.

A mesma agência iniciou uma investigação semelhante sobre a contratação pela Microsoft de funcionários da startup Inflection AI. A Microsoft pagou US$ 650 milhões, em março, pela contratação dos colaboradores e licenciamento de tecnologia da novata. No pacote seguiu o presidente-executivo da Inflection, Mustafa Suleyman, cofundador da DeepMind, do Google. No dia 11 de setembro, a CMA deverá informar se também leva a investigação para outro nível.

A Mistral AI, com sede em Paris, tem apoio da Microsoft e Nvidia. Em junho, a startup conseguiu 600 milhões em financiamentos liderados pela General Catalyst, juntamente com vários investidores já existentes da Mistral, como Lighspeed, Andreessen Horowitz, Bpifrance e BNP Paribas. Os apoiadores corporativos incluem a Nvidia, Salesforce, Samsung e IBM. A DTS Global também é investidora.

A Microsoft, que em fevereiro investiu € 15 milhões na Mistral como parte de uma parceria comercial para oferecer produtos da startup por meio da Azure, sua plataforma de computação em nuvem, não aderiu à nova rodada.

No começo deste mês, o Google informou sua decisão de contratar os cofundadores da Character.AI, Noam Shazeer e Daniel De Freitas, e licenciar os chatbots imitadores de celebridades da startup. Os cofundadores e outros acionistas supostamente receberiam US$ 2,5 bilhões como parte do acordo.

Procuradas pelo **Valor**, a Amazon respondeu que não comenta processos judiciais ou administrativos em andamento, mas afirma que trabalha em colaboração com órgãos reguladores, na extensão necessária.” As demais empresas não se manifestaram.

Prisão do CEO do Telegram é assunto da Justiça, diz Macron

Rede social
Dow Jones Newswires

O presidente da França, Emmanuel Macron, respondeu aos críticos da detenção de Pavel Durov, fundador e executivo-chefe da rede social Telegram, dizendo que a política não desempenhou nenhum papel na decisão de levar o empresário de 39 anos sob custódia no fim de semana.

A medida para deter Durov gerou críticas na rede social X, de propriedade de Elon Musk, que postou “FreePavel” e disse que a França estava tentando censurar o Telegram.

A decisão da França aumenta a aposta na luta entre os governos e as maiores empresas digitais sobre até que ponto podem ser responsabilizadas por conteúdos on-line potencialmente perigosos.

“Li aqui informações falsas sobre a França após a prisão de Pavel Durov”, disse Macron na segunda-feira em uma postagem no X. “A prisão do presidente do Telegram em solo francês ocorreu como parte de uma investigação judicial em andamento. De forma alguma [foi] uma decisão política. Cabe aos juízes decidir sobre o assunto”, disse o presidente da França.

A polícia deteve Durov no aeroporto Le Bourget, ao norte de Paris, na noite de sábado, quando seu jato particular pousou após um voo vindo de Baku, capital do Azerbaijão. A mídia francesa informou que ele foi detido como parte de uma investigação judicial para saber se o Telegram está desrespeitando os requisitos para impedir a propagação de pornografia infantil e outros conteúdos ilegais em sua plataforma. Os juízes franceses prolongaram a sua detenção na noite de domingo, dando um total de 96 horas para que sejam apresentadas acusações contra Durov. Do contrário, ele será libertado.

O poder judicial francês é uma das instituições mais poderosas do país e seus juízes e procuradores são independentes. Investigaram algumas das figuras políticas mais poderosas do país, incluindo o atual ministro da Justiça, Éric Dupond-Moretti — as autoridades judiciais acabaram por se recusar a enviá-lo a julgamento. Durante anos, os juízes investigaram o ex-presidente Nicolas Sarkozy por uma série de possíveis crimes. Um tribunal o condenou no início deste ano por violar as leis de financiamento de campanha.

> A lei francesa exige que plataformas on-line combatam a propagação de conteúdos ilegais

A lei francesa exige que as redes sociais e outras plataformas on-line cooperem com as autoridades no combate à propagação de conteúdos ilegais. É reflexo, até certo ponto, da Lei dos Serviços Digitais da União Europeia, que exige que as plataformas impeçam esse tipo de conteúdo. O Telegram disse que cumpre a lei da UE e que era “absurdo” responsabilizar uma plataforma por aqueles que a abusam.

“Num Estado governado pelo Estado de direito, as liberdades são defendidas dentro de um quadro jurídico, tanto nas redes sociais como na vida real, para proteger os cidadãos e respeitar os seus direitos fundamentais”, disse Macron.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse aos repórteres nesta segunda-feira que o Kremlin não sabe por que Durov foi detido e qual é acusação. Pediu que nenhuma conclusão seja tirada até que Durov seja acusado, “se é que será acusado”.

Parlamentares russos criticaram a prisão de Durov, informou o “Financial Times”. Vladislav Davankov, vice-presidente da Duma, a câmara baixa do Parlamento russo, disse ter ligado para o ministro da Defesa, Sergei Lavrov, para que garantisse a libertação de Durov. “A prisão poderia ter motivações políticas e ser um meio de obter dados pessoais dos usuários do Telegram. Não podemos permitir isso”, disse em seu canal no Telegram.

TATAN SYUFLANA/FILE/AP



Pavel Durov, fundador e CEO do Telegram, foi preso no aeroporto Le Bourget, ao norte de Paris, na noite de sábado

Andrey Klishas, chefe da Comissão de Lei Constitucional da câmara alta russa, o Conselho da Federação, descreveu as ações da França de forma sarcástica, como uma “luta pela liberdade de expressão e pelos valores europeus”, em uma publicação no Telegram.

Havia um mandado de prisão contra Durov na França, depois de as autoridades do país terem iniciado uma investigação preliminar para determinar se a falta de moderação na plataforma, cuja sede fica em Dubai, facilitou atividades ilegais, como terrorismo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, fraude e exploração infantil, segundo notícias. Ele deve comparecer a um tribunal no domingo (1).

O gabinete da promotoria pública de Paris a investigação. O Ministério do Interior e a Polícia não comentaram.

Venda da Nvidia desacelera mas pode chegar a quase US$ 30 bi

Chips
Michael Acton e Nicholas Megaw
Financial Times, de San Francisco e Nova York

A Nvidia deve anunciar nesta quarta-feira (28) que suas vendas trimestrais mais do que dobraram, mesmo com a desaceleração do crescimento em comparação com o mesmo período do ano passado, enquanto Wall Street se prepara para o que se tornou um dos balanços acompanhados com mais atenção em todo o mundo.

Analistas preveem que a fabricante de chips dos Estados Unidos registrará receita de US$ 28,7 bilhões para o trimestre, o que significaria um aumento de mais de 100% em comparação com um ano antes. Ainda assim, seria uma desaceleração expressiva do resultado do trimestre anterior, quando o crescimento da receita chegou a impressionantes 262%, alimentado pela demanda insaciável por seus chips, que movem a onda de inovação da inteligência artificial.

Mas os investidores estarão especialmente atentos em relação ao atraso do lançamento da linha Blackwell de chips de próxima geração da Nvidia, quanto isso poderá atrapalhar sua história de crescimento fenomenal.

A Nvidia tornou-se rapidamente um termômetro para investidores que buscam sinais de uma eventual desaceleração do boom de gastos com inteligência artificial, que já dura meses. Isso cria um potencial para a volatilidade do mercado em torno do anúncio de uma ação que impulsionou mais de um quarto dos ganhos acumulados pelo índice S&P 500 no ano.

Há indicações de que alguns investidores já se preparam para repercussões mais amplas do informe de quarta-feira.

Na semana passada, os mercados de opções embutiam nos preços uma oscilação de 1,3% no S&P 500 para o primeiro dia de negociação depois da publicação dos resultados da Nvidia, de acordo com dados do Citi — a mesma volatilidade que se esperava da reunião do mês que vem do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). Quanto às ações da Nvidia, as opções embutiam nos preços uma variação de até 10% para cima ou para baixo.

O preço das ações da Nvidia subiu mais de 160% neste ano, mas seu desempenho tem sido mais volátil nas últimas semanas, à medida que investidores reavaliam algumas de suas apostas em ações ligadas à inteligência artificial.

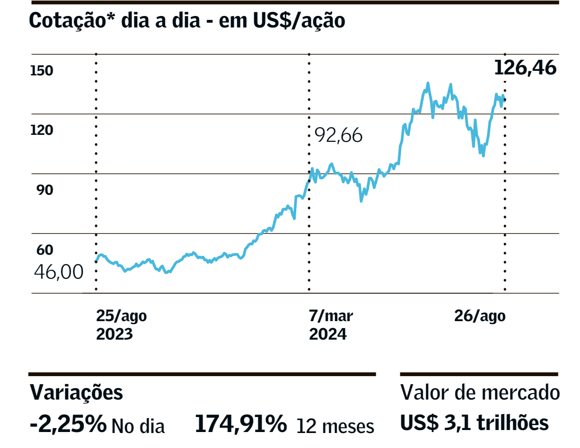
As ações de TI e de bens de consumo não essenciais — entre elas as das gigantes da tecnologia Amazon e Tesla — foram dois dos setores que tiveram pior desempenho no S&P 500 no terceiro trimestre. Em seu pior momento durante uma onda recente de vendas do mercado, a Nvidia estava 35% abaixo do valor mais alto de sua história. Na sexta-feira passada, ela recuperou a maior parte das perdas, mas ainda estava 8% abaixo de seu recorde.

“Acho que houve uma reorientação genuína e na direção de uma visão mais realista”, disse Dec Mullarkey, diretor-gerente da SLC Management, ao se referir a algumas das apostas de IA mais extremas. “Se eles decepcionarem de alguma forma, isso pode levar a uma correção e a repercussões econômicas bastante significativas.”

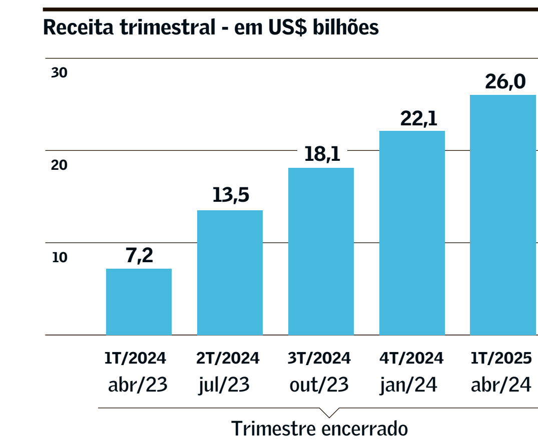
Apesar dessas preocupações, não há muitos sinais de que a onda de gastos de empresas como Google, Microsoft, Meta e Amazon com a área de inteligência artificial esteja diminuindo. Consequentemente, muitos analistas preveem mais um trimestre forte para a Nvidia.

Desempenho
Dados da Nvidia Corporation

Cotação* dia a dia - em US$/ação



Receita trimestral - em US$ bilhões



Variações		Valor de mercado
-2,25% No dia	174,91% 12 meses	US$ 3,1 trilhões

Fontes: Yahoo Finance e empresa. Elaboração: Valor Data. * Listada na Nasdaq

Mas a empresa ainda pode se ver diante de alguns obstáculos. O lançamento da próxima geração de chips da Nvidia, a Blackwell, foi adiado por causa de complicações de manufatura com sua parceira Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC). Na teleconferência de resultados anterior da Nvidia, em maio, seu executivo-chefe (CEO), Jensen Huang, disse que sua expectativa era de que a linha Blackwell contribuísse com “muita” receita este ano.

Na semana passada, analistas do Citi disseram que os investidores se concentrariam na demanda pela geração atual de chips da Nvidia, a linha Hopper, o que poderia compensar qualquer impacto causado por atrasos do Blackwell.

Analistas do HSBC disseram que não preveem “nenhum risco concreto de impacto negativo” para os ganhos da empresa em 2025 e 2026 como resultado do atraso no lançamento dos chips Blackwell. Eles também estavam otimistas sobre o resultado que está para ser divulgado e afirmaram esperar que a receita supere as expectativas, mais uma vez, e chegue a US$ 30 bilhões.

Os ganhos das grandes empresas de tecnologia engajadas na corrida pelo domínio da área de inteligência artificial permitem ter uma ideia da onda de gastos de que a Nvidia é beneficiária.

Em seu informe de resultados trimestrais, em julho, o Google registrou outro aumento nas despesas de capital, que subiu para US$ 13 bilhões no trimestre terminado em junho, e em parte é um reflexo de seus gastos recorrentes com os chips da Nvidia.

De maneira semelhante, Meta, Microsoft e Amazon informaram que planejam continuar a fazer gastos pesados na área de IA.

A ênfase continuada em gastar, com pouca orientação sobre quando isso se traduzirá em ganhos e crescimento de produtividade, assustou alguns investidores que já estavam preocupados com a possibilidade de que os valores de mercado de alguns grandes grupos de tecnologia estivessem exagerados.

Os gastos de um pequeno grupo de grandes empresas de tecnologia que operam em “hiperescala” na área de IA representam quase metade da receita do setor de data centers da Nvidia, que se tornou muito rapidamente a principal fonte de ganhos da empresa.

“A grande preocupação que todos terão é o atraso do Blackwell”, afirmou G. Dan Hutcheson, da TechInsights, ao “Financial Times”. “O outro fator é quando as pessoas começam a olhar para o mundo e dizer: ‘[os operadores em hiperescala] serão capazes de monetizar isso?’ Porque em algum momento eles terão de racionalizar o que estão fazendo”, acrescentou.

“Minha sensação é de que os investidores da Nvidia vão perseverar, especialmente com a economia indo bem e as expectativas de uma queda nos impostos para empresas em nível macro”, avaliou Hutcheson. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

INÊS 249

Consumo Todas as regiões do país apresentaram expansão de duplo dígito no faturamento do varejo eletrônico que chegou a R$ 160,3 bilhões

Comércio on-line dá sinais de recuperação e cresce 18,7% até junho

PIXABAY

O consumidor brasileiro voltou a comprar mais protetor solar, café, hidratante para o corpo e xampu para o cabelo

Adriana Mattos
De São Paulo

Duramente afetado pela alta das taxas de juros após 2021 e pela forte competição entre as empresas, o varejo on-line dá sinais de recuperação. O faturamento do comércio eletrônico no país avançou 18,7% (em termos nominais), para R$ 160,3 bilhões no primeiro semestre de 2024, segundo relatório da NielsenIQ Ebit, antecipado ontem pelo **Valor Pro**, serviço de informação em tempo real do **Valor**.

Além disso, consumidores relataram uma diminuição em suas compras em sites internacionais de janeiro a junho, comparado ao período anterior. Mas aqueles que compraram, aumentaram a frequência. Nesse grupo de empresas internacionais estão companhias como AliExpress, Shein e Shopee.

Segundo pesquisa realizada pela empresa com mais de três mil consumidores ouvidos, 57,8% fizeram compras nos marketplaces estrangeiros no período, versus 68% no mesmo intervalo do ano passado. Em 2022, essa fatia era de 54%.

Aqueles que compraram uma vez no semestre caíram de cerca de 27% para quase 22%, e entre os que compraram de seis a 10 vezes, o índice foi de 8,4% para 15,5%.

As informações constam da 50ª edição do Webshoppers, principal relatório sobre o cenário do comércio eletrônico no país. Todas as regiões do Brasil apresentaram crescimento de duplo dígito no faturamento de janeiro a junho.

O levantamento serve como parâmetro para as empresas avaliarem se ganharam ou perderam mercado frente ao segmento como um todo, por isso a sua relevância. O Mercado Livre, o maior marketplace do país e da América Latina, cresceu acima desse ritmo de 18,7%, em termos de total de vendas que passam pela plataforma, e de receita bruta. Magazine Luiza e Casas Bahia publicaram números abaixo desse patamar.

> O período de crescimento modesto parece ter ficado para trás
> *Andrea Stoll*

Os destaques do período foram o retorno do crescimento das vendas de eletrodomésticos e a alta nos pedidos de produtos da categoria que giram mais rapidamente nos estoques, como alimentos.

Na avaliação geral, os analistas dizem que o comércio on-line voltou a mostrar força no primeiro semestre, e segundo a líder do painel de consumidores e do on-line da NielsenIQ no Brasil, Andrea Stoll, o segmento pode ter deixado para trás percentuais modestos de crescimento dos últimos períodos.

Recuo da taxa de juros após 2023, a retomada do emprego e a base baixa de comparação de trimestres anteriores podem explicar esse movimento.

Desde 2022, o mercado veio desacelerando numa queda inédita de desempenho, ao se considerar os dados da última década, passado o "boom" da pandemia da covid-19. Isso obrigou as empresas a rever prioridades nas vendas, mudar táticas comerciais e tentar melhorar rentabilidade, numa análise mais profunda de sortimento de produtos.

Ainda pela pesquisa, o volume de consumidores ativos de janeiro a junho cresceu quase 26%, para 66,6 milhões, tendo efeito direto nessa expansão.

Ao se considerar o total de pedidos, categorias como alimentos e bebidas e perfumaria e cosméticos foram as principais impulsionadoras dessa expansão. Juntas contribuíram com 51% do crescimento em pedidos. Nelas, os grandes destaques foram protetor solar, café, hidratante para o corpo e xampu para o cabelo.

A categoria de eletrodomésticos, como refrigeradores e micro-ondas, cresceu 7,2% em faturamento e 4,6% em pedidos.

Segundo os pesquisadores, esse mercado de linha branca pode estar passando por um início de ciclo de renovação dos produtos, passada a fase de compras realizada quatro anos atrás, no início da pandemia.

Já em relação ao segmento de telefonia, houve recuo de 30% em pedidos e de quase 33% em valor. Eletroeletrônicos caíram 11,9% e 15,4%, respectivamente.

Parte relevante dos consumidores relata que a compra de bens duráveis foi por necessidade: cerca de 36% dos clientes afirmam que a troca foi motivada pela substituição de produtos que quebraram com o tempo. É a maior taxa da pesquisa.

Já em semiduráveis, a área de moda e acessórios avançou 4,4% em pedidos e 9,6% em valor.

Quanto maior a diferença entre valor praticado e total de pedidos, provavelmente maior é o reajuste feito aos consumidores — mix de produtos vendidos também influencia nessa diferença, além de preço.

Panasonic amplia portfólio e capacidade fabril

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Sergei Epof, da Panasonic, diz que está triplicando os investimentos em marketing

Natália Flach
De São Paulo

Promover uma tecnologia descomplicada é o mote do novo posicionamento da fabricante de eletrodomésticos Panasonic, que está triplicando o investimento em marketing no Brasil. Para tornar esse conceito mais palpável, a empresa japonesa vai colocar no ar uma campanha com a mensagem de que não é preciso ser especialista para usar equipamentos inovadores. Basta apertar um botão.

A ideia abarca o lançamento do secador de cabelo que, segundo a empresa, hidrata as madeixas. O eletroportátil, que a princípio chegará transportado em contêineres, marca a primeira iniciativa da companhia no segmento de beleza no país. Em seguida, o plano é trazer produtos para a pele.

Assim, a Panasonic prevê aumentar o seu portfólio no Brasil com o lançamento de 20 produtos nos próximos 12 meses — entre equipamentos importados e produzidos nacionalmente.

"Temos o objetivo de ter ao menos 10% de fatia de mercado nos itens que comercializamos", diz o vice-presidente da Panasonic no Brasil, Sergei Epof. É o caso das novas geladeiras que contam com inteligência artificial embarcada. Elas são capazes de prever o momento de economizar energia ou de resfriar mais intensamente os alimentos — a decisão por um ou outro se baseia no hábito do consumidor de abrir e fechar a porta.

Essa inovação não é um caso isolado. A empresa busca diferenciais na eficiência energética e no design para ampliar sua presença ante concorrentes como Whirlpool, Electrolux, LG e Samsung. Segundo dados da Panasonic, no segmento de freezer localizado na parte de baixo do refrigerador a marca japonesa tem 21% de participação de mercado. No de forno micro-ondas, a fatia é de aproximadamente 11%.

Para conseguir colocar tantas novidades na prateleira, a empresa se fia na expansão da fábrica de refrigeradores e máquinas de lavar em Extrema (MG), que vai consumir R$ 300 milhões. A ideia é que o aporte seja capaz de dobrar a produção local até 2030. "Com a expansão, um de nossos objetivos é ser a marca mais desejada do país", diz.

Além dessa planta, a companhia tem uma unidade fabril em São José do Campo (São Paulo) e outra em Manaus (AM). "Nós antecipamos o escoamento dos produtos antes de a água [dos rios] baixar no Norte do país. Assim, pretendemos evitar o problema logístico do ano passado, quando fomos pegos de surpresa", afirma.

Para criar o novo posicionamento, a companhia fez uma pesquisa com 5 mil brasileiros e descobriu que o importante para eles é a simplicidade no uso. "Querem algo que vai resolver a vida, como em um toque de mágica", explica Epof. Não à toa, o filme que chega à televisão aberta e fechada nesta terça-feira (27) tem como trilha sonora a música 'Magic', do cantor Sting.

Criadas pela agência Repense, as peças também serão veiculadas nas redes sociais e em mobiliários urbanos, como dispositivos em aeroportos. "A expectativa é alcançar 300 milhões de impactos [visualizações] na primeira fase da campanha", diz Epof, acrescentando que a segunda etapa deve ir ao ar a partir de janeiro. O executivo não revela o valor do investimento, mas diz que o orçamento de marketing é três vezes maior neste ano fiscal referente a 2025 do que o total do período anterior. Para 2025, a expectativa é que a receita líquida some 8,6 trilhões de ienes e o lucro líquido atribuído aos controladores, 310 bilhões de ienes.

Crises econômicas e sanitárias deixam jovens brasileiros mais cautelosos

De São Paulo

Brasileiros da geração Z, nascidos entre 1997 e 2012, são mais cautelosos na hora de comprar algo do que a média na América Latina. Enquanto 44% dos jovens no país dizem ser influenciados por preços baixos, esse percentual é de 33% entre os latino-americanos. No mundo, essa fatia é de 44%, segundo um estudo inédito da NielsenIQ, realizado em parceria com a World Data Lab e obtido com exclusividade pelo **Valor**.

O comportamento mais prudente dos brasileiros pode ser explicado pela história de crises políticas, econômicas e sanitárias nos últimos anos. "A cautela é uma forma de evitar novas dívidas", afirma o executivo de insights para a indústria da NielsenIQ no Brasil, Gabriel Lescher Fagundes. Hoje, mais de 70% das pessoas têm algum tipo de endividamento no país, com destaque para o cartão de crédito.

"Já os países latino-americanos vivem contextos diferentes. Se por um lado há economias cujo produto interno bruto cresce mais rapidamente, por outro, há regiões que têm vivido dificuldades financeiras. Assim, enquanto no Chile o preço mais alto não inviabiliza o consumo, na Argentina, qualquer valor é muitas vezes impeditivo para a população", afirma, acrescentando que essa geração, que já representa 25% da população mundial, tem potencial para se tornar a mais rica da história, com um poder de compra global estimado em US$ 12 trilhões até 2030.

Sobre a 'taxação das blusinhas' — que consiste na cobrança de tarifa de importação de 20% sobre produtos de menos de US$ 50, desde 1º de agosto—, o executivo diz que o consumidor não necessariamente vai deixar de adquirir esses itens de indulgência. "O que pode acontecer é que ele vai acomodar o gasto no orçamento, muitas vezes cortando outros itens ou diminuindo a frequência de compras. O ponto é que ele é mestre em equilibrar os gastos dentro daquilo que cabe naquele momento."

Fora o preço mais baixo, os jovens buscam marcas que reflitam seus valores, e, para separar o joio do trigo, usam as redes sociais como local de pesquisa.

O estudo aponta que essas plataformas impactam diretamente 42% dos jovens na escolha de produtos. Ainda que seja um percentual elevado, para Fagundes, o potencial de interação ainda não atingiu o teto. Isso porque apenas 9% dos jovens costumam realizar as compras diretamente por meio de canais de rede social, como links de influenciadores ou transmissões ao vivo. "Isso é um reflexo das limitações dessas plataformas no Brasil que ainda não oferecem conexão direta. No dia em que as mídias sociais tiverem uma ligação mais direta, as compras on-line vão ganhar novo impulso", afirma Fagundes. *(NF)*

Curta

Novo iPhone

A Apple anunciou nesta segunda-feira (26) que realizará em 9 de setembro o já tradicional evento anual, quando lançará a nova versão do iPhone. A expectativa do mercado para o evento, chamado neste ano de "Glowtime", é de que o iPhone 16 venha com integração de funcionalidades de inteligência artificial. Durante o Worldwide Developers Conference (WWDC), evento realizado em junho, a empresa divulgou suas iniciativas em IA, a Apple Intelligence, disponíveis a partir do iPhone 15 Pro e Pro Max.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Guardiões da Vida Segurança em Saúde Condominial Ltda. -** CNPJ: 23.196.695/0001-24 - Endereço: Quadra Qnn 01, Cjto. H, Lote 34, Loja 01, Ceilândia Norte - Requerente: Guardiões da Vida Segurança em Saúde Condominial Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Jnk Empreendimentos, Administração e Participações Ltda. Ou Jnk Empreendimentos, Participações e Incorporações Ltda. -** CNPJ: 05.280.851/0001-59 - Endereço: Av. Antonio Carlos Comitre, 1393, 5º e 6º Andares, Bairro Parque Campolim, Sorocaba/sp - Requerente: Maria do Socorro Marques da Silva - Vara/Comarca: 3a Vara de Sorocaba/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Manhattan New York Empreendimento Imobiliário Ltda. -** CNPJ: 14.739.378/0001-16 - Endereço: Av. Santos Dumont, 2122, Sala 2126 A, Bairro Aldeota - Requerente: Marceu Sales Tabosa e Liliane Macedo Vasconcelos de Queiroz - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Falências Decretadas

Empresa: **Solar Braúna Produtos Químicos Ltda. -** CNPJ: 00.004.298/0001-08 - Endereço: Rua Floriano Peixoto, 999, Centro, Braúna/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Capital Administradora Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Penápolis/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Ebf Vaz Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 00.159.451/0001-76 - Endereço: Av. Paulista, 2028, 11º Andar, Bairro Bela Vista, São Paulo/sp Ou Av. Arquimedes, 615, Jardim Guanabara, Jundiaí/sp - Requerente: Almeida Tavares e Silva Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 1a Vara de Jundiaí/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **3f Serviços Industriais Ltda., Nome Fantasia 3f Engenharia -** CNPJ: 16.935.977/0001-30 - Endereço: Av. Alfredo Ignácio Nogueira Penido, 255, Sala 2206, Parque Residencial Aquarius - Requerente: Sherwin Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Revogado o decreto de quebra da requerida, face ao acordo entabulado entre as partes.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Latina Design Comercial Ltda., Nome Fantasia Rr Design Casa -** CNPJ: 13.151.411/0001-20 - Endereço: Av. Mogi Mirim, 593, Bairro Vila Piza, Limeira/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Rr Design Comércio de Móveis Convencionais Planejados Ltda., Nome Fantasia Rr Design Casa -** CNPJ: 26.042.917/0001-42 - Endereço: Av. Mogi Mirim, 623, Bairro Vila Piza, Limeira/sp - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Comércio de Combustíveis Jt Ltda., Nome Fantasia Posto Pinheiro -** CNPJ: 28.648.631/0001-30 - Endereço: Av. Feitosa, 1990, Bairro Pinheiro, São Leopoldo/rs - Administrador Judicial: Becker & Santos Advogados, Representada Pelo Dr. Davi Valter Dos Santos - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Tora Brasil Comércio e Indústria de Móveis Especiais Ltda. -** CNPJ: 05.632.615/0001-54 - Endereço: Rua Afonso Garbulo, 171, Bairro Santa Claudina - Vara/Comarca: 3a Vara de Vinhedo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Nandis Comércio de Gases Atmosféricos Ltda. -** CNPJ: 01.959.495/0001-43 - Endereço: Rua Xavantina, 223 D, Bairro Eldorado, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nandis Transportes e Comércio de Gases Atmosféricos Ltda. -** CNPJ: 78.662.848/0001-73 - Endereço: Rua Xavantina, 223 D, Sala 01, Bairro Eldorado, Chapecó/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Logística Terminais receberão R$ 76 bilhões até 2026; aportes de cerca de R$ 10 bilhões já começaram

Agro puxa novos investimentos em portos do país

De São Paulo, São Francisco do Sul (SC), Imbituba (SC), Porto Alegre, São Luís e Brasília

O agronegócio é um dos principais vetores de expansão dos investimentos em portos no Brasil. Nos últimos seis anos, os terminais receberam aportes de R$ 42,7 bilhões em investimentos, segundo o Ministério dos Portos e Aeroportos, que informa que os desembolsos chegarão a R$ 75,9 bilhões no intervalo entre 2023 e 2026.

Considerados projetos que já estão em andamento ou que estão perto de começar, autoridades públicas e operadores privados prometem desembolsar quase R$ 10 bilhões nos próximos meses, segundo levantamento do **Valor**. Integram essa lista os investimentos em alguns dos terminais mais importantes para os embarques da agropecuária nacional.

Hoje, o agro responde por cerca de 60% da movimentação de cargas nos terminais portuários brasileiros. Ao todo, o volume das cargas do agronegócio foi de 383 milhões de toneladas no primeiro semestre deste ano, o que representou um aumento de 3,6% em relação ao mesmo período de 2023, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Na mesma base de comparação, a movimentação total cresceu 4,3%, para 644,7 milhões de toneladas.

Há projetos de expansão em todas as regiões do país. No Sul, o Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, planeja, em parceria com o Porto de Itapoá, investir R$ 300 milhões em obras de aprofundamentos do canal de acesso à Baía da Babitonga. O Porto de São Francisco do Sul também prepara o arrendamento de seu terminal graneleiro, que hoje está sob responsabilidade da administração pública. A documentação já está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU).

Os responsáveis pelo investimento nas obras afirmam que o arranjo financeiro do projeto é inédito no país. O Porto Itapoá financiará a obra com recursos de seu próprio caixa, e a execução ficará sob responsabilidade da SCPar Porto de São Francisco do Sul. O pagamento ao parceiro privado será com recursos das tarifas de uso do canal de acesso, mais uma taxa de juros. A proposta já chegou ao governo federal, responsável por autorizar os trâmites.

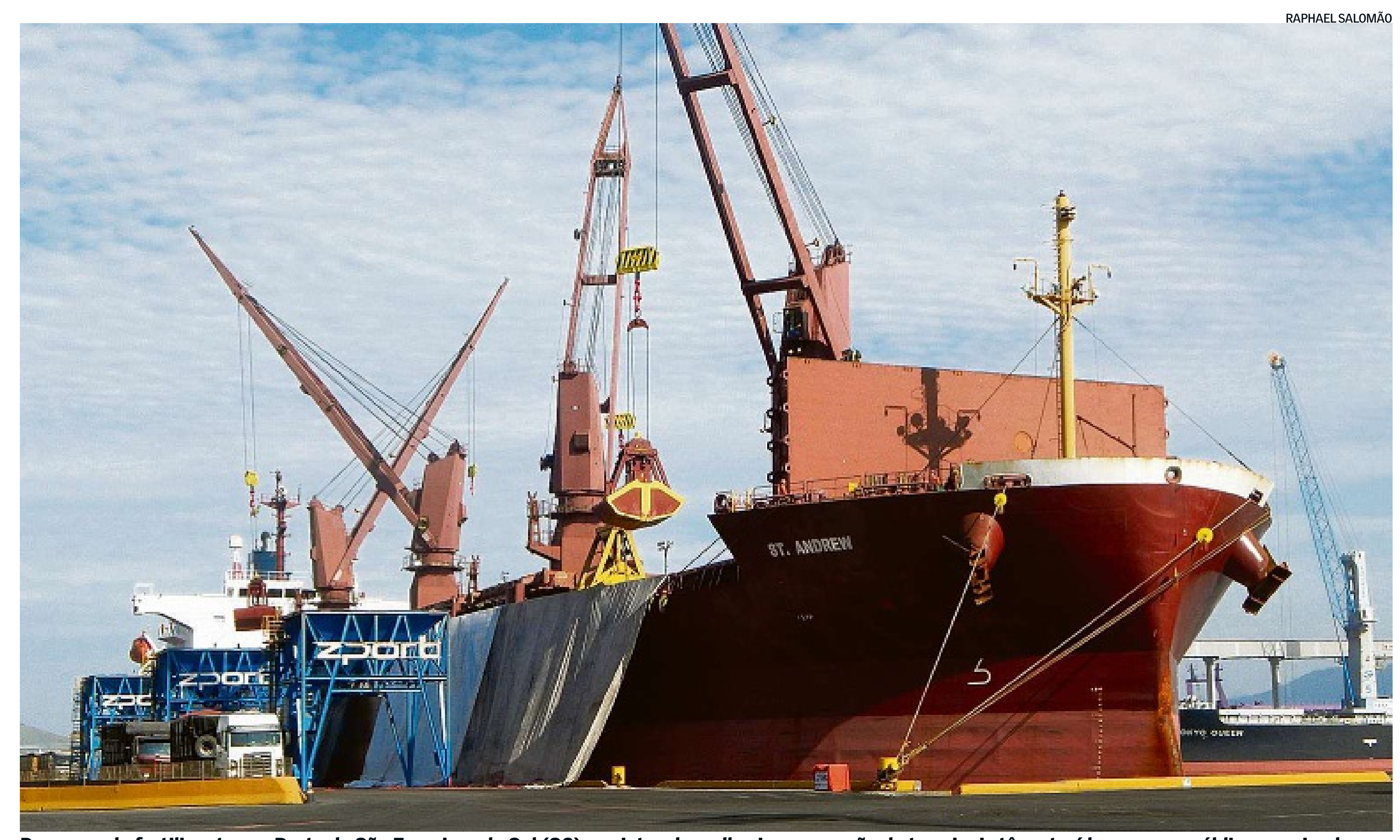
Também em Santa Catarina, o Porto de Imbituba está investindo quase R$ 100 milhões para reforçar estruturas, ampliar a capacidade de operações no cais e se consolidar como uma alternativa a Santos (SP) e Paranaguá (PR). O agro representa de 35% a 40% da movimentação de cargas — granéis e contêineres — no terminal.

"É uma questão econômica, [que considera] onde está mais barato movimentar a carga. E Imbituba tem se mostrado um porto eficiente do ponto de vista econômico", afirma o diretor presidente da SCPar Porto de Imbituba, Urbano Lopes Sousa Netto.

Entre os operadores privados, a Portonave, dona de um terminal especializado em contêineres no município de Navegantes (SC), prevê desembolsos de R$ 1 bilhão para fazer adequações no cais, que tem dois berços de atracação. Com o investimento, a Portonave quer aprofundar o canal de navegação, que passaria a ter calado de 17 metros, o que abriria a possibilidade de, no longo prazo, o terminal receber navios de contêiner com até 400 metros de comprimento.

"Precisamos criar e crescer nesta infraestrutura, porque essa é a demanda do mercado e também porque nós queremos ser competitivos. Os investimentos são constantes", diz Osmari de Castilho Ribas, diretor-superintendente administrativo da Portonave.

RAPHAEL SALOMÃO



Descarga de fertilizantes no Porto de São Francisco do Sul (SC): projetos de melhoria e expansão de terminais têm atraído recursos públicos e privados

No Rio Grande do Sul, o complexo hidroviário sofreu com os efeitos das fortes chuvas e enchentes de abril e maio. O maior dos terminais portuários do Estado, o de Rio Grande, não chegou a paralisar suas atividades, mas, por segurança, houve a necessidade de redução da profundidade do canal de acesso, o que limitou a movimentação.

No curto prazo, Rio Grande precisará fazer dragagem para que o calado volte ao normal, mas, para o longo prazo, o terminal trabalha com a perspectiva de passar por modernização. A Portos RS, empresa pública que administra o sistema portuário do Estado, planeja investir R$ 400 milhões até 2028 para que Rio Grande fique mais competitivo, diz o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

> O governo quer ampliar a chegada de fertilizantes nos portos do Arco Norte do país

Uma evidência de que os investimentos em portos-chave para o agro têm atraído cada vez mais recursos pôde ser vista no dia 21 de agosto, quando o governo federal realizou um leilão de cinco terminais portuários. Não por acaso, os lotes mais concorridos foram pontos de embarque de granéis sólidos. A Usina Petribu, do setor de açúcar arrematou o REC09, no Porto do Recife, com uma oferta de outorga de R$ 500 mil.

A concorrência foi tão acirrada que a disputa foi ao pregão de viva-voz, em que a usina venceu a SCS Armazéns Gerais. Os investimentos projetados no contrato estão estimados em R$ 2,2 milhões.

O secretário de Portos, Alex Sandro de Ávila, disse que o governo federal está cada vez mais de olho nos portos do Arco Norte do país. Uma das estratégias, afirma, será ampliar as estruturas de recebimento de fertilizantes nos portos das regiões Norte e Nordeste. Até 2026, dez áreas serão leiloadas para essa finalidade no país, e mais da metade será no Arco Norte.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê 35 áreas de expansão de portos entre 2024 e 2026. A estimativa, salientou Ávila, é de R$ 14,5 bilhões de investimentos em empreendimentos públicos. Nos terminais privados do país (TUPs), a projeção é atrair aportes superiores a R$ 40 bilhões.

Os investimentos na infraestrutura portuária são um dos principais temas da edição de 2024 do Fórum Caminhos da Safra, que a "Globo Rural" vai realizar na quarta-feira (28/8), em Brasília, das 8h às 12h30. A inscrição no evento é gratuita, e as vagas, limitadas. *(Fernanda Pressinott, Raphael Salomão, Marcelo Beledeli, para o Valor, Luciana Franco, para o Valor, Tais Hirata e Rafael Walendorff)*

Mais sobre o Fórum Caminhos da Safra em globorural.globo.com

GT Foods aposta em monitoramento remoto com "Big Brother do frango"

Agro 4.0

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Há dois anos, os frangos dos aviários da granja de Sérgio Antônio Farinha Dias, em Rondon (PR), vivem em uma espécie de "Big Brother". As aves são monitoradas por câmeras e sensores, que transformam em dados cada movimento dos animais: quanto comeram, o volume de água que consumiram, como se comportou sua temperatura e sua respiração. Todas essas informações ajudam o criador a se antecipar a eventuais problemas sanitários dentro dos aviários.

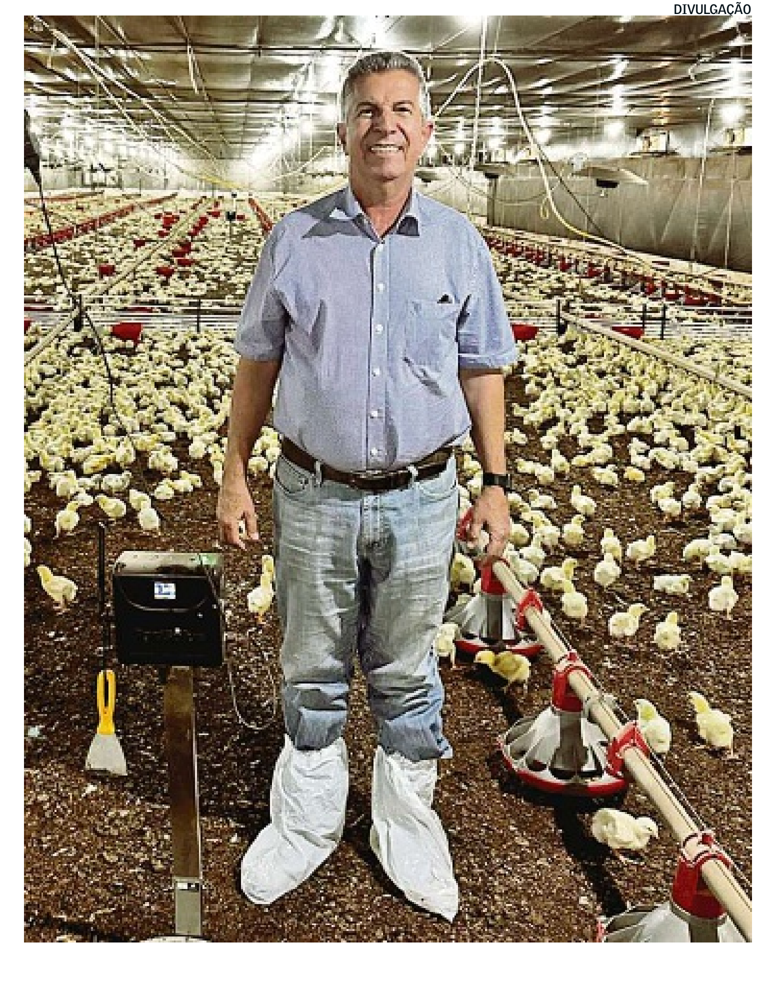
"Eu trabalho há seis anos com criação de aves. Se você me perguntasse, há dez anos, eu não seria capaz de imaginar que existiriam essas tecnologias auxiliando na criação de frango. Foi uma evolução muito grande", diz ele.

Dias é um dos 469 produtores integrados da GT Foods, a sexta maior produtora de carne de frango do Brasil, que adotaram o sistema nos últimos sete anos. Ao todo, a empresa mantém cerca de 900 aviários, próprios e de integrados. Inicialmente restrito à pesagem dos animais, o monitoramento remoto dos aviários ganhou novos dispositivos ao longo dos anos até chegar ao modelo atual, que cobre todas as etapas da produção.

"É um Big Brother mesmo. As aves são monitoradas por 24 horas por dia, do primeiro ao último dia em que ficam no aviário, o que dá condições de se estabelecer e verificar o que está acontecendo dentro das instalações. Com isso, podemos interferir para melhorar a condição para as aves e ter o melhor desempenho com o menor custo possível", observa o diretor de operações da GT Foods, César Assmann.

Segundo ele, foi graças ao barateamento da tecnologia que a adoção do sistema se disseminou entre os integrados da GT Foods. Na prática, a empresa financia a aquisição dos equipamentos, e os avicultores têm até dois anos para quitar o empréstimo. A companhia desconta da produção entregue ao longo desse período o valor das prestações.

DIVULGAÇÃO



> "Dez anos atrás, eu não conseguiria imaginar essas tecnologias"
> *Sérgio Farinha Dias*

A startup Agrisolus é a responsável pela operação do sistema, que custou R$ 30 milhões até o momento. Ele chegará a todos os integrados da GT Foods nos próximos 18 meses, período em que a companhia investirá mais R$ 30 milhões no projeto.

"É uma mudança de paradigma. Antes, tínhamos uma visita técnica orientada pela experiência do técnico, e agora isso passa a ser orientado por dados. É algo que, realmente, muda o jogo da avicultura", comenta o diretor-presidente da Agrisolus, Anderson Nascimento.

O executivo destaca que o principal salto tecnológico do sistema foi uso conjunto de câmeras de monitoramento com ferramentas de inteligência artificial para avaliar o comportamento dos animais. "A movimentação do frango diz muito sobre o lote. À distância e pelo celular, o técnico pode averiguar o bem-estar de toda a granja e se antecipar a problemas comportamentais e de saúde. Isso permite reduzir o uso de medicamentos", observa Nascimento.

Graças à possibilidade de identificar de forma antecipada a mudança de comportamento das aves, o sistema tem proporcionado um retorno de 15% a 37% para as granjas que já o instalaram, segundo o diretor-presidente da Agrisolus. O cálculo leva em consideração tanto a redução dos gastos veterinários quanto o aumento da produtividade. Nesse caso, o ganho é uma consequência da melhoria do bem-estar dos animais, que eleva a taxa de conversão alimentar.

"Como essa é a base da remuneração do avicultor, ela ajuda muito a elevar o ganho financeiro do produtor. E, para nós, integradores, é um fator de redução de custo. Todo mundo acaba sendo beneficiado. Por isso estamos cada vez mais convencidos de que esse é o caminho e trabalhamos para levar a tecnologia ao maior número de aviários possível", completa Assmann.

Queda do etanol leva FS ao prejuízo no 1º trimestre da safra

Balanço

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A mato-grossense FS, que produz etanol de milho e atua em nutrição animal, registrou prejuízo líquido de R$ 40,28 milhões no primeiro trimestre da safra 2024/25, conforme balanço divulgado ontem. Um ano antes, a empresa lucrara R$ 34 milhões.

Segundo a companhia, o prejuízo foi motivado pelos menores preços do etanol e da nutrição animal, embora os volumes vendidos tenham crescido. Houve ainda aumento nas despesas.

Em contrapartida, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) aumentou 5,8% no período, para R$ 398,9 milhões.

A receita líquida, por sua vez, cresceu 11,9% no comparativo anual, para R$ 2,037 bilhões. As receitas da FS são formadas pelos segmentos etanol, nutrição animal, revendas e geração de energia. O biocombustível representou 71,9% do faturamento do primeiro trimestre desta safra.

A FS informou que o preço líquido médio de venda de etanol no trimestre foi de R$ 2,419 por litro, queda de 14,7% no comparativo anual, enquanto o preço líquido médio do etanol hidratado (referência Esalq) foi de R$ 2,337 por litro, 13,3% menor, "devido principalmente à redução na paridade bomba entre etanol e gasolina", disse.

No período, a FS registrou aumento de seus custos financeiros, reflexo da variação cambial sobre a dívida denominada em dólares. A empresa informou, em relatório, que no trimestre, foi reconhecida uma perda de R$ 232,3 milhões, refletindo o impacto da depreciação de 11,3% do real em relação ao dólar no período.

O processamento de milho pela companhia cresceu 24% no primeiro trimestre da safra, para 1,308 milhão de toneladas, principalmente devido ao início da operação da terceira planta do grupo, em Primavera do Leste (MT) no início de maio de 2023. Com isso, a FS produziu 573,0 mil m³ de etanol, 26,6% mais que em igual intervalo do ciclo anterior.

valor.com.br

Safra 2024/25
BDMG vai ofertar R$ 1,4 bi em crédito

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) vai oferecer R$ 1,4 bilhão para financiamento da safra 2024/25 no Estado, 15% mais que no ciclo passado. O recurso é destinado a cooperativas, produtores e empresas do agronegócio.

valor.com.br/agro

Cereais
Área de arroz deverá crescer 5% no RS

A área de plantio de arroz deverá crescer 5,3% no Rio Grande do Sul na safra 2024/25 em relação ao ciclo anterior, para 948,3 mil hectares, segundo previsão do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga-RS). O Estado responde por 70% da produção do cereal no país.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Clima Estimativa é da Orplana, que projeta queda de 50% na produtividade em alguns casos; 59 mil hectares foram queimados em áreas com canaviais e de rebrota

Incêndios causam prejuízo de ao menos R$ 350 milhões para setor de cana em SP

Nayara Figueiredo, Rafael Walendorff, Isadora Camargo e Eliane Silva*
De São Paulo, Brasília e Ribeirão Preto

JOEL SILVA/REUTERS



Homem observa incêndio em plantação de cana perto da cidade de Dumont, na região de Ribeirão Preto; produtividade da próxima safra pode ser afetada

O prejuízo total ainda é incalculável, mas os incêndios dos últimos dias no Estado de São Paulo devem causar perdas de ao menos R$ 350 milhões para o setor de cana. A estimativa é da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana), e considera impactos como queda de produtividade, queima de cana-de-açúcar e perda de biomassa, morte das mudas de rebrota e custos com insumos para manejo.

Em entrevista à rádio CBN, o governador do Estado, Tarcísio de Freitas, afirmou que as perdas causadas pelos incêndios superam R$ 1 bilhão. Ele não detalhou, porém, quanto desse montante se refere à agricultura, mas ressaltou que o cenário é grave nos canaviais. "A situação é muito triste. Pegou em cheio as lavouras de cana-de-açúcar", disse.

As áreas mais afetadas pelas queimadas, que têm origem criminosa, segundo as investigações, estão nas regiões norte e nordeste do Estado de São Paulo.

Até o último domingo, a Orplana tinha identificado 59 mil hectares queimados em áreas de cana-de-açúcar e de rebrota de cana. Mas o número tende a crescer.

O CEO da entidade, José Guilherme Nogueira, disse ao **Valor** que uma nova análise seria feita ontem e outra na quarta-feira (28). "Todo ano tem incêndio, mas neste foi anormal, e a combinação com a seca prolongada gerou esse problema todo", comentou.

Nogueira acredita que o fogo atingiu cerca de 5,5 milhões de toneladas de cana. Nessas áreas, a queda de produtividade está estimada em 50%, também com a perda de biomassa e de palhada.

Onde a cana já havia sido colhida, os brotos que vinham sendo tratados para se tornarem canaviais que serão colhidos no ano que vem, morreram com o fogo. Eles só voltam a nascer quando vier a próxima chuva.

"Você já fez aplicações de fertilizantes, defensivos, correções e o solo pega fogo. O produtor vai ter que entrar com outro manejo, mais nitrogênio para a planta se recuperar. Como não tem previsão de chuva até agora, se a cana demorar pra rebrotar, o prejuízo é ainda maior", lamentou.

Não se sabe ainda qual será o efeito na produção de açúcar e etanol, mas, segundo Nogueira, haverá algum impacto.

O presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Nelson Pérez Júnior, afirmou que um dos prejuízos difícil de mensurar é o agronômico. "Quando vem o fogo, toda matéria orgânica acumulada com a palha da cana é perdida e se volta à estaca zero, o solo fica exposto".

Para Almir Torcato, gestor corporativo da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo (Canaoeste), a maior preocupação é se a cana queimada irá rebrotar e voltar a produzir. "Estamos muito preocupados com produtividade na próxima safra [2025/26]. A gente investe no plantio de cana no primeiro ano, e ela produz por cinco ou seis anos, e não conseguimos ter certeza se as áreas atingidas terão rebrotas".

A produtividade já vinha em queda mesmo na safra atual, justamente em função da seca. Segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), canaviais colhidos no mês de julho no Centro-Sul atingiram a média de 86,6 toneladas por hectare, 12,1% menos que no mesmo mês da safra 2023/24.

No acumulado da safra (abril a julho), a queda na produtividade é de 5,6%, para 88,7 toneladas por hectare, segundo o CTC.

Em Ribeirão Preto, o Centro de Cana do Instituto Agronômico (IAC), que realiza pesquisas sobre cultivares e mantém um viveiro de mudas de cana com produção anual de 2,5 milhões a 3 milhões de unidades, também foi atingido pelos incêndios.

Foram queimados 120 dos 150 hectares de cana do IAC, incluindo viveiros e áreas de teste e desenvolvimento de novas variedades da planta. Marcos Landell, diretor do IAC, disse que o fogo vai atrasar pelo menos nove meses de pesquisas e retardar a chegada ao mercado de variedades que estavam prontas para serem lançadas, além de comprometer a demanda por mudas nos próximos três meses.

As queimadas também têm afetado outros Estados. Em Minas Gerais, áreas de pastagem do município de Passos registraram focos de incêndio ontem e no último fim de semana. O Corpo de Bombeiros de Passos informou que os focos já foram combatidos. Ao todo, 3 mil hectares foram atingidos.

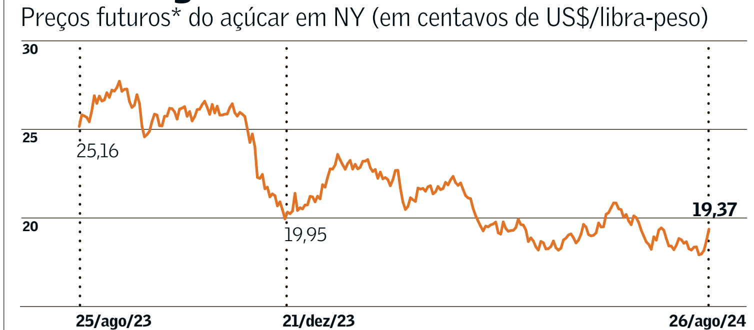
O Sindicato Rural de Passos informou que entre 4 mil e 5 mil cabeças de gado tiveram que ser retiradas da região dos incêndios e transferidas para outro local. ***(Colaborou Cibelle Bouças, de Belo Horizonte) e * Para o Valor***

Mais sobre incêndios à página A2

valor.com.br
Mais sobre os incêndios em regiões agrícolas de São Paulo em
valor.com.br/agro

Efeito fogo

Preços futuros* do açúcar em NY (em centavos de US$/libra-peso)



Variações - em %
3,47 No dia **0,31** No mês **-5,14** No ano **-23,01** 12 meses

Temor de impacto na produção faz açúcar subir em NY

Paulo Santos
De São Paulo

Os incêndios em canaviais paulistas levaram os preços do açúcar a registrar forte alta na bolsa de Nova York ontem. O receio de possíveis perdas na produção fez o contrato com vencimento em outubro subir 3,53%, para 19,04 centavos de dólar por libra-peso.

"Os preços vinham em uma tônica muito baixista nas últimas semanas (...) e muito sensíveis a qualquer novidade em termos fundamentais", disse Marcelo Filho, analista de inteligência de mercado da StoneX. Assim, acrescentou, independentemente do tamanho das perdas, o mercado vai se pautar por esses eventos.

Além disso, mesmo com o controle dos focos de incêndio, há preocupação com o impacto do fogo para a saúde do solo na próxima safra, afirmou.

À "Bloomberg", Mauro Virgino, líder de inteligência comercial da trading de açúcar Alvean, disse que as consequências das queimadas podem ser maiores que as da geada de 2021 para a cana. "O escopo das questões agora é muito maior. Os incêndios de 2024 são como as geadas de 2021, mas com esteróides", comparou.

A Green Pool Commodity Specialists e a FG/A estimam que até 5 milhões de toneladas de cana podem ter sido perdidas no Estado de São Paulo, também de acordo com a Bloomberg.

Já Maurício Murici, da Safras & Mercado , projeta que o fogo em São Paulo deve reduzir em 2 milhões de toneladas a moagem de cana esperada para o Centro-Sul em 2024/25. As queimadas contribuem para uma queda ainda maior na colheita de cana na temporada, que já vinha sendo afetada por intempéries.

A produção deve somar 588 milhões de toneladas, bem abaixo das 654 milhões processadas na safra 2023/24, segundo a consultoria. "Temos escassez de chuva nos canaviais que começou em abril e se estenderá até setembro. Junto com a seca, tivemos sete episódios de baixas temperaturas nos últimos dois meses. A qualidade da cana colhida já estava caindo, e isso vai ficar mais evidente neste semestre", disse Muruci ao **Valor**.

Em meio a esses prognósticos, ele avalia que o açúcar seguirá em tendência de alta na bolsa de Nova York nas próximas semanas.

Para Marcelo Filho, é cedo para falar em redução de safra, mas ele acredita que o mix de produção das usinas pode mudar, já que muitas podem rever a porcentagem de cana destinada à produção de açúcar. Nos cálculos da StoneX, o mix no Centro-Sul está em 50,5% na safra 2024/25, acima dos 48,9% do ciclo anterior.

O analista comenta que as usinas também podem correr "para colher tudo o que conseguirem e não foi atingido pelo fogo", como ocorreu nas geadas de 2021.

Ações de usinas têm alta na Bolsa

De São Paulo

As ações das usinas de cana registraram alta ontem na Bolsa em meio às expectativas sobre os efeitos dos incêndios na produção de açúcar e etanol. A valorização do petróleo, que fez os papéis da Petrobras subirem quase 9%, também contribuiu para a alta das ações das usinas.

Os papéis da São Martinho subiram 3,58%, enquanto os da Raízen avançaram 0,92% e os da Jalles Machado , 2,5%.

Para o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, o preço mais alto do açúcar — por causa dos incêndios — pode ter estimulado a busca pelos papéis das usinas. Ele observou ainda que o dia foi de alta do petróleo, o que impulsiona o mercado de etanol.

Em comunicado ontem, após o fechamento do mercado, a São Martinho informou que as chamas afetaram 20 mil hectares de canaviais da empresa. Com isso, estima-se uma redução de 110 mil toneladas na produção de açúcar na safra 2024/25. "Os focos foram combatidos pelas brigadas de incêndio da companhia, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos", disse a São Martinho.

A cana atingida será processada nos próximos dias, mas sem impactos na quantidade de Açúcar Total Recuperável (ATR). A redução na oferta de açúcar será compensada por um aumento proporcional na produção de etanol. A São Martinho informou que fará um investimento de R$ 70 milhões em tratos culturais nas próximas safras, para preservar a produtividade dos canaviais.

Também em comunicado, a Raízen informou que os incêndios atingiram 1,8 milhão de toneladas de cana própria da empresa e também de fornecedores. Esse volume representa 2% do total de cana prevista para a safra 2024/25. "A companhia está priorizando a moagem da cana-de-açúcar afetada. Com essa medida, esperamos que as perdas e impactos em nossos resultados sejam imateriais", disse. ***(PS e NF)***

3,58%
foi a alta das ações da São Martinho

Setembro seco deve ampliar risco de novas queimadas no país

Marcos Fantin
De São Paulo

O tempo extremamente seco que se prolonga há meses é o principal gatilho para os incêndios recentes em áreas de produção e de matas de várias regiões do país. E a tendência é que esse quadro se mantenha ou até se agrave.

Isso porque a previsão é que os próximos 30 dias sejam iguais, com tempo seco e calor acima da média para grande parte das regiões produtoras do Paraná, de todo Sudeste, todo Centro-Oeste, Matopiba (confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), interior do Nordeste e interior do Norte. Os modelos analisados pelo agrometeorologista da Rural Clima, Marco Antônio dos Santos, sinalizam chuvas a partir do fim de setembro, mas ainda irregulares.

Segundo Santos, o país vai entrar em um novo período seco no próximo mês, quando será possível ver "um aumento significativo de queimadas no Brasil central e Norte".

Apesar de São Paulo ter registrado chuvas no fim de semana, que ajudaram no combate às queimadas, a última chuva relevante no interior do Brasil, incluindo São Paulo, foi na primeira quinzena de abril. "A ausência de chuvas significativas já dura 130 dias. Tirando São Paulo que registrou chuvas esse fim de semana, todo o restante da região Sudeste e Centro-Oeste está sem chuva desde abril", disse Santos.

Nessas regiões, os solos estão extremamente secos e o mato, sujeito a queimadas. Além disso, as temperaturas estão acima da média no geral. Apesar de o início de semana ter a influência de uma massa de ar polar que derrubou as temperaturas, não há previsão de chuva, porque o bloqueio atmosférico inibe a entrada de frentes frias e a formação de chuva, segundo o agrometeorologista

Agro 4.0
Com aposta em 'Big Brother do frango', GT Foods monitora animais de forma remota
B7



Valor C
Terça-feira, 27 de agosto de 2024

Finanças

Startups Segundo estudo da KMPG, nesse período foram captados US$ 817 milhões

Investimento de venture capital mais que dobra no 2º tri no Brasil

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Guinezi, da Uncover, que tem IA proprietária de marketing, iniciou conversas com investidores para levantar até US$ 15 milhões: "Temos visto grande interesse"

Liane Thedim
Do Rio

Depois de um 2023 e um primeiro trimestre de 2024 difíceis, o Brasil teve crescimento significativo nos investimentos feitos por fundos de venture capital (focados em startups) no segundo trimestre de 2024 e atingiu US$ 816,8 milhões, segundo relatório da KPMG. Foi o maior volume desde o terceiro trimestre de 2022 e mais que o dobro do registrado no primeiro trimestre (US$ 352,8 milhões).

As empresas do setor financeiro ("fintechs"), de energias alternativas ("cleantechs") e da área de saúde ("healthtechs") ficaram nos primeiros lugares no ranking de captação.

No entanto, diz o relatório, as gestoras vêm sofrendo com pouca liquidez e sendo pressionadas por retorno rápido. A captação de fundos de venture capital no mundo caiu de US$ 90 bilhões no primeiro semestre de 2023 para US$ 83 bilhões no mesmo período deste ano e, para a consultoria, caminha para um novo recorde de baixa. As assets ainda administram o volume inédito levantado em 2021 e 2022.

"Os fundos têm dificuldade de captar recursos por causa do juros altos ao redor do mundo", diz Carolina de Oliveira, sócia e líder de negócios privados da KPMG no Brasil e na América do Sul. De acordo com o relatório da consultoria sobre o mercado global, a dificuldade de captação e, consequentemente, de investimentos por parte de fundos com sede no Brasil, vêm levando as gestoras a buscar alternativas de liquidez, como, por exemplo, a negociação de cotas no mercado secundário.

Diante da pressão por retorno rápido, também vêm concentrando investimentos em startups mais maduras, com mais chance de resultados, mas ao mesmo tempo têm dificuldades para encontrar essas alternativas, já que as empresas buscam sobreviver em meio aos desafios de falta de financiamento via venture capital e de juros altos. "Com isso, acabam investindo nas mesmas startups que já demonstraram capacidade de gerar lucro e de fazer uma operação de abertura de capital na bolsa", diz Oliveira.

Victor Harano, gerente de pesquisa da plataforma de inovação Distrito, conta que os fundos globais vieram à América Latina em busca de oportunidades a partir de 2021, e os fundos locais não conseguiam competir. Segundo ele, a cadeia se achatou e quem fazia investimento na fase conhecida como "seed" (semente, em inglês, ou seja em estágio inicial), passou a fazer pré-seed, por exemplo. O resultado foi uma valorização dos ativos.

Agora, depois de mais de um ano de capital retraído, afirma, os fundos voltaram para sua posição natural. Ele diz que as startups mais maduras estão à frente, mas que também já começa a haver movimento de empresas mais jovens. "As que conseguiram cortar custos e sobreviveram aos últimos 18 meses estão vendo movimentação."

De acordo com Harano, na luta pela sobrevivência nesse período de seca de recursos, cresceram as fusões e aquisições entre startups, principalmente entre as que já tinham produto mais maduro. Relatório da plataforma mostra que foram 118 operações no primeiro semestre, enquanto em todo o ano de 2023 foram 209.

Além disso, as startups têm lançado mão de alternativas para se financiar, como fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), "venture debt" (financiamento de instituições especializadas em startups) e "debt financing" (financiamento via emissão de dívida). Conforme dados da Distrito, no primeiro semestre, foram 19 rodadas de dívida feitas pelas startups latino-americanas, o que totalizou US$ 1,08 bilhão, praticamente estável frente ao volume de US$ 1,082 bilhão do mesmo período do ano passado.

No Brasil, no segundo trimestre, o montante em investimentos de fundos de venture capital apontado pela KPMG teve o empurrão especial do aporte adicional de US$ 50 milhões obtido em abril pela QI Tech, fintech brasileira de infraestrutura tecnológica para serviços financeiros, numa extensão da série B de US$ 200 milhões feita no ano passado. Com a injeção de capital, a empresa alcançou o status de unicórnio, com valor de mercado acima de US$ 1 bilhão (R$ 5,1 bilhões).

> "Os fundos têm dificuldade de captar por causa do juros altos ao redor do mundo"
> *Carolina de Oliveira*

No mundo, o crescimento foi de US$ 75,3 bilhões de janeiro a março para US$ 94,3 bilhões no segundo trimestre, e Oliveira pontua que, com vários "mega-negócios", caso da americana CoreWeave, que levantou US$ 8,6 bilhões, da xAI, a startup de inteligência artificial de Elon Musk, que obteve US$ 6 bilhões em financiamento, e da Lazada, marketplace de Cingapura que conseguiu US$ 1,9 bilhão. Do total global, a maior fatia, US$ 58,3 bilhões, ficou com as Américas. Nos Estados Unidos o volume investido por fundos de venture capital no segundo trimestre, US$ 55,6 bilhões, foi o maior desde o mesmo período de 2022

Entre os países da América Latina, as startups do Brasil ficaram com 42,6% dos recursos. Harano afirma que o país vem perdendo espaço para México e Colômbia, mas ainda com bastante margem, já que os dois ainda estão bem atrás no ranking. No segundo trimestre, por exemplo, tiveram US$ 240 milhões e US$ 28 milhões em investimentos, respectivamente, de acordo com dados da Distrito.

A executiva da KPMG vê uma janela de captação no terceiro trimestre e possibilidade de mais grandes rodadas antes das eleições nos Estados Unidos. Segundo ela, em 2025 também aumentam as chances de aberturas de capital na bolsa, que são importantes para atrair investimentos para venture capital, já que é o momento de o investidor se desfazer de sua posição na empresa com lucro. "Já estamos vendo IPOs nos Estados Unidos e na Europa e isso deve chegar ao Brasil. Mas o momento de mercado ainda é incerto e os negócios vão ficar muito a reboque das eleições e dos cortes de juros americanos", diz.

A Uncover, startup que ajuda empresas a otimizar investimentos em marketing, com inteligência artificial (IA) proprietária, já iniciou conversas com investidores para captar recursos para a série A com foco na internacionalização da empresa. A estratégia começou pela Colômbia e está em fase de prospecção nos Estados Unidos. "Os fundos de venture capital têm poucos ativos de altíssima qualidade para investir no momento, por isso temos visto grande interesse de investidores", diz Daniel Guinezi, CEO da empresa. A Uncover contou com um investimento "pré-seed" de R$ 3 milhões e um "seed" de R$ 7,5 milhões. Agora, a ideia é captar de US$ 10 milhões a US$ 15 milhões.

Guinezi explica que o sistema identifica o perfil do anunciante e recomenda onde e em que momento investir, dentro do orçamento definido pela empresa, com uma precisão de 98%. Fundada em 2021, ele afirma que a receita da startup triplicou neste ano e se tornou líder em "software as a service" (SaaS, que é o software disponibilizado pela internet, sem que o cliente precise instalar algum programa) para mídia. Entre os clientes estão Nubank, Santander, Bradesco, Casas Bahia, Smart Fit, Mondelez e Cogna, entre outros. Segundo ele, a Uncover ainda não chegou ao equilíbrio, mas está próxima dele. "Ainda queimamos caixa, mas é pouco."

Ele diz que o banco de dados da startup alimenta a IA e mostra a relação entre as mídias, incluindo mudanças de estratégias em momentos sazonais, como fases em que é preciso investir mais em conversão e outros na marca, por exemplo. Além da expansão no mercado externo, a empresa vai começar em setembro a oferecer um serviço de autoatendimento, que será mais barato e portanto mais acessível a anunciantes menores, com valores a partir de R$ 3 milhões por ano.

Fatia de IA em captações é de apenas 4,54% no país

Do Rio

Enquanto o mundo volta todas as atenções à inteligência artificial (IA), no Brasil o segmento não está no topo dos investimentos direcionados a startups. Levantamento da Distrito a pedido do **Valor** mostra que a fatia do total de aportes em empresas que têm o desenvolvimento dessa tecnologia como atividade principal foi de apenas 4,54% no segundo trimestre deste ano e de 1,99% no primeiro.

Ainda que com uma fatia pequena, o país está à frente na América Latina, conforme o levantamento. Do primeiro trimestre de 2022 até agora, a participação do total investido em startups que desenvolvem essa tecnologia no Brasil foi de 8,24%, enquanto na Argentina foi 5,93%, na Colômbia, de 5,76%, no México, de 2,47%, no Equador, 1,95% e no Peru, 1,43%.

Se consideradas as tecnologias emergentes em geral, o que inclui por exemplo "blockchain", internet das coisas, realidade simulada e agricultura regenerativa, o Brasil concentra 71,85% das startups da América Latina, conforme relatório da plataforma. De cada dez startups de tecnologias emergentes na América Latina, três tinham IA como foco principal.

"O mercado ainda é muito novo para sabermos o que de fato é solução e o que é somente buzz", diz Victor Harano, gerente de Research da Distrito. Ele explica que o maior volume das startups do segmento está ainda em estágio inicial, conhecido no jargão do mercado como "early stage", sem robustez para captar um cheque maior, de R$ 100 milhões por exemplo. "A maior parte dos investimentos está concentrada nas startups mais maduras. Mas, como as transações estão crescendo no 'early stage', devemos ver os primeiros ganhadores em 12 a 18 meses."

480
é o número de startups de IA fundadas no Brasil

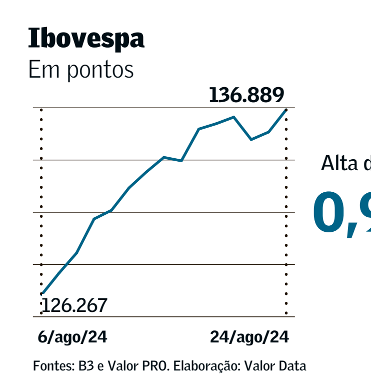
Harano diz que a proporção dos investimentos em IA começou a crescer no segundo trimestre de 2023 e atingiu o pico no quarto trimestre de 2023, com mais de 10% de todo o volume injetado em startups na América Latina. "Isso demonstra a força das startups de IA na retomada do mercado de tecnologia. Os números continuaram promissores no primeiro trimestre de 2024, com 8,2% dos investimentos direcionados a startups de IA na região."

O número de startups fundadas no Brasil que trabalham diretamente com IA, comenta, saiu de aproximadamente 150 empresas em 2016 para mais de 480, em 2023. "Assim, é natural que, conforme essas empresas amadureçam, atraiam mais investimentos nos próximos anos."

Carolina de Oliveira, sócia líder de negócios privados da KPMG no Brasil e na América do Sul, diz que os fundos de venture capital estão sofrendo nos últimos meses de "FOMO" — sigla para "Fear of Missing Out" (medo de perder algo, em inglês), usada para denominar o receio de ficar de fora de experiências ou oportunidades que outras pessoas parecem estar desfrutando —, numa corrida por investimentos em inteligência artificial no mundo.

Segundo ela, no Brasil o volume não é muito alto porque o investimento exigido para a compra de semicondutores é grande. "O que temos visto são grandes investimentos em startups que usam modelos de linguagem de IA que já existem para resolver problemas da indústria." *(LT)*

Ibovespa
Em pontos



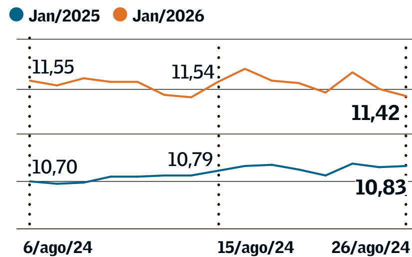
Alta de **0,94%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

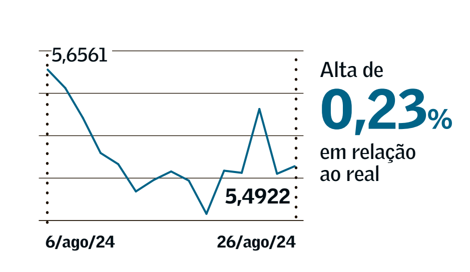
Bolsas internacionais
Variações no dia 26/ago24 - em %

Dow Jones	0,16
S&P 500	-0,32
Euronext 100	-0,06
DAX	-0,09
CAC-40	0,18
Nikkei-225	-0,66
SSE Composite	0,04

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

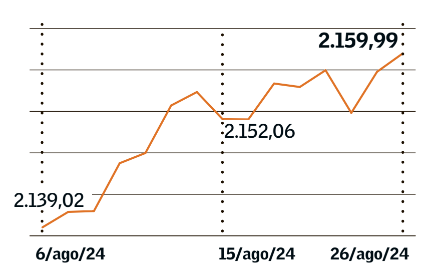


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,23%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Ações da estatal disparam com alta dos preços do petróleo no mercado internacional; dólar tem leve alta e juros futuros recuam na expectativa do IPCA-15

Petrobras leva Ibovespa a novo recorde

Maria Fernanda Salinet, Gabriel Caldeira e Gabriel Roca
De São Paulo

Em meio à forte alta dos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionados pelo aumento das tensões geopolíticas, as ações da Petrobras dispararam na sessão de ontem e levaram o Ibovespa a mais um recorde de fechamento. O dólar encerrou o dia em leve alta, se aproximando novamente dos R$ 5,50, enquanto os juros futuros recuaram, com os investidores ainda tentando antecipar qual será o próximo movimento da Selic.

O principal índice da bolsa local encerrou a sessão em alta de 0,94%, aos 136.889 pontos, nova máxima histórica de fechamento. A alta das ações no Brasil contrastou com o observado em Nova York, onde o S&P 500 caiu 0,32%, o Dow Jones teve leve alta, de 0,16%, e o Nasdaq perdeu 0,85%.

O desempenho positivo do mercado de renda variável brasileiro, no entanto, se deveu quase inteiramente à Petrobras. As ações ordinárias da companhia fecharam o dia em alta de 8,96%, enquanto os papéis preferenciais subiram 7,26%. Segundo cálculos do Valor Data, o avanço das ações foi responsável por 94,68% da alta do Ibovespa e, neste contexto, o valor de mercado da estatal subiu de R$ 499,81 bilhões para R$ 541,10 bilhões, uma variação de R$ 41,2 bilhões.

A valorização da Petrobras na bolsa ocorreu em meio à escalada de conflitos no Oriente Médio. O preço do petróleo Brent, referência mundial, fechou em alta de 2,95%, a US$ 81,43 o barril, após bombardeios entre Israel e o grupo terrorista Hezbollah, além da interrupção da produção na Líbia.



SILVIA ZAMBONI/VALOR

Sobral, da Neo: com perspectiva de início de ciclo de corte de juros nos EUA, real tem mais espaço para se valorizar

Segundo Gilberto Cardoso, CEO da Tarraco Commodities Solution, além dos conflitos geopolíticos, o aumento dos preços das commodities na China e a sinalização do início do corte de juros nos Estados Unidos em setembro também contribuíram para a dinâmica observada no pregão. "Como o setor de commodities é muito alavancado, quando há a sinalização da flexibilização monetária nos EUA, isso ajuda todo o setor, que terá dívidas a juros reduzidos", explica.

Outro fator que impulsionou o avanço das ações da estatal foi a melhora na recomendação do Morgan Stanley de neutra para compra para os papéis da empresa. O banco elevou o preço-alvo dos recibos de ação (ADRs) negociados na Bolsa de Nova York (Nyse) de US$ 18 para US$ 20.

Já o dólar comercial fechou a sessão em alta de 0,23%, cotado a R$ 5,4922. Operadores apontam que houve fôlego limitado após a queda de quase 2% registrada pela moeda no pregão da sexta-feira.

Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos, acredita que o real tem mais espaço para se valorizar, já que projeta um dólar cotado a R$ 5,30 no fim do ano. Segundo ele, a perspectiva de flexibilização da política monetária nos Estados Unidos é o que sustenta essa projeção.

"A perspectiva de cortes nos Estados Unidos, uma vez materializada, vai ajudar outras moedas, e o real vai de carona nesse movimento", disse. Para ele, o banco central americano deve adotar um ritmo "gradual" de cortes, com três reduções de 0,25 ponto percentual nas suas reuniões restantes de 2024.

8,96%
foi a alta das ações ordinárias da Petrobras

Na visão de Sobral, as sinalizações mais conservadoras do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, pressionaram o BC de forma desnecessária a entregar um aumento da taxa Selic em setembro mesmo com o cenário externo mais benigno.

A comunicação dos membros do Copom, inclusive, tem sido fonte de incertezas entre participantes do mercado nos últimos dias. Após Galípolo ter emitido mensagens mais conservadoras após a divulgação da ata do Copom, houve a percepção entre agentes que outros membros do colegiado, como o presidente do BC, Roberto Campos Neto, não indicaram, com tanta clareza, a possibilidade de retomar a alta da Selic no curto prazo.

Assim, há bastante divergência entre economistas e operadores sobre o futuro da Selic. Em relatório enviado a clientes, a equipe de economistas do J.P. Morgan aponta que a taxa básica de juros deve se manter estacionada nos 10,5%, ainda que a probabilidade de uma alta também seja elevada.

"Atualmente, a política monetária está apertada e a política fiscal se tornará cada vez mais restritiva. Combinado com o início do ciclo de flexibilização global e os modelos do BC, que mostram a inflação se aproximando da meta no primeiro trimestre de 2026, isso torna desnecessário um ciclo de alta neste momento, em nossa opinião", concluem.

No mercado de juros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 passou de 11,485% para 11,42% e a do DI para janeiro de 2029 recuou de 11,56% para 11,495%.

Petróleo salta com tensão no Oriente Médio

Igor Sodré, com agências
De São Paulo

Os preços dos contratos futuros do petróleo fecharam ontem em forte alta, chegando próximo dos 3%, após uma intensificação das tensões no Oriente Médio durante o fim de semana, com uma série de bombardeios efetuados por Israel e o grupo terrorista Hezbollah, do Líbano.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para entrega em outubro fechou em alta de 2,06%, a US$ 77,46 por barril. Já na Intercontinental Exchange (ICE), o contrato do barril do petróleo tipo Brent com igual vencimento avançou 2,95%, a US$ 81,43.

"Estão se intensificando as preocupações de que os ataques do fim de semana aprofundem e ampliem o envolvimento do Irã no conflito", disse o analista Vivek Dhar, do Commonwealth Bank of Australia.

Embora a expectativa mais comum do mercado seja de uma possível resposta iraniana que prejudique Israel sem desencadear um conflito regional mais amplo, a resposta de Israel será igualmente importante, afirma Dhar. "Isso poderia incluir um ataque ao fornecimento de petróleo e à infraestrutura relacionada do Irã, colocando em risco de 3% a 4% do fornecimento global de petróleo."

O Irã, que é o principal financiador do Hezbollah, afirmou por meio de seu ministro de Relações Exteriores, Abbas Araqchi, que a resposta do país à morte de um dos líderes do grupo terrorista libanês será "definitiva e calculada".

Além das tensões no Oriente Médio, a decisão do governo do leste da Líbia de pausar as operações de campos de petróleo da região também impulsionou os preços na sessão de ontem.

Em meio a uma disputa pelo controle do banco central do país com o governo da capital líbanesa de Trípoli, as autoridades da Líbia oriental ordenaram a interrupção completa das atividades de produção e exportação da commodity energética.

"Esses são barris 'reais' que podem ser perdidos, o que restringiria o mercado físico enquanto [a interrupção] durasse", disse Giovanni Staunovo, analista de commodities do UBS Group. Quanto tempo essa interrupção pode durar "é a parte difícil de avaliar", completou.

A Líbia já estava enfrentando uma produção irregular neste mês após interrupções em alguns de seus principais campos. Grande parte das exportações do país são enviadas por portos no leste, abastecendo em grande parte os mercados da Europa.

BC está 'dependente de dados', diz Galípolo

Gabriel Shinohara
De Brasília

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que a autarquia assumiu uma posição mais conservadora, interrompeu o ciclo de cortes na taxa básica de juros e "ficou dependente de dados". Para Galípolo, a função da autoridade monetária é ser mais cautelosa.

Nessa posição mais conservadora, afirmou, o Banco Central vai consumir os dados a cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e tomar a decisão sobre as taxas de juros a partir disso. "Nesse ciclo tem uma série de dados relevantes de mercado de trabalho, atividade econômica, inclusive de inflação até a próxima reunião, que nós pretendemos consumir para tomar a decisão", disse, ao participar de evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Segundo Galípolo todas as alternativas estão na mesa para a tomada de decisão do colegiado.

A ata da última reunião do Copom citou duas possibilidades para a política monetária. A primeira seria manter o patamar atual, de 10,50% ao ano "por tempo suficientemente longo" para levar a inflação à meta. Na segunda, o Copom ressaltou que "não hesitará" em subir os juros se julgar apropriado para cumprir a inflação.

As declarações de Galípolo vêm sendo acompanhadas de perto pelo mercado, já que o diretor é o mais cotado para assumir a presidência do BC. Na semana passada, as falas dele foram consideradas mais pró-aperto de juros que as do atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto — uma impressão que, depois, eles próprios tentaram desfazer.

Ontem, no TCE, Galípolo destacou a preocupação com a desancoragem de expectativas de inflação e com o dinamismo da atividade econômica. Ele citou a taxa de desemprego baixa e as projeções do PIB, que "vêm sendo revisitadas sistematicamente para cima". O relatório Focus mostra uma mediana de projeções para alta do PIB de 2,43% neste ano e de 1,86% em 2025. A projeção do BC para o crescimento de 2024 é de 2,3%, de acordo com o Relatório de Inflação publicado no fim de junho.

> "Nesse ciclo tem uma série de dados relevantes que nós pretendemos consumir para tomar a decisão"
> *Gabriel Galípolo*

Galípolo ressaltou que a "bola" que o BC precisa olhar é a possibilidade de que o crescimento da demanda esteja ocorrendo de maneira desordenada "e com falta de sincronia com a oferta a ponto que o crescimento da demanda vá produzir um processo inflacionário que vá justamente corroer essa renda que foi ganha nos últimos tempos".

Sobre o cenário americano, Galípolo pontuou que os preços de mercado hoje mostram uma ideia de "pouso suave" ou "soft landing" da economia. Essa desaceleração mais suave, segundo ele, permitiria ao Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) iniciar um ciclo de corte de juros.

A diretoria de política monetária tem entre suas atribuições a execução da política cambial. Galípolo ressaltou que o BC usa referências para analisar se existe algum tipo de disfuncionalidade no mercado de câmbio e que não envolve apenas a questão de liquidez. "Você também vai comparar descasamento com pares, descasamento com fundamentos e tentar decifrar quais são as causas para aquilo poder estar acontecendo."

Galípolo destacou que é um tema bastante discutido de maneira colegiada e citou que "a melhor coisa que pode acontecer com autonomia do BC é que essas decisões estratégicas sejam as mais colegiadas possíveis".

Bancos periféricos europeus renascem após crise

Financial Times

O nome pode não ser muito original, mas o Novo Banco de Portugal pode estar à altura do que promete para os investidores. O banco é o que sobrou depois do calamitoso desmembramento e do plano de resgate econômico do Banco Espírito Santo (BES), de 2014. O segundo maior banco do país na época faliu de maneira espetacular e teve de ser colocado sob intervenção. Desde então, renascer é a sua história. Com um demorado plano de resgate respaldado pelo governo praticamente concluído, o Novo Banco pode ser o primeiro banco europeu a fazer uma oferta pública inicial em anos.

Portugal participa da volta por cima mais generalizada que vivem os países da que costumava ser a periferia problemática da Europa. Ao lado de Itália, Espanha, Grécia e outros, está tendo um desempenho acima da média em termos econômicos. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata de bancos que após anos de estagnação ganharam a atenção dos investidores graças aos juros altos. Com balanços limpos e padrões de concessão de crédito mais rigorosos, os bancos problemáticos da Europa hoje parecem ser alguns dos mais bem posicionados para o crescimento. Se bem-sucedido, o IPO do Novo Banco pode tirar o máximo de proveito de lucros próximos ao seu nível mais alto e do interesse renovado no setor.

O Novo Banco é o quarto maior do país e se concentra em pessoas físicas e pequenas e médias empresas. Tem 15% da concessão de empréstimos para empresas e um décimo do mercado de crédito imobiliário. Sob o comando do ex-executivo do AIB Mark Bourke, a transformação sob o regime especial desde 2014 está quase concluída.

Ela envolveu a reestruturação de cerca de €8 bilhões de ativos herdados do BES. Um mecanismo de capitalização contingente equivalente a € 3,9 bilhões foi acordado com o Fundo de Resolução para manter o capital de nível 1 (CET1) acima do mínimo de 12% após perdas. Esse mecanismo expira em dezembro de 2025 e hoje só tem capacidade restante de cerca de € 500 milhões (que quase com certeza não serão necessários). Até lá, no entanto, o Novo Banco não pode pagar dividendos.

O banco quer que os reguladores encerrem o mecanismo antes do prazo para que possa começar a pagar proventos. Uma relação de CET1 de 19,9% em junho deste ano significa uma sobra suficiente para cobrir o pagamento de dividendos para os investidores. O fim do mecanismo também seria o gatilho para um IPO, como quer o Lone Star Funds, que tem 75% do Novo Banco.

O forte crescimento da margem financeira líquida o ajudou a obter retornos sobre o patrimônio líquido de mais de 20% no ano passado. É provável que seja o pico, dependendo do rumo das taxas de juro. A qualidade dos ativos também é boa, e a relação entre média de crédito imobiliário e valor dos imóveis está abaixo de 45%.

Tal situação poderia render um múltiplo no topo da faixa em que os bancos espanhóis são negociados: 7 vezes os lucros futuros, o que deixaria o "valuation" do Novo Banco em pouco menos de € 5 bilhões. Significaria um retorno para a Lone Star de mais de quatro vezes seu investimento inicial — e outro bom resultado na volta por cima dos bancos europeus.

Habitação Novações de créditos do FCVS, oriundos de contratos do período de hiperinflação, somam R$ 27,6 bi neste ano até agosto

Governo acelera pagamento de passivo imobiliário em 2024

Edna Simão
De Brasília

O governo acelerou os pagamentos de uma dívida bilionária relacionada a contratos de financiamentos imobiliários firmados no período da hiperinflação e que tinham cobertura do chamado Fundo de Compensações de Variações Financeiras (FCVS). De janeiro a 1º de agosto, as novações, como são chamadas as conversões de créditos do fundo em título público, somaram R$ 27,614 bilhões, o maior volume desde 2010. A cifra supera os R$ 15,62 bilhões apurados em todo o ano passado.

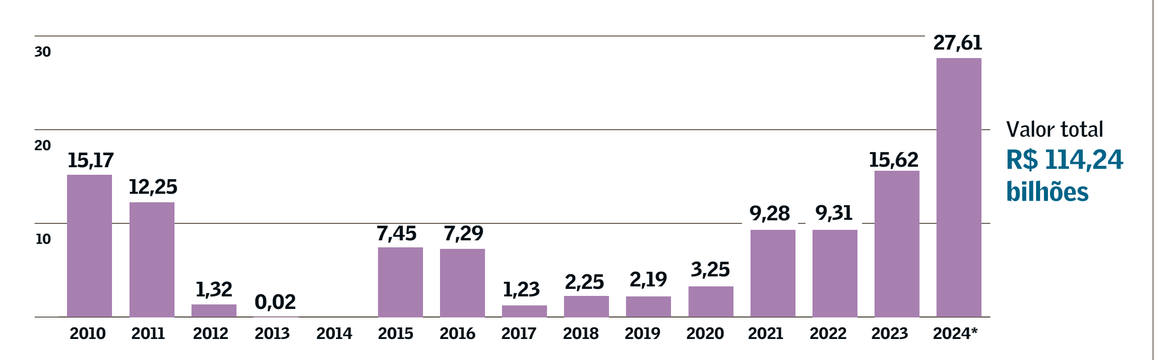
“Havia uma necessidade de retomar os pagamentos que se mantiveram abaixo das expectativas nos últimos anos”, informou o Ministério da Fazenda.

Segundo o Balanço Geral da União (BGU), a dívida do FCVS assumida pelo governo correspondia a R$ 86,271 bilhões em dezembro. Com os pagamentos esperados até o fim do ano, a expectativa é que restem R$ 42,8 bilhões para ser quitados em 2025 e 2026.

Considerando esses números, a equipe econômica considera factível se livrar dessa herança da hiperinflação até dezembro de 2026, fim do prazo para o acerto de contas com os detentores de créditos do FCVS.

Para o Tesouro Nacional, os pagamentos têm sido realizados de “forma mais eficiente pelo governo atual, cujo compromisso é de liquidar esse passivo que perdura há décadas dentro do prazo legal”.

Herança da hiperinflação
Somente neste ano, governo novou R$ 27 bi da dívida com FCVS - em R$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional. * Até primeiro de agosto

Para este ano, foram reservados R$ 35 bilhões do orçamento federal para essa finalidade. A Caixa já fez pagamentos correspondentes a R$ 27,614 bilhões até 1º de agosto Além disso, quase R$ 15 bilhões foram inscritos como resto a pagar.

“A execução do orçamento deste ano deve ficar próxima de R$ 50 bilhões em contratos novados. Com isso, faltavam R$ 42,8 bilhões em contratos auditados a ser novados, cuja receita será disponibilizada no orçamento da União para quitação em 2025 e 2026. O efetivo pagamento, entretanto, depende de fatores externos como a apresentação de documentação idônea pelos credores”, afirmou o Tesouro Nacional.

O FCVS foi criado em 1967 para cobrir os prejuízos dos bancos com os contratos imobiliários firmados entre o fim dos anos 80 e da década de 1990 no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), mas que ficaram desequilibrados devido à hiperinflação. Isso ocorreu porque as prestações mensais eram corrigidas pela variação salarial e as dívidas, de acordo com a inflação.

Em 2000, após negociações com os bancos, foi aprovada a lei 10.150 que estabeleceu um prazo de 30 anos, contados a partir de janeiro de 1997, para que a União quitasse essas dívidas do FCVS por meio da transformação de créditos do FCVS em títulos públicos. Essas novações, no entanto, estavam aquém do ritmo desejado. Em 2010, totalizaram R$ 15,17 bilhões. Depois, recuaram consideravelmente. Em 2014, por exemplo, foram zero.

A lenta conversão dos créditos do FCVS em títulos públicos chegou a ser alvo de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A preocupação era que o descumprimento de prazo implicasse uma nova renegociação da dívida, o que geraria com prejuízo para a União. Portanto, a ideia era garantir os recursos orçamentários necessários para a novação dos papéis até 2027. Os números melhoraram, mas não o suficiente.

No fim do ano passado, mais um passo foi dado para destravar as novações. A AGU coordenou um acordo extrajudicial, homologado em 13 de dezembro, que encerrou conflito de interpretação jurídica de um artigo da lei 10.150 sobre o rito sumário de novações de contratos com cobertura do FCVS. A medida possibilitou que a novação de créditos saltasse de R$ 15,6 bilhões em 2023 para os R$ 27,614 bilhões deste ano.

De acordo com a Fazenda, a novação não tem impacto sobre o resultado primário do setor público, “uma vez que a variação na dívida está registrada como ajuste patrimonial pelo Banco Central do Brasil, que já registra o passivo do FCVS como uma dívida da União”.

Redução de prazo vai ajudar na captação de LCI, diz diretor do BC

Rita Azevedo
De São Paulo

A redução do prazo de vencimento das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) de 12 para nove meses “vai ajudar e muito” a retomada das captações com o instrumento, segundo o diretor de Regulação do Banco Central (BC), Otávio Damaso. Ele disse que tem acompanhado as opiniões dentro do mercado de que o prazo poderia ser ainda menor, mas que, por enquanto, a ideia é “manter o vencimento em nove meses”, afirmou durante evento do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais de São Paulo (Secovi-SP) ontem.

A fala de Damaso ocorreu após comentários do presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Sandro Gamba, que avaliou a mudança como positiva “mas não suficiente”. “O prazo de nove meses deixa ainda muitos investidores de fora do mercado”, explicou no mesmo painel.

Segundo Gamba, a LCI é o instrumento que mais tem ajudado a compensar a queda da participação da poupança como fonte de recursos para financiamento imobiliário. “É ela que vai ajudar nessa transição e é importante que o prazo volte [a três meses, como era antes de fevereiro] para compensar o ‘blending’ de fontes de financiamento”, afirmou.

> “É importante que o prazo volte [a três meses] para compensar o ‘blending’ de fontes de financiamento”
> *Sandro Gamba*

Damaso disse que, além da própria LCI, outros instrumentos devem ajudar na transição de fontes, incluindo os fundos de investimento imobiliário (FIIs) e os certificados de recebíveis imobiliários (CRI). “Temos que pensar nas outras formas de funding do setor”, disse o diretor do BC. “O lado positivo é que nos últimos 25 anos conseguimos criar um arcabouço que vai ser importante para esse movimento de agora [de redução da poupança]. Os títulos estão prontos e testados e já são conhecidos pelo investidor brasileiro.”

O mercado de crédito imobiliário está entrando em um ambiente em que os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) não conseguirão financiar todas as pontas, segundo Gamba, da Abecip. A tendência, segundo ele, é que os bancos priorizem cada vez mais o SBPE para o financiamento de pessoa física, “que é difícil de suprir com outros instrumentos”.

Após dois meses de resultados positivos, a poupança SBPE registrou em julho saques líquidos de R$ 2,9 bilhões, conforme dados da Abecip. Os financiamentos imobiliários com recursos do SBPE alcançaram no último mês o melhor resultado do ano, somando R$ 17,97 bilhões. O volume é 63,4% superior ao registrado em julho do ano passado e 6% maior que junho deste ano.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 26/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.153,6672200	0,04	0,70	6,23
IRF-M	1+**	20.629,4341370	0,16	1,65	3,45
IRF-M	Total	18.703,8511010	0,12	1,33	4,24
IMA-B	5***	9.437,2443400	0,08	0,83	5,13
IMA-B	5+****	11.597,3306900	-0,34	1,94	-0,07
IMA-B	Total	10.133,4747810	-0,17	1,30	2,29
IMA-S	Total	6.843,3329850	0,04	0,73	7,09
IMA-Geral	Total	8.340,4450370	0,01	1,06	4,91

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	12/08	09/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,58	32,42	31,18	29,63	33,58	34,68
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,17	25,02	24,65	24,96	26,27	27,20
Conta garantida pré - a.a.	40,94	49,35	36,07	38,67	46,97	47,57
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,55	21,83	21,83	21,70	21,70	27,49
Vendor pré - a.a.	18,45	18,41	15,35	15,28	17,98	18,10
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	14,85	14,15	18,67	16,30	18,69	20,39
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,65	19,54	18,34	18,30	18,57	18,20
Conta garantida pós - a.a.	24,56	24,84	24,73	24,76	24,38	27,64
ACC pós - a.a.	8,46	8,50	7,97	8,30	8,50	8,81
Factoring - a.m.	3,22	3,23	3,27	3,25	3,22	3,53

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	26/08/24	23/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3200	5,3800	5,3500	5,3000
1 mês	-	5,3478	5,3508	5,3512	5,3498	5,3040
3 meses	-	5,3675	5,3674	5,3612	5,3602	5,1685
6 meses	-	5,3940	5,3938	5,3905	5,3897	5,0305
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6640	3,6530	3,6630	3,6520
1 mês	-	3,6688	3,6687	3,6681	3,6673	3,5938
3 meses	-	3,7334	3,7481	3,7943	3,8061	3,4043
6 meses	-	3,8466	3,8521	3,8781	3,8849	3,1201
1 ano	-	3,9127	3,9123	3,9106	3,9070	2,2001
Euribor ***						
1 mês	-	3,595	3,584	3,630	3,621	3,620
3 meses	-	3,525	3,551	3,647	3,655	3,788
6 meses	-	3,382	3,408	3,579	3,591	3,935
1 ano	-	3,102	3,183	3,390	3,426	4,045
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,33	5,33	5,34	5,37	5,38	5,39
T-Bill (3 meses)	5,14	5,13	5,19	5,27	5,29	5,49
T-Bill (6 meses)	4,89	4,91	4,85	5,09	5,13	5,56
T-Note (2 anos)	3,94	3,92	4,07	4,26	4,38	5,08
T-Note (5 anos)	3,67	3,65	3,76	3,91	4,08	4,44
T-Note (10 anos)	3,82	3,80	3,87	4,03	4,19	4,24
T-Bond (30 anos)	4,11	4,09	4,12	4,31	4,45	4,29

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,71	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,92	11,50
CDI	0,71	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,92	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,33	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,24	8,37
IMA-B	1,30	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,29	4,38
IMA-S	0,73	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,09	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	7,24	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	2,01	4,68
Índice Small Cap	7,81	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-6,85	-13,36
IBrX 50	7,05	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	3,66	6,82
ISE	8,39	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	0,16	-4,44
IMOB	9,38	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-4,65	-8,60
IDIV	6,60	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,93	11,06
IFIX	0,65	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,28	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,00	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,44	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-2,86	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	13,18	19,56
Euro (BC) (4)	0,04	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	14,57	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,17	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	14,14	17,68
Ouro (BC)	0,76	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,22	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 26/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 21/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.689.805,60					8.962,68	69.078,29	329.201,12	303.633,48
RF Indexados (2)	146.318,94	0,07	0,80	4,26	7,92	70,77	-972,92	-10.650,79	-15.588,13
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.536,77	0,04	0,54	6,26	10,46	-151,68	14.108,88	53.790,65	49.142,19
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	897.159,03	0,04	0,62	7,15	11,93	2.382,87	22.290,39	88.581,96	91.730,46
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	190.858,37	0,04	0,05	7,22	12,00	337,99	4.270,21	81.630,19	86.033,18
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.999,11	0,03	0,68	5,95	9,41	9,10	-893,20	-4.875,19	-5.511,00
RF Duração Livre Soberano (2)	214.203,71	0,04	0,63	5,95	10,08	454,50	-5.978,40	-17.370,92	-34.687,31
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	666.487,15	0,02	0,65	6,45	10,75	904,62	11.791,93	-19.916,94	-38.703,98
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	395.607,83	0,04	0,81	6,66	11,34	1.062,41	8.671,99	104.318,70	145.224,77
Ações	654.103,42					-158,63	-2.357,35	1.407,61	45.222,97
Ações Indexados (2)	11.017,21	0,25	6,93	1,71	18,74	21,11	198,97	318,10	-813,49
Ações Índice Ativo (2)	31.571,55	0,10	6,75	0,51	15,22	-10,88	-918,27	-6.228,13	-5.636,49
Ações Livre	237.475,79	0,05	6,22	3,07	15,04	-105,89	-1.561,83	-1.249,42	-5.452,62
Fechados de Ações	126.049,15	0,01	2,04	-2,87	-0,36	-5,58	-15,18	-2.044,37	29.530,48
Multimercados	1.605.179,96					125,09	-42.217,29	-148.858,80	-279.359,86
Multimercados Macro	138.500,70	0,08	0,93	3,11	7,51	25,84	-4.694,84	-41.415,61	-62.192,17
Multimercados Livre	624.087,10	0,05	1,00	6,03	10,80	-94,28	-1.853,67	-16.172,63	-79.282,65
Multimercados Juros e Moedas	48.633,95	0,06	0,60	6,24	10,88	246,61	-257,20	-9.805,06	-15.220,71
Multimercados Invest. no Exterior (2)	710.944,44	-0,07	0,15	6,98	12,23	-141,62	-35.690,64	-82.970,20	-118.793,54
Cambial	6.249,96	-0,16	-2,36	17,13	16,71	-108,42	33,93	-647,13	-1.220,13
Previdência	1.468.565,19					161,97	3.192,08	26.294,79	41.230,73
ETF	43.778,81					-128,12	-891,34	-3.270,54	-3.872,52
Demais Tipos	2.106.203,36					4.085,22	19.199,51	92.104,37	90.948,34
Total Fundos de Investimentos	**7.467.682,95**					**8.854,58**	**26.838,31**	**204.127,05**	**105.634,68**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.750.969,93**					**1.573,73**	**14.194,93**	**107.917,88**	**171.290,70**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.268.110,65**					**10.428,32**	**41.033,24**	**312.044,94**	**276.925,38**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	26/08/24	23/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,58
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9175
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,65	10,57	10,64	10,50	10,53	12,65
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,05	10,96	11,06	10,83	10,86	12,07
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,47	10,47	10,42	10,44	13,01
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,55	10,45	10,47	12,86
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,64	10,64	10,50	10,53	12,66
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,80	10,79	10,78	10,59	10,63	12,45
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,07	11,04	11,05	10,81	10,84	12,10
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,40	11,42	11,48	11,38	11,43	11,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 26/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.803,81	10,404	185.470	10,404	10,408	10,404
Vencimento em out/24	98.977,36	10,476	349.320	10,466	10,478	10,474
Vencimento em nov/24	98.066,76	10,561	17.276	10,548	10,564	10,562
Vencimento em dez/24	97.298,04	10,684	45.784	10,650	10,690	10,680
Vencimento em jan/25	96.432,94	10,832	1.025.982	10,795	10,845	10,825
Vencimento em fev/25	95.526,20	10,950	6.417	10,915	10,970	10,955
Vencimento em mar/25	94.680,90	11,087	7.187	11,050	11,110	11,090
Vencimento em abr/25	93.891,53	11,170	93.244	11,140	11,195	11,170
Vencimento em mai/25	93.067,94	11,237	1.677	11,235	11,265	11,245
Vencimento em jun/25	92.215,51	11,285	311	11,280	11,300	11,280
Vencimento em jul/25	91.396,39	11,343	311.937	11,320	11,385	11,345

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.489,68	0,05	238.600	5.476,00	5.516,50	5.498,00
Vencimento em out/24	5.506,38	0,04	5.260	5.499,50	5.520,50	5.516,00
Vencimento em nov/24	5.526,31	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.543,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.562,82	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.130,66	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.158,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.189,11	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.849	0,83	75.170	137.775	138.945	138.780
Vencimento em dez/24	141.088	0,83	10	140.520	140.520	140.520
Vencimento em fev/25	143.191	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 26/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4915	5,4921	-0,62	-3,00	13,44	12,61
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4916	5,4922	0,23	-2,86	13,18	12,66
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5170	5,6970	-0,03	-2,76	12,87	12,52
Euro (BC) - (R$/€)	6,1302	6,1314	-0,73	0,04	14,57	16,52
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1280	6,1286	-0,05	0,17	14,14	16,38
Euro Turismo (R$/€)	6,1968	6,3768	-0,20	0,22	13,73	16,16
Euro (BC) - (US$/€)	1,1163	1,1164	-0,11	3,14	1,00	3,48
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	444,2961	444,3447	-0,38	0,76	38,22	48,50
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.517,95	0,09	2,95	21,92	31,48
Londres (US$/onça troy)¹	-	Feriado	-	3,34	21,23	30,37

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	26/08/24	23/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.813,88	178.029,18	164.489,50	173.997,89	0,44	8,71	2,77
Valor-Coppead Mínima Variância	105.798,45	105.657,16	101.224,36	93.533,91	0,13	4,52	13,11

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 26/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 26/08/24

Índice	26/08/24	23/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 26/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,85	188,76	185,23	165,54	153,64	-1,01	0,88	12,88	21,62
S&P BNY Emergentes	353,07	360,58	350,11	312,75	290,13	-2,08	0,85	12,89	21,69
S&P BNY América Latina	200,15	198,50	189,19	225,28	199,85	0,83	5,79	-11,16	0,15
S&P BNY Brasil	202,85	199,16	186,11	232,95	198,64	1,86	8,99	-12,92	2,12
S&P BNY México	291,34	296,01	295,36	331,67	325,50	-1,58	-1,36	-12,16	-10,50
S&P BNY Argentina	243,61	245,80	223,58	178,27	155,18	-0,89	8,96	36,66	56,99
S&P BNY Chile	143,48	143,84	139,05	162,12	164,97	-0,25	3,18	-11,50	-13,03
S&P BNY Índia	3.122,53	3.109,56	3.096,48	2.923,01	2.773,14	0,42	0,84	6,83	12,60
S&P BNY Ásia	216,16	221,05	218,49	189,60	174,02	-2,21	-1,07	14,01	24,21
S&P BNY China	293,22	316,49	306,01	336,11	329,97	-7,35	-4,18	-12,76	-11,14
S&P BNY África do Sul	203,88	206,70	221,65	199,87	196,02	-1,36	-8,01	2,01	4,01
S&P BNY Turquia	31,62	32,72	36,85	22,45	24,23	-3,36	-14,19	40,82	30,48

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 26/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.889	0,94	7,24	2,01	18,17
IBrX	57.821	1,12	7,26	2,43	18,61
IBrX 50	23.031	1,33	7,05	3,66	20,23
IEE	93.499	-0,85	4,84	-1,54	7,72
SMLL	2.192	-0,02	7,80	-6,85	-1,42
ISE	3.770	-0,26	8,40	0,16	10,04
IMOB	964	-0,29	9,39	-4,65	3,78
IDIV	9.521	0,41	6,61	4,93	22,02
IFIX	3.387	-0,05	0,66	2,28	5,94
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.925	1,57	10,56	-10,07	4,94
IBrX	10.528	1,75	10,58	-9,71	5,33
IBrX 50	4.193	1,96	10,37	-8,62	6,77
IEE	17.024	-0,23	8,08	-13,20	-4,34
SMLL	399	0,60	11,13	-17,89	-12,45
ISE	686	0,36	11,76	-11,71	-2,28
IMOB	175	0,33	12,77	-15,95	-7,84
IDIV	1.734	1,04	9,91	-7,51	8,36
IFIX	617	0,58	3,77	-9,84	-5,92

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	14/08/24	367.554
jan/24	353.563	15/08/24	366.347
fev/24	352.705	16/08/24	366.858
mar/24	355.008	19/08/24	367.652
abr/24	351.599	20/08/24	368.375
mai/24	355.560	21/08/24	368.997
jun/24	357.827	22/08/24	368.187
jul/24	363.282	23/08/24	369.504

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	26/08/24	23/08/24	22/08/24	21/08/24	20/08/24	19/08/24
Índice	2.159,99	2.157,77	2.152,82	2.157,96	2.155,94	2.156,36
Var. no dia	0,10%	0,23%	-0,24%	0,09%	-0,02%	0,20%
Var. no mês	1,37%	1,27%	1,04%	1,28%	1,18%	1,20%
Var. no ano	4,59%	4,48%	4,24%	4,49%	4,39%	4,41%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 26/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	33,9500	34,0200	0,16140	0,16180
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4915	5,4921
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4973	36,5888	0,1501000	0,1505000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7856	0,8006
Colon (Costa Rica)	520,2200	532,0000	0,010320	0,010560
Coroa (Dinamarca)	6,6827	6,6832	0,8217	0,8218
Coroa (Islândia)	136,8200	137,1000	0,04005	0,04014
Coroa (Noruega)	10,5403	10,5435	0,5208	0,5211
Coroa (Rep. Tcheca)	22,4160	22,4330	0,2448	0,2450
Coroa (Suécia)	10,2129	10,2151	0,5376	0,5378
Dinar (Argélia)	133,7312	134,6557	0,04078	0,04107
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3055	17,9755	17,9833
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1509	1,1564
Direitos Especiais de Saque ***	1,3498	1,3498	7,4124	7,4132
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6734	1,4949	1,4955
Dirham (Marrocos)	9,6340	9,6390	0,5697	0,5701
Dólar (Austrália)***	0,6771	0,6772	3,7183	3,7193
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4915	5,4921
Dólar (Belize)	2,0000	2,0100	2,7321	2,7461
Dólar (Canadá)	1,3485	1,3486	4,0720	4,0727
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5766	6,6571
Dólar (Cingapura)	1,3037	1,3038	4,2119	4,2127
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4915	5,4921
Dólar (Hong Kong)	7,7967	7,7969	0,7043	0,7044
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6204	0,6205	3,4069	3,4078
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7579	6,8260	0,8045	0,8127
Euro (Comunidade Européia)***	1,1163	1,1164	6,1302	6,1314
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0173	3,0777
Franco (Suíça)	0,8477	0,8482	6,4743	6,4788
Guarani (Paraguai)	7615,1300	7621,9600	0,0007205	0,0007212
Hryvnia (Ucrânia)	41,3500	41,4500	0,1325	0,1328
Iene (Japão)	144,5100	144,5200	0,03800	0,03801
Lev (Bulgária)	1,7513	1,7515	3,1353	3,1360
Libra (Egito)	48,6800	48,7800	0,1126	0,1128
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3184	1,3185	7,2400	7,2413
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00340	0,00351
Lira (Turquia)	33,8370	34,0510	0,1613	0,1623
Novo Dólar (Taiwan)	31,8460	31,8760	0,17230	0,17250
Novo Sol (Peru)	3,7554	3,7594	1,4607	1,4625
Peso (Argentina)	948,0000	948,5000	0,00579	0,00579
Peso (Chile)	907,2700	908,0400	0,006048	0,006053
Peso (Colômbia)	4021,0000	4024,4200	0,001365	0,001366
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2288	0,2288
Peso (Filipinas)	56,0000	56,0200	0,09803	0,09807
Peso (México)	19,4080	19,4185	0,2828	0,2830
Peso (Rep. Dominicana)	59,3500	59,8900	0,09169	0,09254
Peso (Uruguai)	40,3500	40,3800	0,13600	0,13610
Rande (África do Sul)	17,7041	17,7107	0,3101	0,3102
Rial (Arábia Saudita)	3,7521	3,7523	1,4635	1,4637
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001307	0,0001308
Ringgit (Malásia)	4,3450	4,3500	1,2624	1,2640
Rublo (Rússia)	91,4000	91,4200	0,06007	0,06009
Rúpia (Índia)	83,8740	83,9290	0,06543	0,06548
Rúpia (Indonésia)	15425,0000	15435,0000	0,0003558	0,0003561
Rúpia (Paquistão)	278,7200	279,0300	0,01968	0,01970
Shekel (Israel)	3,6780	3,6834	1,4909	1,4932
Won (Coréia do Sul)	1328,5300	1329,5700	0,004130	0,004134
Yuan Renminbi (China)	7,1212	7,1227	0,7710	0,7712
Zloty (Polônia)	3,8362	3,8371	1,4312	1,4317

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2515,59	0,01236	444,2961	444,3447

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	26/08/24	23/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.240,52	41.175,08	0,16	0,97	9,42	20,07	32.417,59	41.240,52
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.516,44	19.720,87	-1,04	0,80	15,99	30,62	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.725,77	17.877,79	-0,85	0,72	18,08	30,43	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.616,84	5.634,61	-0,32	1,71	17,76	27,49	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.348,97	23.286,08	0,27	1,03	11,41	17,71	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	53.171,31	53.490,92	-0,60	0,06	-7,34	-0,04	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.343,93	1.331,01	0,97	-0,13	12,44	21,99	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	93.151,24	94.746,62	-1,68	3,28	61,07	149,20	36.599,96	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.442,19	6.463,24	-0,33	0,03	3,94	6,54	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.387,16	28.428,88	-0,15	-3,89	9,35	23,76	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.593.002,53	1.606.967,38	-0,87	5,65	71,35	152,39	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.482,71	1.483,63	-0,06	-0,44	6,25	10,82	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.617,02	18.633,10	-0,09	0,59	11,14	19,10	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.590,37	7.577,04	0,18	0,78	0,63	4,99	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.604,80	33.650,17	-0,13	-0,47	10,72	19,13	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.131,65	4.112,91	0,46	0,04	11,43	14,06	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.704,40	2.724,65	-0,74	-1,71	18,43	25,20	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.265,50	11.278,10	-0,11	1,81	11,52	20,63	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.437,68	1.432,60	0,35	-2,74	11,18	10,61	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	907,49	908,56	-0,12	-1,43	15,34	23,74	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.467,13	72.949,64	0,71	-0,79	21,19	29,09	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.988,00	84.158,33	-0,20	-0,42	7,05	24,05	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.715,81	6.698,07	0,26	0,11	4,99	9,71	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	948,67	915,64	3,61	-11,88	-12,44	-9,12	915,64	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.567,12	2.559,27	0,31	-1,62	7,05	19,49	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.354,35	12.347,46	0,06	0,30	10,92	12,75	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.565,76	9.668,10	-1,06	-10,08	28,05	23,96	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.066,74	-	1,67	3,44	10,18	10,41	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.193,94	84.351,56	-0,19	1,73	9,49	14,03	69.451,97	84.351,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.110,22	38.364,27	-0,66	-2,54	13,88	20,51	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.311,50	8.249,10	0,76	-0,11	6,16	13,35	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.512,50	1.506,22	0,42	-6,10	-17,70	-19,66	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.855,52	2.854,37	0,04	-2,83	-4,01	-6,81	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.698,01	2.701,69	-0,14	-2,62	1,61	7,10	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.798,73	17.612,10	1,06	2,62	4,41	-0,88	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.698,11	81.086,21	0,75	-0,05	13,09	25,91	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.606,20	7.544,30	0,82	4,83	4,58	10,31	6.642,42	7.606,20
Tailândia	Bangcoc	SET	1.364,81	1.354,87	0,73	3,33	-3,60	-12,52	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.240,12	22.158,05	0,37	0,18	24,03	34,94	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE 35300016831

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia"), nos termos do disposto no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE" ou "Assembleia") da Companhia, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a ser realizada no dia **27 de setembro de 2024, às 11 horas**, **de modo exclusivamente digital**, por meio da Plataforma Ten Meetings, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, em linha com o artigo 12 do Estatuto Social, para um mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição.

II. Deliberar sobre o enquadramento de membros independentes do Conselho de Administração às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e na Resolução CVM nº 80/2022.

III. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia, em linha com o artigo 26 do Estatuto Social, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

Informações aos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, sendo permitido aos Acionistas participar (i) pessoalmente ou se fazendo representar por procurador, via sistema eletrônico no momento da realização da AGE, ou (ii) mediante o envio de instrução de voto previamente à realização da AGE, via Boletim de Voto à Distância ("BVD"). Em razão da limitação do exercício do direito de voto previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita que os acionistas informem à Companhia, até às 11h do dia 25 de setembro de 2024, se pertencem a "Grupo de Acionistas" (conforme tal termo é definido no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia), e sinalizem quais outros acionistas também são membros do referido "Grupo de Acionistas", a fim de que a Companhia possa dar cumprimento à limitação de voto prevista no artigo 6º do Estatuto Social. Os acionistas que não se enquadrarem nas situações jurídicas contempladas no referido artigo do Estatuto Social não precisarão enviar a comunicação à Companhia, e a Companhia considerará que tais acionistas afirmam que não pertencem a qualquer "Grupo de Acionistas" e que se responsabilizam por tal afirmação. A comunicação mencionada acima deverá ser enviada aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores através do e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br. As regras e os procedimentos para participação dos acionistas na Assembleia encontram-se detalhados no Manual de Participação na Assembleia, e as informações a respeito das matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se detalhadas na Proposta da Administração, ambas disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.sabesp.com.br/), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

I. Participação por meio da plataforma eletrônica

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão realizar o pré-cadastro na Plataforma Ten Meetings no seguinte link https://assembleia.ten.com.br/031616910, até às 11h do dia 25 de setembro de 2024, selecionando a opção "Cadastrar" e realizando o upload dos documentos detalhados abaixo:

· Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do acionista ou, caso seja representado, do seu representante legal;

· Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias úteis antes da realização do seu credenciamento para participação na Assembleia Geral; e, adicionalmente,

· Para acionistas fundos de investimentos: cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida);

· Para acionistas pessoas jurídicas: cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida).

Caso deseje ser representado por procurador, o acionista deverá cadastrar na Plataforma Digital, além dos documentos indicados acima, o competente instrumento de mandato, nos termos da lei e do Manual de Participação na Assembleia.

Destaca-se que os dados pessoais e documentos solicitados para credenciamento e participação na Assembleia serão utilizados exclusivamente para esta finalidade e seu tratamento é justificado nos termos do art. 7º, II, Lei nº 13.709/2018 (cumprimento de obrigação legal), com fundamento na Lei das S.A. e normas correlatas.

Após a análise e validação da documentação, o Acionista ou seu representante receberá a confirmação do cadastro na Plataforma Digital por e-mail. O acesso à AGE será restrito ao Acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem dentro do prazo, os quais receberão convite individual com instruções específicas para acesso à plataforma digital.

II. Participação por meio do BVD

Caso o Acionista opte por participar da AGE por meio de boletim de voto a distância, o Acionista deverá (a) enviar instruções de preenchimento do BVD para prestadores de serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de tal documento (agentes de custódia ou escriturador das ações de emissão da Companhia), desde que referidas instruções sejam recebidas no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia; (b) encaminhar o BVD diretamente à Companhia; ou (c) transmitir as instruções de voto via plataforma digital da Ten Meetings (por meio do link https://assembleia.ten.com.br/031616910, na aba específica denominada "BVD", desde que, em qualquer caso, as instruções sejam recebidas em até 7 (sete) dias antes da data da AGE (i.e. 20 de setembro de 2024), observado que eventuais BVD recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados.

O envio do BVD ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços. Os BVD enviados diretamente à Companhia – (i) via postal, para a Rua Costa Carvalho, nº 300, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores); (ii) via e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br; ou (iii) via Plataforma Ten Meetings, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/031616910 - deverão estar acompanhados da documentação indicada no item I acima e detalhada no Manual de Participação na Assembleia.

O Acionista que enviar o BVD poderá participar da Assembleia por meio da plataforma digital. No entanto, caso este Acionista exerça o direito de voto em tempo real na respectiva Assembleia, o seu BVD será integralmente desconsiderado e os votos proferidos durante a Assembleia serão considerados válidos.

III. Pedidos de Voto Múltiplo

Para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição de membros do Conselho de Administração, em linha com a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, os requerentes deverão representar, no mínimo 5% do capital votante da Companhia e poderão exercer esta faculdade até 48 horas antes da Assembleia mediante envio de correspondência aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores (i) entregue na sede social da Companhia, à Rua Costa Carvalho, 300 – São Paulo – SP – CEP 05429-900 ou (ii) enviada para o e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br.

A Companhia reforça a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais Acionistas, nacionais e estrangeiros.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.
Karla Bertocco Trindade
Presidente do Conselho de Administração

sabesp



ALLOS **BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.**
CNPJ/MF nº 06.977.745/0001-91 NIRE 33.3.0028170-3 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de agosto de 2024, às 13 horas, via conferência telefônica, em conformidade com o §1º do artigo 11 do Estatuto Social da brMalls Participações S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Rafael Sales Guimarães foi eleito para presidir os trabalhos e convidou a Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins para secretariar a reunião. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o cancelamento de ações em tesouraria. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, o cancelamento de 8.553.390 (oito milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, trezentas e noventa) ações em tesouraria. Em decorrência da aprovação do cancelamento de ações, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 819.720.494 (oitocentas e dezenove milhões, setecentas e vinte mil, quatrocentas e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento das ações será deliberada em assembleia geral extraordinária a ser oportunamente convocada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024. Presidente: Sr. Rafael Sales Guimarães; Secretária: Sra. Érica Cristina da Fonseca Martins. Membros do Conselho de Administração: Rafael Sales Guimarães, Paula Guimarães Fonseca e Leandro Rocha Franco Lopes. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2024 Mesa: Rafael Sales Guimarães - Presidente; Érica Cristina da Fonseca Martins Secretária. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro:** Empresa: BR MALLS PARTICIPAÇÕES S/A - NIRE: 333.0028170-3; Protocolo: 2024/00702306-9 - Data do protocolo: 22/08/2024. CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 23/08/2024 SOB O NÚMERO 00006413542. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE 35300016831

EXTRATO DA ATA DA 1019ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 26 dias do mês de agosto de 2024, às 11 horas, por convocação da Presidente do Conselho de Administração, Karla Bertocco Trindade, em caráter extraordinário, na forma do disposto no *caput* e no parágrafo quinto do artigo 15 do Estatuto Social, via videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ("Companhia" ou "Emissora"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Costa Carvalho, nº 300, bairro Pinheiros, os senhores abaixo nomeados e assinados deliberaram sobre a pauta a seguir. Registrada a presença da Superintendente de Sustentabilidade e Governança Corporativa, Virgínia Tavares Ribeiro.

(...)

Na sequência, a Presidente do Conselho concedeu a palavra à Diretora Financeira e de Relações com Investidores, Catia Cristina Teixeira Pereira, e ao Superintendente de Finanças, Bruno Barreto Guimarães, que acompanhados do Gerente do Departamento Captação de Recursos, Marcelo de Assis Rampone, passaram a expor o **item 3** da pauta, **"Aprovação das condições aplicáveis à 32ª (trigésima segunda) emissão de debêntures simples**, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Capitais**"), bem como das demais disposições legais e regulamentares ("**Debêntures**", "**Oferta**" ou "**Emissão**")", *(tempo: 15')*. A matéria foi instruída com a Deliberação da Diretoria 0394/2024, de 20/08/2024, o Sumário Executivo FF 018/24, de 15/08/2024, e a apresentação em *PowerPoint*, documentos disponibilizados na plataforma eletrônica da reunião. Em observância ao artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e em conformidade com os incisos X e XVI do artigo 16 do Estatuto Social, foram **aprovadas por unanimidade** as condições aplicáveis à Oferta, nos termos a seguir descritos, os quais serão detalhados e regulados por meio da respectiva escritura de emissão de Debêntures:

1. Emissora: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

2. Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"), e nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 32ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, destinada a Investidores Profissionais, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP*" ("**Escritura**"). A Emissão e a Oferta não poderão ter o seu valor e/ou quantidade de Debêntures aumentados em nenhuma hipótese, não existindo, portanto, a opção de lote adicional de Debêntures, nos termos do artigo 50, parágrafo único, da Resolução CVM 160.

3. Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

4. Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, registrada sob o rito de registro automático de distribuição, com dispensa de análise prévia, destinada exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos do disposto na Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, a ser prestada por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**", sendo a instituição intermediária líder denominada "**Coordenador Líder**"), de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, no limite da participação estabelecida para cada Coordenador, para o valor de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, registrada sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, destinada para Investidores Profissionais, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 32ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("**Contrato de Distribuição**"). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures. O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Resolução CVM 160 e o disposto no Contrato de Distribuição, não havendo limitação à quantidade de investidores acessados ou a serem alocados, observado que o público-alvo da Oferta será de investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021 ("**Resolução CVM 30**" e "**Investidores Profissionais**", respectivamente).

5. Depósito para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("**B3**"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. Não obstante o descrito neste item, uma vez que a Emissora se enquadra como EFRF - emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa e as Debêntures são destinadas exclusivamente à Investidores Profissionais, essas poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, (i) livremente entre Investidores Profissionais; (ii) somente após decorridos 3 (três) meses contados da data de Encerramento da Oferta (conforme abaixo definido), para Investidores Qualificados (conforme abaixo definido); ou (iii) somente após decorridos 6 (seis) meses contados da data de Encerramento da Oferta, para o Público Investidor em Geral (conforme abaixo definido); nos termos do artigo 86, inciso I, da Resolução CVM 160. Para fins da Escritura, considera-se (i) "**Investidores Qualificados**" aqueles investidores referidos nos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30; (ii) "**Público Investidor em Geral**" aqueles investidores referidos no artigo 2º, Inciso XXI, da Resolução CVM 160; e (iii) "**Encerramento da Oferta**": conforme previsto no artigo 2º, inciso IX, da Resolução CVM 160, considera-se encerrada a oferta pública após a distribuição de todos os valores mobiliários objeto da oferta, inclusive daqueles constantes do lote adicional, assim como o eventual exercício da opção de distribuição do lote suplementar, ou após o cancelamento do saldo de valores mobiliários não colocado, no caso de distribuição parcial, e a publicação do anúncio de encerramento da Oferta.

6. Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos provenientes da captação por meio da Emissão será destinado à recomposição e/ou reforço de caixa da Emissora. O montante equivalente à totalidade dos recursos provenientes da captação por meio da Emissão será destinado exclusivamente às categorias de projetos elegíveis descritas no *Framework* (conforme definido abaixo), para fins de qualificação das Debêntures como "Debêntures Sustentáveis e Azuis", nos termos a serem previstos na Escritura.

7. Caracterização como Debêntures Sustentáveis e Azuis: As Debêntures são caracterizadas como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis e azuis" ("**Debêntures Sustentáveis e Azuis**"), com base no compromisso da Emissora em destinar montante equivalente aos recursos captados na Emissão, em categorias de projetos descritas no Framework para Finanças Sustentáveis ("**Framework**") elaborado em Dezembro de 2023 pela Companhia e disponível na página de rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.sabesp.com.br), o qual foi devidamente verificado e validado por meio de parecer de segunda opinião ("**Parecer**") emitido pela Attest ESG da Exame Ltda., na qualidade de avaliadora independente, atestando que as captações feitas com amparo no *Framework*, incluindo esta Emissão, cumprem as regras dispostas nas diretrizes (i) dos *Green Bond Principles, Social Bonds Principles e Sustainability Bond Guidelines*, conforme atualizadas de tempos em tempos, emitidas pela *International Capital Market Association* ("**ICMA**"), e (ii) *Guidelines for Blue Finance*, emitidas pelo *International Finance Corporation* ("**IFC**"), de 2022. As demais disposições com relação à caracterização das Debêntures como sustentáveis estão previstas na Escritura;

8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 10 de setembro de 2024 ("**Data de Emissão**").

9. Tipo, Forma e Conversibilidade: As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e sem emissão de cautelas ou certificados.

10. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora como garantia aos debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura, e não conferindo qualquer privilégio, especial ou geral, aos debenturistas.

11. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão seu vencimento em 2 (dois) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, 10 de setembro de 2026 ("**Data de Vencimento**"). Ressalvadas as hipóteses de: (i) resgate das Debêntures, na hipótese de ausência ou inaplicabilidade de taxa, conforme previsto na Escritura; (ii) Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures; (iii) Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido); (iv) Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido); e/ou (v) vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura, a Companhia obriga-se a, na Data de Vencimento, realizar o pagamento das Debêntures pelo seu saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista na Escritura.

12. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

13. Garantia: Não haverá.

14. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) Debêntures.

15. Amortização do Valor Nominal Unitário: Ressalvadas as hipóteses de: (i) resgate das Debêntures, na hipótese de ausência ou inaplicabilidade de taxa, conforme previsto na Escritura; (ii) Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures; (iii) Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido), (iv) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme abaixo definido); (v) Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido); e/ou (vi) vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura, a Companhia obriga-se a realizar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.

16. Atualização Monetária das Debêntures. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

17. Remuneração das Debêntures: As Debêntures farão jus a uma remuneração ("**Remuneração**") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extragrupo* , expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (http://www.b3.com.br) ("**Taxa DI**"), acrescida do *spread* (sobretaxa) de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) das Debêntures ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Rentabilidade (conforme abaixo definido). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula descrita na Escritura. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "**Período de Rentabilidade**" o intervalo de tempo que se inicia na Primeira Data de Integralização, inclusive, no caso do primeiro Período de Rentabilidade, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Rentabilidade, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período em questão.

18. Pagamento da Remuneração: Ressalvadas as hipóteses de: (i) resgate das Debêntures, na hipótese de ausência ou inaplicabilidade de taxa, conforme previsto na Escritura; (ii) Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) com cancelamento da totalidade das Debêntures; (iii) Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definido); (iv) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme abaixo definido); (v) Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido); e/ou (vi) vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura, os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 10 (dez) dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de março de 2025 e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures ("**Data de Pagamento da Remuneração**").

19. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no dia de seu respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3 ("**Local de Pagamento**").

20. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo.

21. Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas pelos titulares das Debêntures para cobrança de seus créditos ("**Encargos Moratórios**").

22. Preço de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão integralizadas à vista e em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário na primeira data de integralização ("**Primeira Data de Integralização**") e, caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, para as Debêntures que não forem integralizadas na Primeira Data de Integralização, estas deverão ser integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data da sua efetiva integralização, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, podendo o preço de subscrição na Primeira Data de Integralização e datas de integralização subsequentes ser colocado com ágio ou deságio, a exclusivo critério dos Coordenadores, em comum acordo, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio será o mesmo para todas as Debêntures integralizadas em uma mesma data.

23. Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures.

24. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Companhia não emitirá certificados ou cautelas das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3.

25. Classificação de Risco: Não será atribuída classificação de risco (*rating*) às Debêntures.

26. Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e os termos e condições da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 77**" e "**Aquisição Facultativa**", respectivamente), por: (i) valor igual ou inferior ao seu respectivo Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (ii) por valor superior ao seu respectivo Valor Nominal Unitário, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM incluindo os termos da Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com este item poderão, a critério da Companhia, ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Companhia; (ii) permanecer na tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, observadas as restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

27. Resgate Antecipado Facultativo Total: O resgate antecipado facultativo das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, a critério da Companhia, a partir da Data de Emissão (exclusive), com relação à totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"). O Resgate Antecipado Facultativo Total ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e demais encargos devidos e não pagos até a referida data, sem incidência de prêmio, observados os termos previstos na Escritura.

28. Amortização Extraordinária Facultativa: A amortização extraordinária facultativa das Debêntures está limitada a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) e poderá ocorrer a qualquer momento, a critério da Companhia, a partir da Data de Emissão (exclusive), com relação à totalidade das Debêntures, de forma proporcional ("**Amortização Extraordinária Facultativa**"). A Amortização Extraordinária Facultativa ocorrerá mediante o pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário (ou parcela do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) a ser amortizada, acrescida da Remuneração incidente sobre a parcela a ser amortizada, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e demais encargos devidos e não pagos até a referida data, sem a incidência de prêmio, observados os termos previstos na Escritura.

29. Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures, endereçada à totalidade dos Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado aos Debenturistas a prerrogativa de aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos da Escritura e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações ("**Oferta de Resgate Antecipado**"), nos termos previstos na Escritura.

30. Desmembramento: Não será admitido desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

31. Vencimento Antecipado: As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos na Escritura.

32. Demais Características: As demais características e condições da Emissão e das Debêntures estão previstas na Escritura.

O Conselho de Administração autorizou, ainda, os membros da Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais e estatutárias, a praticarem todos e quaisquer atos relacionados à 32ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, incluindo, mas não se limitando a, negociar e celebrar a Escritura, o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, assinar todos os documentos e, ainda, praticar todos os demais atos necessários à realização da Emissão e da Oferta. Por fim, o Conselho de Administração ratificou todos os atos relativos à 32ª emissão que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria.

Adicionalmente, foi ressaltado que as Debêntures são caracterizadas como "títulos ESG de uso de recursos sustentáveis e azuis" ("**Debêntures Sustentáveis e Azuis**").

(...)

Ata assinada pelos Conselheiros de Administração presentes: Karla Bertocco Trindade, Ana Silvia Corso Matte, Anderson Marcio de Oliveira, Andre Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Antonio Julio Castiglioni Neto, Aurélio Fiorindo Filho, Eduardo França de La Peña, Eduardo Person Pardini, Gustavo Rocha Gattass, Karolina Fonsêca Lima e Nerylson Lima da Silva.

Declaramos ser o texto, transcrição fiel de trecho da ata lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.
Karla Bertocco Trindade
Presidente do Conselho de Administração
Marialve de Sousa Martins
Secretária do Conselho de Administração





INÊS 249

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), CEP: 20230-240, às 10h, do dia 04 de setembro de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) o resgate automático da totalidade das Ações Ordinárias Classe B da companhia, nos termos do Art. 44 da Lei 6.404/64 e da Cláusula 4.3 do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024. Ass.: Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.020/2024 – Processo Administrativo: 20240405490 – SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de preços para aquisição de Eletrodos (pas) para desfibriladores externos automáticos (DEA) para SAMU. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 09/SETEMBRO/2024, às 09h30min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 26 de agosto de 2024.
Maria Suely de Souza Maciel – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

Neoenergia Cosern

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
CNPJ/MF nº 08.324.196/0001-81 | NIRE 24.300.000.502
COMPANHIA ABERTA - CVM nº 01813-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada em 16 de setembro de 2024 às 15:00 horas, sob a forma exclusivamente presencial na sede social da Companhia, localizada na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, nos termos da Lei nº 6.404/76, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), para deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: (i) Resgate e cancelamento das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação no mercado após o leilão da OPA para Conversão de Registro de Categoria A para Categoria B da Companhia realizado em 21 de agosto de 2024, pelo mesmo preço por ação pago no âmbito da OPA, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, pro rata basis, desde a data de liquidação do leilão da OPA até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, nos termos do art. 4º, § 5º, da Lei da S.A.; e (ii) Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação da deliberação do item (i) da ordem do dia. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar da AGE por si ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE constam do respectivo Manual de Participação e da Proposta da Administração divulgados nesta data e disponível nos websites da Companhia (www.ri.neoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Natal, 24 de agosto de 2024. Ana Teresa Lafuente González - **Presidente do Conselho de Administração**.

Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP



AVISO DE LICITAÇÃO

Procedimento Licitatório Eletrônico nº 016/2024 – DECOMP/DA – do tipo menor preço – modo de disputa aberta – para contratação integrada de empresa ou consórcio, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia; à elaboração de “Como Construído” (As Built); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; à montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para fornecimento e instalação de equipamentos e mobiliários; à entrega final, em condições de funcionamento, da sede do 6º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (6º BPM) e unidades policiais militares associadas, a ser implantada no SAFN Quadra 4 Lote Batalhão de Polícia Militar – PMDF, Plano Piloto/DF, devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos - Valor estimado da contratação R$ 69.127.242,18 - Processo nº 00112-00029306/2023-11. Data e horário da licitação: 30 de outubro de 2024, às 9h. O Departamento de Compras da NOVACAP torna público que realizará a licitação acima e que o Edital e seus anexos poderão ser retirados exclusivamente nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.novacap.df.gov.br. Contatos e informações: telefones nº (061) 3403-2321 ou (061) 3403-2322 e e-mail dilic@novacap.df.gov.br.

Brasília, 20 de agosto de 2024
ALINE ALVES DE OLIVEIRA
Chefe do DECOMP/DA

Secretaria de Estado da Comunicação
Aviso de Licitação
Concorrência Presencial nº 06/2024

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 22.438.149-2
Objeto: Contratação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional para atender as demandas da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Data da Primeira Sessão: 11/10/2024
Horário: 10h
Local: Pequeno Auditório do Canal da Música – R. Júlio Perneta, 695 – Mercês, Curitiba – PR, 80810-110.
Valor global máximo: R$ 4.252.727,28 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes.
UASG: 930147 - UCL/SECOM 23/08/2024.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°: 91009/2024 - FFLCH
PROCESSO Nº: 154.00004337/2024-36 - RETIFICAÇÃO DE EDITAL

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 91009/2024 - FFLCH**, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de **SERVIÇO DE ENCADERNAÇÃO DE ITENS DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 26/08/2024 a partir das 08h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 11/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov”** através do sítio **https://www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 26/08/2024** além da página do **ComprasGov**, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN,responsável pelo Pregão, torna público o certame a seguir: - PREGÃO ELETRÔNICO 90.007/2024 – Processo Administrativo: 202400481889 – SEMTAS (UASG: 925162) – Objeto: Aquisição de Veículos tipo VAN MINIBUS, que se encontrava SUSPENSO, terá a data de abertura marcada para o dia 06/SETEMBRO/2024, às 10:30min (horário de Brasília) – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.
Natal/RN, 26 de agosto de 2024.
Genielson Oliveira de Araújo – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GUARULHOS
CNPJ/MF nº 58.481.318/0001-11
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Faço saber aos que virem ou dele tiverem conhecimento, em atendimento à legislação vigente, ao Estatuto Social e à decisão judicial proferida pela 6ª Vara do trabalho de Guarulhos, processo nº 02029003720085020316 (02029200821602000), convoca todos os associados do Sindicato, que se encontrem aptos, para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede do Sindicato, sito à Avenida Esperança, nº 840, Vila Progresso, Guarulhos - SP, no dia 30 de agosto de 2024, às 17 horas em primeira convocação e não havendo quórum, em segunda convocação às 17 horas e 30 minutos, com qualquer dos presentes, para discutir e deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: a) convocação de eleições para renovação da diretoria executiva, conselho fiscal e conselho de delegados efetivos, bem como os seus respectivos suplentes, que cumprirão mandato de 09 de fevereiro de 2025 a 08 de fevereiro de 2029; b) designação das datas e horários de votação e apuração; c) presidência do pleito eleitoral; d) designação das datas para inscrição das chapas no pleito eleitoral; e) designação da instalação e quantidade de mesas coletoras fixas e itinerantes; f) designação dos presidentes e mesários das mesas coletoras; g) instalação e quantidade de mesas apuradoras; h) designação dos presidentes e escrutinadores das mesas apuradoras; i) designação dos demais integrantes no trabalho na eleição e apuração eleitoral; e j) definição da forma como as listas de presença para confirmação do voto serão confeccionadas, se por uma lista de presença geral contendo todos os associados para cada uma das urnas ou uma lista de presença fracionada para cada urna.
Guarulhos, 27 de agosto de 2024
PEDRO ZANOTTI FILHO - Presidente

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS
COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO

O instituto de Biociências torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2024-IB**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES.** A abertura da Sessão Pública ocorrerá **dia 11/09/2024 às 09:01hs**, através do sitio: **https://www.gov.br/compras/pt-br**. A integra do Edital encontra-se nos seguintes endereços: **https://pncp.gov.br/app/editais**, **https://financeira.ib.usp.br** **https://portalservicos.usp.br/contratacoes**

INÊS 249

Regulação Resoluções para portabilidade de ativos e de fundos preveem solicitação na origem, destino ou na central depositária

CVM edita normas para o 'Pix de investimentos'

Victoria Netto
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou ontem as duas normas que regulamentam a portabilidade das aplicações financeiras, previstas na agenda regulatória de 2024 da autarquia: a resolução 210, que estabelece regras e procedimentos, e a 209, que complementa o marco com alterações em normas anteriores.

A regulação final foi bem recebida por advogados, que destacam como positivo o alinhamento entre a proposta da audiência pública aberta pela CVM de outubro a dezembro de 2023 e a incorporação das sugestões feitas.

As regras são aplicáveis a custodiantes, intermediários, depositários centrais, entidades registradoras e administradores de carteiras.

Apelidada de "pix de investimentos", a portabilidade segue sem custo para o investidor e entra em vigor a partir de 1º de julho de 2025. As resoluções integram a agenda de "Open Capital Markets" e do "Open Finance", em que o cliente é quem dá autorização para compartilhar seus dados financeiros e assim ter acesso a produtos e custos mais vantajosos.

O presidente da CVM, João Pedro Nascimento, disse que essa é uma forma de empoderar o investidor e ao mesmo tempo modernizar o mercado de capitais. "Temos a expectativa de fomentar um saudável ambiente de competição pela simplificação e desburocratização das regras de transferência de custódia."

Entre os destaques da norma está a possibilidade de o investidor escolher onde vai solicitar a portabilidade: na origem, no destino ou junto ao depositário central, no caso a bolsa.

Na análise de impacto regulatório, a CVM propunha que o pedido fosse feito no destino, a exemplo do que ocorre em países como Austrália, Estados Unidos e México — e também na portabilidade da previdência aberta. Mas a versão final acatou sugestões da consulta pública e trouxe mais flexibilidade. O texto passou a prever a interface digital para a solicitação de transferência, mas não excluiu o potencial uso de cadastro físico para o investidor que preferir esse caminho.

> "Temos a expectativa de fomentar um ambiente saudável de competição pela simplificação"
> *João P. Nascimento*

O sócio do Bocater Advogados, Maurício Jayme e Silva, diz que isso traz mais autonomia e poder de escolha para o investidor. "Muitos investidores que não estão nos grandes centros financeiros preferem fazer a solicitação de transferência de valor mobiliário manualmente e podem continuar fazendo."

Além disso, as regras preveem que o investidor possa acompanhar o andamento e prazos em tempo real. As normas estipulam o escalonamento do cronograma e a disponibilização de dados sobre a portabilidade à CVM e às entidades autorreguladoras. Estabelecem ainda a classificação de "infração grave" o descumprimento sistemático de prazos.

Jayme e Silva lembra que a antiga norma de custódia estipulava dois dias úteis para a transferência dos investimentos, o que muitas vezes não era factível. Agora, a depender da classe de ativo, a norma estabelece de dois a nove dias úteis.

"Isso respeita a complexidade da transferência de custódia e de todos os demais agentes envolvidos", diz. Os valores mobiliários, que contam com uma depositária central, têm até dois dias úteis. Derivativos negociados em balcão podem ser transferidos em até cinco dias, enquanto as cotas de fundos de investimento em até nove.

As mudanças incluem a revisão de procedimentos para que a portabilidade seja feita em uma única etapa, e não em três. Outra alteração é a atuação do custodiante ou intermediário de destino como auxiliar do investidor no processo.

A norma traz ainda que depositárias centrais e escrituradores não precisarão armazenar informações históricas sobre preço unitário e de aquisição. Esse dever ficará com o custodiante ou intermediário de origem.

Já as transferências com alteração de titularidade não integrarão a norma, assim como as transferências entre depositários centrais ou entre entidades registradoras.

Na avaliação de Carlos Martins Neto, sócio do Moreira, Menezes, Martins Advogados, as medidas criam um ambiente mais seguro e transparente, com maior competição entre os prestadores de serviço do mercado de capitais e de investimentos. "Quem sai ganhando é o investidor. A regulação veio em ótima hora, principalmente pela questão de que, se há investimento de um mesmo titular em instituições diferentes, não precisa resgatar para reaplicar."

O diretor de operações de crédito da Efí Bank, Denis Silva, diz ver a portabilidade alinhada à agenda de Open Finance do BC e destaca que vai forçar a padronização e digitalização do mercado. "Ainda tem muita casa que faz ordem por papel ou por e-mail. Há uma limitação tecnológica e agora [a regra] vai ter até 2025 para ser implantada."

DIVULGAÇÃO



Martins Neto: com maior competitividade, quem sai ganhando é o investidor

Regra que transformou indústria de fundos completa 20 anos

Júlia Lewgoy
De São Paulo

Os fundos de investimentos saltaram nos últimos 20 anos no Brasil. O patrimônio desse mercado disparou de R$ 613 bilhões em 2004 para R$ 9 trilhões em 2024, enquanto o número de produtos subiu de 5 mil para 31 mil. No início dominados pelos bancos, agora são de mais de mil bancos e gestoras independentes. A indústria ganhou tamanho e solidez graças a uma convergência entre o mercado e o regulador para originar uma norma que completa agora 20 anos: a Instrução CVM 409.

Apesar de já ter sido revogada, essa regra ainda é comemorada por integrantes do mercado porque representou uma virada no setor de fundos. Foi a base para essa indústria se tornar uma das maiores do mundo e também o ponto de partida para a construção de normas no setor. A história é curiosa para os gestores e investidores recém-chegados, que hoje têm um mar de possibilidades à disposição e estão acostumados com a autorregulação e a regulação unidas.

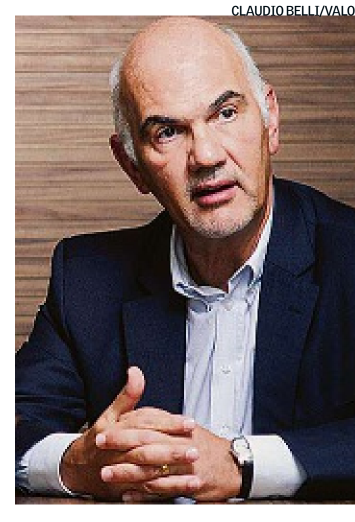
No começo dos anos 2000, os fundos eram majoritariamente de renda fixa, com altíssimos juros e investidores conservadores em um Brasil que recém tinha deixado a época da hiperinflação. O Banco Central controlava os fundos de renda fixa e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cuidava dos fundos de ações. Outros fundos que engatinhavam no país eram bola dividida, dependendo de como era a composição da carteira.

Até que, em 2001, uma lei mudou tudo ao pacificar o entendimento de que as cotas dos fundos eram valores mobiliários, ou seja, estavam sujeitas às regras e à fiscalização da CVM. Assim, a CVM precisava regular o setor como um todo, unificando as normas para esse mercado, com o desafio de não provocar solavancos no setor.

O ambiente econômico era turbulento, com o temor de que o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva se elegesse em 2002, o que causou grande oscilação nos preços dos títulos públicos, do dólar e da bolsa. Os fundos não passaram ilesos.

"A volatilidade monstruosa impactou os fundos e essa indústria sangrou. Até os títulos públicos que acompanham a Selic ficaram voláteis", afirma José Brazuna, sócio da plataforma de soluções para gestoras de fundos Iaas! e ex-líder da área de representação de fundos da Anbima, entidade que hoje representa o setor.

CLAUDIO BELLI/VALOR



> "A CVM tinha o poder de regular, mas precisava dialogar com a indústria"
> *Marcelo Giufrida*

As regras para os fundos eram muito diferentes das atuais. Além de cada categoria ser regulada por um órgão diferente, para criar um fundo, era necessário pedir autorização prévia ao regulador.

As atribuições dos administradores e dos gestores não eram tão claras e existiam fundos com cota "de abertura" e "de fechamento". Os administradores calculavam a cota à noite e, na abertura do dia seguinte, "engordavam" os fundos com mais um dia de CDI, independentemente de quanto valeria o portfólio do fundo naquela data. Não havia normas sobre taxas de performance e de administração.

Nesse ambiente, entidades do mercado, profissionais das instituições financeiras e reguladores se mobilizaram para buscar juntos uma regulação mais sólida. A mudança de normas, procedimentos, sistemas e equipe seria um enorme desafio para a CVM, mas corrigiria uma distorção na indústria.

"O Brasil estava deslocado da realidade em relação ao mundo. A SEC nos EUA cuidava de todos os valores mobiliários, e para sermos um país sério, com um mercado maior e estável, não dava para a bola estar dividida entre a CVM e o BC", diz Brazuna. "O BC não estava muito preocupado com o setor de fundos e os cotistas, mas sim com o risco sistêmico do sistema financeiro. Já a CVM tinha um viés maior de entender e cuidar do investidor."

A Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid, que era a Anbima da época) capitaneou o debate e a negociação com o regulador, em um momento em que a autorregulação dos fundos tinha recém-nascido. "A CVM tinha o poder de regular, mas precisava respeitar o legado histórico que estávamos construindo e dialogar com a indústria", afirma Marcelo Giufrida, sócio e presidente da gestora de fundos Pinheiros Investimentos e ex-presidente da Anbima.

À frente da Anbid, ele foi um dos principais representantes do mercado na intermediação com a CVM e se lembra da primeira reunião entre o setor e o regulador. "Dava para cortar com uma faca a sala. De um lado, a indústria estava preocupada porque não queria que a regulação prejudicasse o mercado e o investidor. Do outro lado, a CVM não abriria mão dos seus princípios de responsabilidade, regulando um mercado dez vezes maior do que o que cuidava até então. Mas a reunião terminou superbem", diz.

Marcelo Trindade, ex-presidente da CVM a partir de 2004, conta que esse debate se deu em um momento do mercado que foi especial. "A Anbid, o autorregulador dessa indústria, era muito atuante e apoiava a ideia de uma regulação unificada e melhor dos fundos. Esse encontro de desejos do autorregulador do mercado e do regulador nem sempre é comum", afirma.

"Todo mundo achava que era necessária uma nova regulação, porque a indústria de fundos tinha ganhado relevância com o Plano Real e era uma das principais formas de captação para a poupança pública", diz.

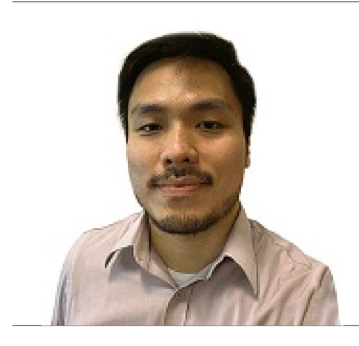
Após mais de um ano de debate sobre os detalhes, entrou em vigor a Instrução CVM 409 em agosto de 2004. Todos os fundos ficaram abaixo do chapéu da CVM e as regras foram unificadas, o que foi importante para a indústria e para os investidores, principalmente.

Entre os benefícios mais importantes para a indústria, a criação de fundos novos passou a ser mais ágil. As atribuições dos administradores e dos gestores foram mais bem divididas. Entre as vantagens mais relevantes para os investidores, os administradores e os gestores passaram a seguir regras sobre conflitos de interesse, governança e informações prestadas nos prospectos dos produtos e em outros documentos. O avanço na transparência foi enorme.

Valor investe.com
Leia a íntegra da reportagem no site
www.valorinveste.com

Marcação a mercado de forma prática

Palavra do gestor



Elyson Narita

Ter dúvidas sobre o que é e como funciona a tão comentada marcação a mercado não é "privilégio" de pessoas que estão começando a investir ou de alguns investidores qualificados. Por incrível que possa parecer, a técnica (ou a arte) de precificar um ativo diariamente é algo tão complexo que pode parecer complicado até mesmo para profissionais do mercado.

Recentemente, recebi a visita de um fundo de private equity composto por profissionais altamente qualificados, cujo trabalho é captar recursos financeiros para adquirir e vender empresas. Durante nossa conversa, começamos a falar sobre a precificação de ativos ilíquidos, comentando sobre algumas metodologias disponíveis no mercado. Percebi que a complexidade do assunto e o jargão técnico dificultaram a compreensão por parte deles.

Curioso para saber se haviam entendido, perguntei diretamente e, para minha surpresa, alguns visitantes admitiram que não. Essa honestidade não é comum nesse setor. Então, decidi explicar de uma maneira mais prática.

Perguntei se eles investiam seu próprio dinheiro e a resposta foi afirmativa. Um deles mencionou que possuía um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) incentivado, isento de Imposto de Renda. Pedi para verificar o valor desse título no aplicativo da corretora. Era de R$ 120 mil. Em seguida, solicitei que ele contatasse o gerente de sua conta e perguntasse quanto pagariam para recomprar o CRA naquele momento.

A resposta foi R$ 105 mil.

O investidor ficou perplexo com a diferença, que representava cerca de 12,5% do CDI da época. Ou seja, o valor no extrato não refletia o valor de liquidação imediata do investimento. E esse valor que o mercado está disposto a pagar pelo título antes de seu vencimento é a Marcação a Mercado (MtM).

No vencimento do título, os valores de MtM e o valor pela curva do ativo convergem para o mesmo ponto. Assim, vale destacar que não há erro ou ilegalidade no valor exibido no extrato. Trata-se de uma diferença conceitual que poucos, mesmo os treinados, compreendem completamente.

A marcação a mercado oferece diversos benefícios significativos aos investidores. Ela permite acompanhar as tendências do mercado e as expectativas econômicas em tempo real, fornecendo uma visão mais precisa e atualizada do valor dos ativos.

Essa transparência facilita a tomada de decisões informadas, melhora a gestão de riscos e ajuda a identificar oportunidades de investimento de forma mais eficiente. Além disso, o MtM promove a integridade e a confiança no mercado financeiro, beneficiando todos os participantes.

No começo de 2023, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) lançou uma regulação acertada que obriga a marcação a mercado, exceto se o investidor optar por não vê-la, assinando um termo de esclarecimento.

Pergunto: por que alguém não iria querer saber quanto os seus investimentos valem hoje? No entanto, não fico surpreso ao encontrar investidores que preferem o cálculo pela curva. Na minha carteira, escolheria a marcação a mercado (MtM) e utilizaria a marcação pela curva como complemento. Caso tivesse que optar por apenas uma, seria o MtM.

Embora às vezes não seja fácil checar o MtM, já existem metodologias para isso. É importante ressaltar a independência da fonte: se a própria corretora calcula os valores, vale a pena conferir com outros agentes de mercado a cotação para determinado título. Isso pode ser feito com uma simples ligação: "Quanto você paga pelo meu papel?"

A marcação a mercado traz transparência e realismo aos investidores, refletindo o valor real dos ativos em qualquer momento. Esse nível de transparência beneficia não apenas os investidores individuais, mas também fortalece a confiança no mercado financeiro como um todo.

Elyson Narita é especialista em precificação da Pop BR, precificadora de ativos de crédito da Luz Soluções Financeiras
E-mail contato@luz-ef.com

STJ
Anvisa extrapolou sua competência ao criar regras para propaganda de remédios
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
O poder feminino na advocacia brasileira
E2

LGPD
Norma regula transferências internacionais
valor.globo.com/legislacao



Trabalhista Ministério Público recebeu, até julho, 89 denúncias sobre o assunto

Casos de assédio eleitoral no ambiente de trabalho devem disparar neste ano

Fernando Teixeira
De São Paulo

O número de processos por assédio eleitoral no ambiente de trabalho pode disparar este ano. O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu, até julho, 89 denúncias sobre o assunto. Até o mesmo mês de 2022, ano das eleições presidenciais, foram registradas apenas duas. Como o volume avança à medida que as eleições se aproximam, o recorde de 2022, de 3,2 mil denúncias, poderá ser batido.

Em 2022, o MPT publicou relatório contando 68 denúncias de assédio eleitoral até 3 de outubro, 2,6 mil até 29 de outubro e só na antevéspera do segundo turno, dia 28 daquele mês, foram registradas 265 denúncias. O balanço anual chegou a 1,4 mil recomendações expedidas a empresas, 80 ações civis públicas ajuizadas e 487 termos de ajuste de conduta realizados.

Para as eleições deste ano, algumas novidades podem incentivar denúncias. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) publicou em abril do ano passado a Resolução nº 355, que obrigou a abertura de canais de denúncia pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e comunicação dos casos à cúpula da Justiça do Trabalho. E em abril deste ano, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) editou a Recomendação nº 110, que orienta a categoria a processar casos de assédio eleitoral trabalhista.

“Não é um fenômeno novo, existe desde os tempos do coronelismo, do voto de cabresto. A diferença é que antes o tema era tratado na Justiça Eleitoral e agora chegou à Justiça do Trabalho”, diz a procuradora do trabalho Adriana Cutrim. Ela conta que o tema entrou em evidência com as redes sociais. São comuns, afirma, vídeos mostrando empregados reunidos na empresa para atos políticos promovidos pelo empregador.

A definição da prática está no artigo 2º da Resolução nº 355, de 2023, do CSJT. De acordo com o dispositivo, “considera-se assédio eleitoral toda forma de distinção, exclusão ou preferência fundada em convicção ou opinião política no âmbito das relações de trabalho, inclusive no processo de admissão”.

Relator do “leading case” sobre o tema no Tribunal Superior do Trabalho (TST), o caso da varejista Havan (processo nº 195-85.2020.5.12.0046), o ministro Alberto Balazeiro avalia que a diferença hoje é que o combate ao assédio eleitoral foi “institucionalizado” e incorporado pela Justiça. A prática passou a ser vista como um tema de relevância, como já ocorreu no passado em relação ao racismo e à igualdade de gênero.

“A Justiça do Trabalho tomou ciência da gravidade do problema”, afirma Balazeiro. “Em relações de poder, há risco de influência indevida”, acrescenta. Do ponto de vista do empregador, o importante é perceber que, quando há relações hierárquicas, o tema da política deve ser tratado com parcimônia. “Existe uma relação de dependência econômica.”

No precedente do caso da varejista Havan, julgado pela 3ª Turma do TST este ano, o assédio eleitoral foi definido e tratado como modalidade de assédio moral. “A figura do assédio eleitoral no ambiente de trabalho pode ser definida como o abuso de poder patronal, por meio de coação, intimidação, ameaça ou constrangimento, com o objetivo de influenciar ou mesmo impedir o voto dos trabalhadores”, diz o acórdão.

Do lado das empresas, há maior preocupação em evitar que encarregados causem prejuízos gerando indenizações trabalhistas e crises de imagem. A busca por consultorias específicas para tratamento do assédio eleitoral em compliance trabalhista disparou em 2022. Este ano, a expectativa é que o tema volte a ter maior atenção.

A advogada Mariana Rabelo, sócia do Ubaldo Rabelo Advogados, conta que em 2022 foi contratada por uma grande indústria para fazer treinamentos e consultoria de prevenção ao assédio eleitoral no ambiente de trabalho. “A relevância do tema entrou na pauta do Judiciário. A Justiça olha de um lado a igualdade de oportunidades do candidato, e de outro lado, a liberdade de escolha do cidadão”, afirma.

O ponto, diz a advogada, é identificar qual tipo de conduta do empregador viola garantias dos empregados. O que a Justiça tem entendido é que mesmo pressões indiretas, como declarações de que a empresa “vai fechar”, entrar em crise ou demitir se determinado candidato for eleito, podem ser vistas como assédio eleitoral. “Não é preciso haver uma coação direta a um determinado empregado.”

Comentários impositivos, brincadeiras e piadas podem ser classificados como assédio eleitoral no ambiente de trabalho, principalmente quando vindos de gestores, alerta Matheus Quintiliano, coordenador da área trabalhista do Velloza Advogados. A prevenção, afirma, inclui cursos, orientações e medidas punitivas e protetivas — como canal de denúncias.

“As políticas devem ser claras ao conceituar o assédio eleitoral e prever que a prática de tais atos, além de ensejar uma responsabilidade cível e criminal ao autor, podem causar a aplicação de medidas punitivas, desde advertências, suspensões até a demissão por justa causa”, diz Quintiliano.

Líbia Alvarenga de Oliveira, sócia da área trabalhista do Innocenti Advogados, afirma que as consultas sobre o tema começaram em 2022 não só de empresas, como de sindicatos, pegos de surpresa com a disparada nas denúncias de assédio por associados. Do ponto de vista das empresas, acrescenta a advogada, o importante é investigar a atuação dos encarregados, conscientizar e tomar providências formais, como a assinatura de termos de compromisso.

“Geralmente o assédio eleitoral é fácil de identificar, nunca é uma conduta velada. Conversas, ‘lives’, vídeos exibidos no horário de trabalho, ameaças, obrigar a usar roupa ou adereço do candidato e até pedir prova de voto”, exemplifica Líbia.

Entre os juízes do trabalho o tema também é mais conhecido, avalia Ney Maranhão, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) e diretor da Academia Brasileira do Direito do Trabalho (ABDT). “Na relação de emprego é um tema que sempre existiu, mas a polarização e a conscientização canalizaram as demandas para a Justiça e fizeram o tema fervilhar”, diz.

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Alberto Bastos Balazeiro: o combate ao assédio eleitoral foi institucionalizado e incorporado pela Justiça

> “Não é um fenômeno novo, existe desde os tempos do coronelismo”
> *Adriana Cutrim*

Tribunais condenam empregadores a pagarem indenizações

Fernando Teixeira
De São Paulo

Precedentes sobre assédio eleitoral se acumulam nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Indicam tendências do Judiciário que servem de alerta a empregadores. Mesmo pressões indiretas são consideradas práticas assediadoras e podem resultar em condenações ao pagamento de indenização.

Pesquisa da Juit, empresa de jurimetria, encontrou 12 decisões sobre “assédio eleitoral” no TST, com as primeiras menções ao tema aparecendo só no ano de 2016. O assunto se tornou comum a partir de 2022.

Um dos casos mais recentes envolve uma fabricante de produtos de limpeza. Foi decidido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) — 15ª Região. A empresa foi condenada a se abster de realizar propaganda eleitoral, consistente na transmissão de “lives”, sob pena de multa de R$ 100 mil (processo 0011042-18.2023.5.15.0060).

O entendimento dos desembargadores do TRT-15 foi o de que é vedada a entrada de “profissionais da propaganda política” em ambiente de trabalho, mesmo para realizar transmissões de vídeo, as chamadas “lives”. Para eles, cabe à Justiça trabalhista “preservar o ambiente de trabalho da incursão de disseminadores profissionais de propaganda política de determinado candidato, ainda que por meio de lives acessíveis pela internet ou pela via digital”.

Outro caso julgado envolve uma fabricante de concreto condenada a pagar indenização de R$ 1 milhão por danos morais coletivos pela 72ª Vara do Trabalho de São Paulo. Na decisão, a juíza levou em conta depoimentos sobre distribuição de “santinhos”, ameaças de demissão e pressão para gravar vídeos de apoio para as redes sociais (processo nº 1001495-92.2022.5.02.0072).

No TRT do Rio Grande do Sul, uma decisão da 8ª Turma firmou a posição de que obrigar funcionários a usar camiseta associada a certo candidato é assédio eleitoral. “A obrigatoriedade de uso de camiseta de cor sabidamente associada a partido político, quatro dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, configura assédio eleitoral” (processo nº 0020207-29.2023.5.04.0373).

Em julgamento no TRT do Paraná, os desembargadores analisaram ameaças de corte de “gorjetas”, demissões e previsões sobre a economia. “O objetivo era induzir a vítima a votar em determinado candidato à presidência. Ao transmitir ‘o recado principal’ de que, se o candidato à presidência adversário ganhasse, teria ‘medo do que vai acontecer nesta economia’ (...), o réu deliberadamente condicionou a manutenção do emprego ao voto” (processo nº 0000174-04.2023.5.09.0656).

Segundo o advogado Thiago Cremasco, do escritório Cremasco Advogados, o que os precedentes dos tribunais trabalhistas têm demonstrado é a consolidação do entendimento de que diversas práticas eleitorais configuram abuso de poder econômico no ambiente de trabalho. O problema é comprovar.

“Na prática das discussões levadas ao Poder Judiciário, a principal questão não é o fundamento jurídico para a proteção dos direitos pleiteados, mas a prova da violação do direito”, diz o advogado.

A jurisprudência dos tribunais, acrescenta Cremasco, se rende ao entendimento de que cabe ao autor a prova do fato, não havendo nenhuma presunção ou inversão de prova em favor do trabalhador. A recomendação dele é que os trabalhadores juntem provas de todo tipo, reunindo testemunhas, fazendo gravações, mesmo que unilaterais, e guardando mensagens.

Outra mudança relevante é os empregados entenderem o que é assédio eleitoral. Cremasco lembra que, anos atrás, um trabalhador bateu na porta do escritório para exigir verbas trabalhistas do ex-empregador. Entre elas estava um bônus prometido pelo patrão, caso certo vereador fosse eleito. O trabalhador não reclamou da tentativa de compra de voto, só pedia o bônus.

DIVULGAÇÃO



> “Jurisprudência dos tribunais é de que cabe ao autor a prova do fato”
> *Thiago Cremasco*

STF paralisa análise sobre benefício do INSS e ITCMD

Laura Ignacio e Arthur Rosa
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu ontem dois importantes julgamentos: um envolve a “revisão da vida toda” e o outro a incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada VGBL e PGBL em caso de morte do titular. O primeiro por pedido de destaque do ministro Alexandre de Moraes e o segundo após pedido de vista de Gilmar Mendes.

Ambas as análises aconteciam no Plenário Virtual. O julgamento sobre o cálculo das aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá que começar do zero no plenário físico. Já a votação relativa à incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada deverá continuar em até 90 dias úteis, que é o prazo para a volta de um processo à pauta após apresentação de pedido de vista.

Em março, o Supremo derrubou a possibilidade de aplicação da “revisão da vida toda” nas aposentadorias, por considerar a regra de transição da reforma da Previdência do governo de Fernando Henrique Cardoso obrigatória e não opcional. Essa regra de transição, da Lei nº 9.876, de 1999, limitou a quem já contribuía à Previdência Social incluir os salários pagos a partir do ano de 1994 no cálculo do benefício. Agora, recursos de embargos de declaração tentam mudar o efeito da decisão, beneficiando os aposentados.

Neste processo, os ministros Nunes Marques (relator), Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia já haviam votado pela manutenção do julgamento (ADI 5.704 ED e ADI 6.317 ED). No plenário físico, porém, eles podem mudar o voto e os demais ministros da Corte também votarão, com debates.

“Com o destaque, não há previsão de quando o novo julgamento deve ocorrer, mas o cenário que estava se formando era negativo para os aposentados, então a retirada da sessão está sendo bem vista por eles”, afirma Cristiane Matsumoto, especialista em direito previdenciário do Pinheiro Neto Advogados.

Se a revisão da vida toda fosse aceita pelo STF, a União estimava um custo potencial de R$ 480 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Para o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), porém, esse valor seria de R$ 1,5 bilhão.

Já no processo sobre o ITCMD, não há estimativa de custo. O placar está em três votos contra a tributação, apresentados pelo relator, Dias Toffoli, e pelos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino (RE 1363013).

Toffoli votou contra a tributação dos planos. O argumento central é que o VGBL e o PGBL, na transmissão a herdeiros, passam a funcionar como verdadeiro seguro de vida.

Nesse caso, diz Toffoli, deveria ser aplicado o artigo 794 do Código Civil. O dispositivo estabelece que “no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito”.

INÊS 249

O poder feminino na advocacia brasileira

Opinião Jurídica

Ana Tereza Basilio

"A questão é se as meninas precisam de igual grau de ensino que os meninos. Tal não creio. Para elas, acho suficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Não sejamos excêntricos e singulares. Deus deu barbas ao homem, não à mulher". A fala do senador Visconde de Cairu, registrada nos arquivos do Senado, em Brasília, ocorreu durante os debates acerca da Lei Geral, a primeira legislação educacional brasileira, sancionada por Dom Pedro I no dia 15 de outubro de 1827. Mesmo diante de argumentos machistas, compartilhados por outros senadores, o dispositivo legal trouxe um avanço muito importante para as mulheres: estabeleceu a criação de escolas para meninas.

O acesso ao ensino superior só viria 52 anos mais tarde, em 1879, com matrícula feita pelo pai ou marido. Felizmente, 145 anos depois, muita coisa mudou. Hoje, nas faculdades do Brasil, as mulheres já representam 58% dos mais de 9 milhões de estudantes, segundo o Censo da Educação Superior. Na advocacia, profissão dominada por homens durante muito tempo, a maioria também é feminina. Segundo o 1º Estudo Demográfico da Advocacia Brasileira (Perfil ADV), realizado pela Fundação Getulio Vargas, as mulheres são 50,4% dos cerca de 1,5 milhão de advogados de todo o país.

Os números mostram uma tendência de aumento impressionante da participação feminina entre os profissionais do Direito. Na faixa etária de 21 a 23 anos, a proporção delas sobe para 61%. No Rio de Janeiro, a presença da mulher advogada mais que triplicou em 50 anos. Entre aqueles com mais de 55 anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), as mulheres representam 18%. Já na fatia dos mais jovens, com até 5 anos de inscrição, as advogadas já são 58%. Ou seja, a advocacia é uma profissão cada vez mais feminina. No caso do Rio, a situação se reflete até no Poder Judiciário. O Tribunal de Justiça do Estado é o que apresenta a maior proporção de mulheres entre magistrados (48%) de todo o Brasil.

Os tempos do Brasil Império ficaram para trás. O papel da mulher na sociedade mudou. A conquista de direitos, o acesso ao ensino superior, a maior participação no mercado de trabalho são vitórias importantíssimas. As mudanças, no entanto, não puseram fim a muitas barreiras que precisam ser superadas. A pesquisa Perfil ADV demonstra que as mulheres ainda acumulam a maior parte dos cuidados com outros membros da família e com os afazeres domésticos. Entre elas, a participação de mães solo é de 26%, ou seja, uma a cada quatro advogadas. Entre os responsáveis homens, esse percentual é de apenas 8%. Elas também são maioria entre aqueles que optam pelo home office (46%). Entre os homens, o percentual é menor (39%).

A discrepância salarial entre homens e mulheres é outro problema. O 1º Relatório de Transparência Salarial, divulgado pelo governo federal este ano, revela que, no Brasil, as mulheres ganham 19% a menos do que os homens. Na advocacia, a presença delas é maior nas menores faixas de rendimento. No grupo dos homens, por exemplo, 27% recebem até dois salários mínimos mensais. Entre as mulheres, esse percentual sobe para 41%. A situação se inverte nas maiores faixas de renda. Entre os profissionais que recebem mais de 10 e até 20 salários mínimos, a participação deles é de 10%, enquanto a delas fica em 5%. Acima de 20 salários, eles ocupam uma faixa de 8% e elas, de apenas 3%.

O machismo observado no discurso do Visconde de Cairu há quase 200 anos ainda permanece vivo e se manifesta por meio da discriminação e do assédio, mesmo quando as vítimas conhecem as leis e os seus direitos. Levantamento feito pelo Datafolha apontou que um terço das advogadas diz já ter sofrido assédio sexual em ambientes de trabalho. A discriminação de gênero também é realidade para 35% das profissionais brasileiras. São situações inadmissíveis, que precisam ser enfrentadas todos os dias pela sociedade.

Nesse aspecto, a advocacia tem dado bons exemplos. A Lei Federal nº 14.612/23 alterou o estatuto e incluiu o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da OAB. Já a Lei nº 13.363/16 (Lei Julia Matos) estabeleceu direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz, como preferência na ordem das sustentações orais e das audiências. Por mais igualdade, o Conselho Federal da OAB definiu, desde 2021, a paridade de gênero (50%) nas eleições da Ordem.

Na seccional Rio de Janeiro, nada é feito sem a participação da advocacia feminina. A ocupação dos espaços de poder se faz presente na diretoria, nos conselhos, comissões, subseções e em todas as áreas onde são tomadas as principais decisões da Ordem. A OAB-RJ foi pioneira, por exemplo, na criação de uma Diretoria de Mulheres, além de contar com a Comissão OAB Mulher e com a Ouvidoria da Mulher, que, recentemente, inaugurou uma sala de atendimento na sede da Ordem.

Nós, mulheres, somos maioria da população e da advocacia no Rio de Janeiro e no Brasil. O que precisamos é ter maior relevância, maior participação nas decisões importantes do nosso país e da nossa entidade de classe. Temos que ser mais de 17% dentro da Câmara do Deputados e presidirmos mais que cinco das 27 seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Já provamos que o "ler, escrever e contar" do século retrasado não é mais suficiente. Precisamos acreditar mais em nós mesmas e entender que temos uma força muito maior do que imaginamos. Afinal, a questão hoje não é mais se as meninas precisam do mesmo nível de ensino dos meninos, mas das mesmas oportunidades.

Ana Tereza Basilio é vice-presidente da OAB-RJ

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 454ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0668716) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 454ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0668716), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 13ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF CRA018001E1) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de abril de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 13ª Série da 1ª Emissão – (IF CRA018001E1), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 313ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0710860) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 313ª Série da 1ª Emissão – (IF 20L0710860), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 455ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0694148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 455ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0694148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 296ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0010253) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de novembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 296ª Série da 1ª Emissão – (IF 20K0010253), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 36ª EMISSÃO (IF 22G0897549) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 36ª Emissão – (IF 22G0897549), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 261ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977906) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 261ª Série da 1ª Emissão – (IF 20A0977906)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 19ª EMISSÃO (IF CRA02100SL0/ CRA02100SLP/ CRA02100SLQ) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão – (IF CRA02100SL0/ CRA02100SLP/ CRA02100SLQ)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 108ª EMISSÃO (IF 22L1474446) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 108ª Emissão – (IF 22L1474446)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 406ª E 418ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0146951/21L0324419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21L0146951/21L0324419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 400ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666609) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 400ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666609), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 422ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666509) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 422ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666509), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO (IF 22L1467623) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de maio de 2010, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 46ª Emissão - (IF 22L1467623), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 95ª EMISSÃO (IF 22L1035737) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 95ª Emissão – (IF 22L1035737), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES | **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

PROVÍNCIA Companhia Província de Securitização

DATA: 1º Público Leilão: 04/09/2024, às 15h00 | 2º Público Leilão: 11/09/2024, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 13/01/2023, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Aditamento e Cessão, os seguintes **IMÓVEIS do EDIFÍCIO LINCOLN OFFICES**, situado na Rua Lincoln Albuquerque, nº 259, no 19º Subdistrito – Perdizes, São Paulo/SP: **1) SALA COMERCIAL Nº 121 (TIPO IX), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 51,009m²; Comum: 43,750m²; Total: 94,759m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,259489%. Matrícula Imobiliária nº 130.526 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0639-4. **Valores: 1º Leilão: R$ 571.864,00. 2º Leilão: R$ 496.535,30. 2) SALA COMERCIAL Nº 122 (TIPO X), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 54,113m²; Comum: 45,730m²; Total: 99,843m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,330300%. Matrícula Imobiliária nº 130.527 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0640-8. **Valores: 1º Leilão: R$ 602.713,03. 2º Leilão: R$ 524.338,11.** Consolidação das propriedades em 02/08/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Consta Premonitória (Av.07), Indisponibilidade (Av.08), Penhoras (Av.09 e Av.10), averbadas na matrícula nº 130.526 e Premonitórias (Av.07 e Av.08), Indisponibilidade (Av.09), Penhoras (Av.10 e Av.11), averbadas na matrícula nº 130.527, as quais não impedem a realização dos leilões, sendo que a baixa das averbações ficará a cargo do arrematante, bem como todas as custas e despesas para o ato; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Fiduciante **SMK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA.** – CNPJ nº 28.347.519/0001-60 e os Devedores **SILVIA MARIA KATINSKAS LOPES** – CPF nº 091.710.038-78 e **LUIS HENRIQUE LOPES** – CPF nº 164.090.598-76, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência pela Fiduciante. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



COMUNICADO

ONDE LÊ-SE

ACHA-SE ABERTA NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, A LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109/2024,** REFERENTE AO PROCESSO Nº **024.00122341/2024-33,** OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO.** A SER REALIZADO POR INTERMÉDIO DO "PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL", **CUJA ABERTURA ESTÁ MARCADA PARA O DIA 03/09/2024 ÀS 10:00 HORAS.** OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME DEVERÃO **ACESSAR A PARTIR DE 20/08/2024**, O SITE WWW.COMPRAS.GOV.BR, MEDIANTE A OBTENÇÃO DE SENHA DE ACESSO AO SISTEMA E CREDENCIAMENTO DE SEUS REPRESENTANTES. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR E NO SITE WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR

LEIA-SE

ACHA-SE ABERTA NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, A LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90109/2024,** REFERENTE AO PROCESSO Nº **024.00122341/2024-33,** OBJETIVANDO A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO.** A SER REALIZADO POR INTERMÉDIO DO "PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL", **CUJA ABERTURA ESTÁ MARCADA PARA O DIA 12/09/2024 ÀS 10:00 HORAS.** OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME DEVERÃO **ACESSAR A PARTIR DE 27/08/2024**, O SITE WWW.COMPRAS.GOV.BR, MEDIANTE A OBTENÇÃO DE SENHA DE ACESSO AO SISTEMA E CREDENCIAMENTO DE SEUS REPRESENTANTES. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS HTTPS://WWW.GOV.BR/PNCP/PT-BR E NO SITE WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR



OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 123ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19L0909256) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 123ª Série da 4ª Emissão – (IF 19L0909256), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 185ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19A0698738) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 185ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 185ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de setembro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 185ª Série da 1ª Emissão – (IF 19A0698738), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 210ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19C0216515) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de março de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 210ª Série da 1ª Emissão – (IF 19C0216515), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 08 de agosto de 2024, às 14:00 horas, na sede social do Fleury S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Morumbi, nº 8860, 8º andar, Jardim das Acácias, CEP 04.703-002. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 15, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, presencialmente e por meio de videoconferência, conforme Artigo 15, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, a saber: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Victor Cavalcanti Pardini e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. **3. Mesa**: Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio; e (ii) a autorização para a administração da Companhia adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações que forem tomadas. **5. Deliberações**: Instalada a Reunião do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem ressalvas ou reservas, tomaram as seguintes deliberações: **(i)** Nos termos do Artigo 18(d) do Estatuto Social da Companhia, aprovar o pagamento aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante bruto total de R$ 184.073.259,84 (cento e oitenta e quatro milhões setenta e três mil duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), correspondente ao valor bruto por ação de R$ 0,33738402078; **(ii)** Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido na fonte, serão pagos aos acionistas da Companhia em 02 de outubro de 2024; **(iii)** Farão jus ao pagamento de juros sobre o capital próprio os acionistas da Companhia no fechamento do pregão de 14 de agosto de 2024, sendo as ações da Companhia negociadas na condição "ex-juros sobre o capital próprio" a partir de 15 de agosto de 2024 (inclusive); **(iv)** Nos termos do Artigo 31, Parágrafo Quarto, do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, o valor líquido dos juros sobre o capital próprio acima aprovados serão imputados aos dividendos a serem pagos pela Companhia em relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(v)** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações ora aprovadas, inclusive a divulgação do Aviso aos Acionistas, relativo ao pagamento de juros sobre capital próprio. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa**: Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. **Conselheiros**: Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini; e Sr. Márcio Moura de Paula Ricardo. *Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio*. São Paulo, 08 de agosto de 2024. **Marcio Pinheiro Mendes -** Presidente. **Fernando Aguiar Camargo -** Secretário. JUCESP nº 306.069/24-6 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital nº 90307/2024-8 – Pregão

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/DNIT, por meio da Superintendência Regional no Estado de São Paulo, torna público que realizará no dia **12 setembro de 2024, às 10h00min**, licitação na modalidade Pregão eletrônico, visando **à contratação de empresa especializada para implantação, manutenção e monitoramento do projeto executivo de reflorestamento em área de 26 hectares nos assentamentos Rurais Monte Alegre III e Silvânia, no município de Araraquara/SP, pertencente à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Fundação ITESP, em atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 98.268/2012, celebrado com a CETESB, pela emissão de Autorização de Supressão de Vegetação para instalação do Pátio Ferroviário de Tutóia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) e seu apêndice (Estudo Técnico Preliminar). Código da UASG 393025. Lote: único. Esclarecimentos:** scl.sp@dnit.gov.br. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial do DNIT, endereço https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes/. Processo Administrativo SEI! Nº 50608.000112/2024-85

MIGUEL CALDERARO GIACOMINI
Superintendente Regional do DNIT/SP

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata de Reunião de Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: Realizada em 07 de agosto de 2024, às 08h30min, na Avenida Morumbi, nº 8.860 - 8º andar, Jardim das Acácias - São Paulo/SP, CEP 04703-003. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 15, do Estatuto Social do Fleury S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de teleconferência, conforme Artigo 15, Parágrafo Terceiro do Estatuto Social da Companhia: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi ; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Victor Cavalcanti Pardini e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. **3. Mesa**: Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do dia:** deliberar sobre: (i) O resultado financeiro relativo ao Segundo Trimestre de 2024; **5. Deliberações**: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, decidem: (i) Aprovar o resultado do Segundo Trimestre de 2024 e autorizar sua divulgação, nos termos da regulamentação aplicável. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa:** Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. **Conselheiros:** Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi ; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini e Sr. Márcio Moura de Paula Ricardo. *Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio*. São Paulo, 07 de agosto de 2024. **Marcio Pinheiro Mendes -** Presidente. **Fernando Aguiar Camargo -** Secretário. JUCESP nº 306.450/24-0 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de Agosto de 2024

I. Data, Hora e Local: Em 19 de agosto de 2024, às 19h30, realizada de forma exclusivamente digital por videoconferência (plataforma "*MS Teams*"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **IGUÁ SANEAMENTO S.A**. ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença**: Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa**: Presidente: Vital Meira de Menezes Junior; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia. **V. Discussões e Deliberações**: (**1) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia**: A matéria foi encaminhada pelo Diretor-Presidente, Roberto Barbuti, após apresentação ao Comitê de Remuneração e Gente, que emitiu recomendação favorável e submeteu ao Conselho de Administração a eleição do candidato Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia para exercer o cargo de Diretor sem Designação Específica. A matéria foi colocada em discussão e em seguida em deliberação. O Conselho de Administração, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições, **aprovou a eleição de Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia**, brasileiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 35832976 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o nº 390.058.388-92, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4300, 14ºandar, CEP 04538-132, para exercer o cargo de Diretor sem Designação Específica, a contar de 19/08/2024, para um mandato unificado com os demais diretores da Companhia, ou seja, até 09 de agosto de 2025, permanecendo no cargo até a eleição de seu sucessor e tomando posse do cargo para o qual é ora eleito, mediante assinatura do Termo de Posse que consta do Anexo I à presente ata. Sendo assim, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição: **Roberto Correa Barbuti**, como Diretor-Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; **Juliano Heinhen**, como Diretor sem Designação Específica; **Péricles Sócrates Weber**, como Diretor sem Designação Específica; e **Gabriel Montagnini Ribeiro Gouveia**, como Diretor sem Designação Específica. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. O Presidente e a Secretária da mesa declararam, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Reunião do Conselho de Administração. **Mesa**: Vital Meira de Menezes Junior - Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. **Conselheiros presentes**: Vital Meira de Menezes Junior, Carlos da Costa Parcias Junior, Ricardo Szlejf, Vanessa Cristina Resende Viana, Maria Silvia Bastos, Cleverson Aroeira da Silva e Jerson Kelman. São Paulo/SP, 19 de agosto de 2024. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Mesa: Thaís da Rosa Mallmann** - Secretária. JUCESP-Protocolo nº 2.273.361/24-5 em 22/08/2024.

VELOCE LOGÍSTICA S.A. - CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024

Data, Hora, Local: 29.07.2024, às 09h, na filial, Avenida Goiás nº 1820, São Caetano do Sul/SP, por meio presencial e videoconferência. **Mesa:** Daisuke Hori, Presidente, e Yusuke Shionoya, Secretário. **Presença**: Totalidade do capital social. **Deliberações Aprovadas**: Sem quaisquer ressalvas ou restrições, autorizar que durante o período de **15/08/2024 à 15/09/2024**, para os fins do disposto no Artigo 13º, item (i) e § 1º, do Estatuto Social, a Companhia possa ser representada pelos diretores: **Yusuke Shionoya,** japonês, casado, do comércio, RNE nº V204412S, CPF/MF 005.388.359-40, com domicílio comercial em Diadema/SP; como Diretor Presidente; **Damián Matias Arcidiácono,** argentino, casado, do comércio, Passaporte nº AAF059782, CPF/MF 717.604.371-07, residente em Buenos Aires, Argentina, como Diretor Regional; **Rosimeire de Souza da Fonte,** brasileira, casada, contadora, RG 38.430.071-6, CPF/MF 016.219.187-18, com domicílio em Diadema/SP, como Diretora Financeira. Todos reeleios conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração datada de 10/07/2024; atuando em conjunto mediante assinatura de 2 dos 3 Diretores elencados acima. **Encerramento:** Nada mais**. Acionistas:** Mitsui & Co., Ltd. (p.p. Shigeo Yanai) e Mitsui & Co. (Brasil) S.A. (p.p. Shigeo Yanai). São Paulo, 29.07.2024. JUCESP nº 305.422/24-8 em 16.08.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 14/08/2024, às 8h, na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A., Rua Pascoal Pais, 525, 19º andar, Vila Cordeiro, São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração estavam presentes, dispensando convocação adicional conforme o Estatuto Social. **Mesa:** Presidiram os trabalhos o Sr. Maurizio Billi e o Sr. Marco Billi. **Ordem do Dia e Deliberações: 1.** Aprovação dos resultados das operações referentes ao 2º trimestre de 2024. **2.** Autorização à Diretoria para formalizar e ratificar os atos relacionados. **Encerramento:** Nada mais havendo, a reunião foi encerrada e a ata foi assinada pelos presentes. **Assinaturas: Presidente:** Maurizio Billi, **Secretário:** Marco Billi. **Membros do Conselho de Administração:** Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Juliana Rozenbaum Munemori, Julio Cesar Gagliardi, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Registrada na JUCESP 308.212/24-1 em 21/08/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/MF nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data e Local: 16/08/2024, às 9h, na sede social da Eurofarma, São Paulo/SP. **Convocação:** Presença total dos membros do Conselho de Administração, dispensando convocação formal. **Mesa:** Presidida por Maurizio Billi e secretariada por Edmar Prado Lopes Neto. **Ordem do Dia e Deliberações: 1. Emissão de Debêntures:** - Valor: R$ 1.450.000.000,00. - Quantidade: 1.450.000 debêntures. - Valor Nominal Unitário: R$ 1.000,00. - Prazo: 4 anos. - Remuneração: Juros correspondentes a 100% da Taxa DI mais 0,93% ao ano. - Pagamento da Remuneração: Semestral. - Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária permitidos. - Destinação dos Recursos: Resgate antecipado e quitação de empréstimo; excedentes para reforço de caixa. **2. Resgate Antecipado e Quitação:** - Aprovação do resgate antecipado das emissões anteriores e da quitação do empréstimo com o JPMorgan Chase Bank. **3. Autorização:** - Autorizados os representantes da Companhia a realizar todas as ações necessárias para a implementação da Emissão, Oferta, Resgate Antecipado e Quitação. **Encerramento:** A reunião foi encerrada pelo Presidente e a ata foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente: Maurizio Billi, Secretário: Edmar Prado Lopes Neto, Membros do Conselho: Maurizio Billi, Marco Billi, Maira Billi, Cláudio Roberto Ely, Cristina Presz Palmaka de Luca, Juliana Rozenbaum Munemori, Julio Cesar Gagliardi, Nelson Augusto Mussolini e Marcelo Martins. Registrada na JUCESP 295.963/24-4 em 21/08/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2024 DAS 12H00MIN ÀS 13H00MIN

Destinação dos Resultados do 2º Tri, Distribuição de Dividendos / Juros Sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, com a participação de coordenador do Conselho Fiscal da Companhia, aprovou as Informações Intermediárias relativas ao período findo em 30/06/2024, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, bem como a proposta da Diretoria, datada de 30/07/2024, para crédito em 09/08/2024 e pagamento aos acionistas a partir de 21/08/2024, de dividendos calculados à razão de R$ 0,08 (oito centavos de real) por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Para fins demonstrativos, considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos dividendos representa o montante de R$ 82.616.464,32 (oitenta e dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e constitui antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. O montante dos dividendos será recalculado com base nas ações em circulação na data do crédito. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. Assinaturas: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha e Alberto Fernandes (Conselheiros) e Rafael Lebensold (Secretário) Declaro que o presente é cópia fiel do que está transcrito na ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de julho de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 305.338/24-9 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 471ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0695877) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 471ª Série da 1ª Emissão – (IF 22A0695877), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ n° 05.321.920/0001-25 - NIRE n° 35.3.0019303-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária n° 03/24 Realizada em 21 de Maio de 2024

21/05/2024, às 10h45min, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** Após introdução do tema, objeto da pauta da reunião, fica aprovado, por maioria do capital social votante, representada pelas Acionistas Alupar Investimento S.A., Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. e Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A., a distribuição da remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/01/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. Nada mais a ser tratado. São Paulo, 21/05/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 306.807/24-5 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AV. DRA. RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 9H30MIN DO DIA 30 DE JULHO DE 2024

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Metalúrgica Gerdau S.A. ("Companhia"), tendo sido presidida por Gustavo Werneck da Cunha, Diretor Presidente, e secretariada por Daniela Derzi Barretto. 2. A Diretoria, por unanimidade e nos termos do Estatuto Social e legislação aplicável, após revisar o Formulário de Informações Trimestrais - ITR relativo ao período findo em 30/06/2024 e o Relatório dos Auditores Independentes, a ser emitido em 31/07/2024, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia, deliberou apresentar ao Conselho de Administração a proposta, para crédito em 09/08//2024 e pagamento aos acionistas a partir de 21/08/2024, de dividendos calculados à razão de R$ 0,08 (oito centavos de real) por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Para fins demonstrativos, considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos dividendos representa o montante de R$ 82.616.464,32 (oitenta e dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e constitui antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. O montante dos dividendos será recalculado com base nas ações em circulação na data do crédito. 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente) e Daniela Derzi Barretto (Secretária). Diretores: Gustavo Werneck da Cunha (Diretor Presidente), Rafael Dorneles Japur, Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig e Mauricio Metz (Diretores Vice-Presidentes), Cesar Obino da Rosa Peres, Aldo Tapia Castillo, Carlos Eduardo Vieira da Silva, Flavia Dias da Silva de Souza e Wendel Gomes da Silva (Diretores). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 30 de julho de 2024. Daniela Derzi Barretto - Secretária. JUCESP nº 305.340/24-4 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ n° 04.416.935/0001-04 - NIRE n° 35.3.0018472-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária n° 03/24 Realizada em 21 de Maio de 2024

21/05/2024, às 10 horas, realizada por videoconferência. Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** Após introdução do tema, objeto da pauta da reunião, fica aprovado, por maioria do capital social, representada pela Acionista Alupar Investimento S.A., a distribuição da remuneração da Diretoria da Companhia, fixada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/01/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. Nada mais a ser tratado. São Paulo, 21/05/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - Secretária. **JUCESP** nº 305.146/24-5 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 220ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0026749) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 220ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 220ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 05 de julho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 220ª Série da 1ª Emissão – (IF 19G0026749), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada da manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 30ª EMISSÃO (IF CRA02200208) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 18 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 30ª Emissão – (IF CRA02200208), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada da manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 212ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19F0000001) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 28 de junho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 212ª Série da 1ª Emissão – (IF 19F0000001), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada da manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

METALÚRGICA GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2024 DAS 12H00MIN ÀS 13H00MIN

Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração, aprovou, por unanimidade dos participantes, o programa de recompra de ações de emissão da Companhia, cujo prazo para aquisição se iniciará em 1º de agosto de 2024, com prazo máximo de 12 (doze) meses, visando à aquisição de até 33.000.000 (trinta e três milhões) de ações preferenciais da Companhia (GOAU4), representando aproximadamente 5% das ações preferenciais em circulação, observados os demais termos e condições descritos no Anexo I à presente ata ("Programa de Recompra"). A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. Assinaturas: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente); André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes); Gustavo Werneck da Cunha e Alberto Fernandes (Conselheiros) e Rafael Lebensold (Secretário). Declaro que o presente é cópia fiel do que está transcrito na ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de julho de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 305.339/24-2 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ANEXO I À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024. ANEXO G DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022: **1.** Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação; (i) maximizar a geração de valor a longo prazo para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; (ii) permanência em tesouraria; (iii) cancelamento; ou (iv) posterior alienação no mercado. **2.** Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria; Em 30/06/2024, a quantidade de ações preferenciais em circulação somava 655.933.519. A Companhia atualmente não detém ações em tesouraria. **3.** Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas; Até 33.000.000 de ações preferenciais (GOAU4), representando aproximadamente 5% das ações preferenciais em circulação. **4.** Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver; Não aplicável. **5.** Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações; Não aplicável. **6.** Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); Não aplicável. b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores; Não aplicável. **7.** Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade; Sem impactos. Os objetivos da operação estão descritos no item 1 deste anexo. **8.** Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022; Não aplicável. **9.** Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso; Não aplicável. Os objetivos da operação estão descritos no item 1 deste anexo. **10.** Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas; Prazo máximo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1 de agosto de 2024, ou seja, até 1 de agosto de 2025, inclusive. **11.** Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver; - Itaú Corretora de Valores S.A.; - BTG Pactual CTVM S.A.; - Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.; - Bofa Securities Inc.; - JP Morgan Securities LLC. **12.** Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. As aquisições serão suportadas pela posição de caixa atual e geração de caixa durante a vigência do programa, cabendo aos Diretores fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação, observado o disposto no parágrafo abaixo. A Companhia poderá utilizar como "recursos disponíveis" (ou lastro contábil), para aquisição das ações no âmbito do Programa de Recompra, as reservas de lucros ou capital (exceto as reservas legal, de lucro a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais) e/ou o resultado já realizado do exercício social em andamento (segregadas as destinações às reservas legal, de lucro a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais, conforme o caso), verificados com base nas últimas demonstrações financeiras disponíveis antes da efetiva transferência. **13.** Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos. As aquisições serão suportadas pela posição de caixa atual e geração de caixa durante a vigência do programa, cabendo aos Diretores fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Com base na disciplina financeira na alocação do capital, esse programa de recompra de ações demonstra a confiança da administração na geração de valor no longo prazo.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90138/2024,** referente ao processo nº **024.00120056/2024-88,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS ADAPTADA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 27/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90137/2024,** referente ao processo nº **024.00092285/2024-03,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 10/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 27/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

35ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado e depositário **ESPÓLIO DE MARCOS VARAM KEUTENEDJIAN,** inscrito no CPF/MF sob o nº 036.769.878-10; **bem como seu cônjuge se casado for. O Dr. Gustavo Henrique Bretas Marzagão**, MM. Juiz de Direito da 35ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Cumprimento de sentença** ajuizado por **LEONARDO RICCIARELLI** em face de **ESPÓLIO DE MARCOS VARAM KEUTENEDJIAN - Processo nº 0149490-73.2012.8.26.0100/01 – Controle nº 943/2012,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 03/09/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 06/09/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/09/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 27/09/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS:** Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão sub-rogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro a comissão de **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação dos bens, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar do encerramento do leilão, através de Depósito ou Boleto bancário, cujos dados serão enviados por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 3.475 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ITAPEVI/SP - IMÓVEL:** ÁREA "A-3, situado no lugar denominado "SÍTIO BARUERI MIRIM", neste município e comarca de Itapevi, Estado de São Paulo, localizada de frente e no alinhamento da Alameda Vicente Cocozza, em sua lateral esquerda de quem vai em direção a divisa da Área "2",distante desta 91,93 metros, dentro das seguintes medidas, características e confrontações: "mede 31,93 metros em linha reta, entre os pontos 11 e 12, obedecendo o Azimute de126º19'31" de frente para a Alameda Vicente Cocozza; lado direito de quem da referida Alameda, olha para o imóvel mede em linha reta 73,92 metros, entre os pontos 17 e 11,obedecendo o azimute de 216º19'32", dividindo com a Área "A-2"; lado esquerdo obedecendo o mesmo sentido mede da frente aos fundos em linha reta, 69,94 metros, entre os pontos 12 e 16, obedecendo o Azimute de 216º19'32", dividindo com a Área "A-4"; fundos, acompanhando a margem do Ribeirão Barueri-Mirim, em linha sinuosa, mede 32,19 metros, entre os pontos 16 e 17, dividindo pela sua margem oposta com o Loteamento Jardim Sorocabana, encerrando a área total de 2301,54 metros quadrados. **Consta na Av. 04 desta matrícula** que no terreno foi construído um galpão industrial de uso indefinido, com 1.000,00 m2, sendo pavimento térreo com 928,00 m2 e pavimento superior com 72,00 m2, que recebeu o nº 504 da Alameda Vicente Cocozza. **Consta na Av. 06 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Contribuinte nº 23.114.51.74.2610.00.000.** Consta no site da Prefeitura de Itapevi/SP débitos tributários no valor de R$ 17.035,75 (22/07/2024). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 3.116.261,60 (Três milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) para novembro de 2021, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação no valor de R$ 2.710.177,56 (janeiro/2023). São Paulo, 26 de julho de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Gustavo Henrique Bretas Marzagão - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br



COMUNICADO

Nº do Processo: 024.00124336/2023-84
INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde - GIS
ASSUNTO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática (Ambiente Virtualizado).
NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 28/2024.

Trata a presente Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática (Ambiente Virtualizado).

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0037148489, às quais me reporto ao despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO** Dispensa Licitação nº 28/2024, observadas as normas legais incidentes, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CNPJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática - Ambiente Virtualizado, no valor total de **R$ 77.034.972,95 (setenta e sete milhões, trinta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos).**

DECLARO para os devidos fins que o caso concreto tratado neste expediente se enquadra, **integralmente**, nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial CJ/SS nº 524/2024 citado, e que serão seguidas as orientações nele contidas, nos termos da Resolução SS 65/2024.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90119/2024,** referente ao processo nº **024.00065672/2024-69,** objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PURIFICADORES DE ÁGUA,** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 23/08/2024 às 09:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Energia dos Ventos X S.A.

CNPJ/MF nº 15.253.350/0001-37 - NIRE 35.300.475.119

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 13 de Maio de 2024

Aos 13/05/2024, às 12:30 horas, de forma exclusivamente digital. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária:** Aprovar as contas da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhados do parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no qual foi apurado lucro líquido no montante de R$ 550.369,02. Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como a distribuição de dividendos, conforme abaixo: **(a)** Destinar o valor de R$ 27.518,45 à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193, caput, da Lei nº 6.404/76. **(b)** Distribuir dividendos no importe de R$ 130.712,64 correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação da Reserva Legal. Os acionistas deliberam, ainda, que o pagamento possa ocorrer conforme disponibilidade de caixa, não podendo exceder o exercício social. **(c)** Considerando as deliberações acima "a", e "b", destinar a conta Reserva de Lucros o valor de R$ 392.137,93 referentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** Os Acionistas da Companhia deliberam pelo não pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e para os membros da Diretoria para o exercício social de 2024. Nada mais a tratar-se. **Mesa:** Eduardo Fucs - Presidente; Jorge Francisco Manica Pires - Secretário. **JUCESP** nº 305.385/24-0 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Energia dos Ventos II S.A.

CNPJ/MF nº 15.319.876/0001-72 - NIRE 35.300.475.348

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 13 de Maio de 2024

Aos 13/05/2024, às 11:00h, de forma exclusivamente digital. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária:** Aprovar as contas da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhados do parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., no qual foi apurado lucro líquido no montante de R$ 995.259,24. Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023, bem como a distribuição de dividendos, conforme abaixo: **(a)** Destinar o valor de R$ 49.762,96 à conta de Reserva Legal, na forma do artigo 193, caput, da Lei nº 6.404/76. **(b)** Distribuir dividendos no importe de R$ 236.374,07 correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício após a destinação da Reserva Legal. Os acionistas deliberam, ainda, que o pagamento possa ocorrer conforme disponibilidade de caixa, não podendo exceder o exercício social. **(c)** Considerando as deliberações acima "a", e "b", destinar a conta Reserva de Lucros o valor de R$ 709.122,21 referentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** Os Acionistas da Companhia deliberam pelo não pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e membros da Diretoria para o exercício social de 2024. Nada mais a tratar-se. **Mesa:** Eduardo Fucs - Presidente; Jorge Francisco Manica Pires - Secretário. **JUCESP** nº 305.384/24-7 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 300 LOTES - DIA: 28/08/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 28/08/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: WV1DD42H9HA014264 - 9BD341A4XLY616709 - 9BHBG41CAJP808963 - 9BD197163E3141162 - 95PJN81EPDB058106 - 9BD17309C64149737 - 9BGTT75B04C124591 - 9BWAA05W2EP041281 - 9BD22315582012515 - 9BGSA19E05B246805 - 93YBSR6RHDJ436137 - 9BGKT48V0JG358164 - 9BD118126H1344628 - 9BGJB69X0EB168018 - 9BFZH55L4K8260105 - 9BFZF55A6C8310475 - 9BD197132F3208789 - 9BGCA80X0EB157757 - 9BRBB48E995041200 - 9BG138HX06C410800 - 3N1BC1CD5BL350821 - 8AD2MKFWXCG042051 - 3N1BC13D78K190049 - 93HFA6630AZ205874 - 9BGXL75G07C710771 - 9BWHB09A43P014767 - 9BD11995841020308 - 9BFZF20A378267239 - 9BD195A4NH0776967 - 9BGJC69X0EB117475 - 3GNDL63779S531133 - 9BD17164LE5903847 - 9BWCA05X62P090593 - 9BWKA05Z374096972 - 9BWAA45U6FP552340 - 9BD197163E3185432 - 9BGJA69X0DB214808 - 9BGRJ69808G260870 - 9BFZE16N748566087 - 9BWAB45Z7E4034598 - 3C4PFABB3CT268338 - 9C2KC2210NR058326 - 9886751CTNKL48642 - 98RDB21B0MA005040 - 9C2KC2210RR070848 - 9C6RH1150N0011710 - 9C2KC2200PR102497 - 988675136LKJ91291 - 953698TKXPR013254 - 9BG156MK0JC420706 - 9BHCU51AAPP410900 - 9BWAB45U6NT071751 - 9BD195152C0138231 - 9BWAB45Z0E4065563 - 9BHBG51CAFP501637 - KNAGH417BA5402801 - 9BWAG45U4NT051824 - 9BRBD3HEXK0433027 - 9BD223153E2037394 - 9C2KC2200PR037410 - 9C2MC4400MR003076 - 9C2JC4830NR096746 - 9C2KC2500RR048449 - 9C6RH1150N0008318 - 9C2KC2500NR069857 - 9C2KC2220MR003444 - 9C2KC2200LR017997 - 9BGEN69H0MG185610 - 9362LKFWXAB019956 - 9BD17106LD5870836 - 9BGCA80X0CB177965 - 9BWDB09N39P003740 - 9BD17206G93470526 - 9BFZH54S6M8080054 - 9BWAB45UXKT095188 - 93Y5SRF84KJ356822 - 8AWPB05Z4BA500524 - 9BGRX48X05G208352 - 9BWAA05U29P060689 - 9BGRD08X03G193057 - 9BWAB05Z994079802 - 9BD19241R83077185 - 9BWAA05UXCP032064 - 8AP17202LA2066878 - 93YRBB004JJ008031 - 8AGSA1910AR115889 - 93YRBB00XLJ955447 - JMYXTGA2WCZA00407 - 9BGXL68607B204024 - 93YLSR1RH8J974122 - 9BGJB69Z0DB159066 - 9BD17164G85271818REM - 9BWAA01J284029812 - 9BGAB69W08B289622 - 9BGRJ69809G184356 - 93Y5SRD6GGJ144992 - 9BWCA05X73T008041 - 9BGRD08X04G164579 - 9BD17122ZG7606434 - 9BWAA05U8AP000212 - 9BD17164LE5890306 - 93YBSR76HDJ409986 - 8BCLDRFJYDG502867 - 9BFZF20A398325594 - 9BWHB09N95P014043 - 9BD15802AD6864920 - 9BGKS48L0EG216520 - 9BFZF16P968423868 - 9BWAA05UXBT164991 - 9BD341ATZRY898684 - 9BWCB05X33T058688 - 9BGTD75W08C174086 - 9BD195152C0161104 - 9BWAA05U5DP172024 - 93Y5SRF84HJ616246 - 9BWAA05U2AT154485 - 9BWEC05W96P065252 - 9C2JC7000RR064934 - 9UWSHX76ARN036719 - 8AC906635EE094266 - 9BGKL48U0JB251631 - 9BGKT69L0FG179529 - KMHSH81GDBU713310 - 936CLHMZ1HB059704 - 935FCKFVYCB552119 - 9BD17201XA3550369 - 93Y5SRD04FJ709893 - 9BWAA05Z494061680 - 9BWAA05W9EP020928 - 9C2KC2200RR608315 - 9C2KC2200NR100121 - 9C2KF5220PR007332 - 9C2KC2200PR202977 - 9BFZF55A6A8453407 - 9BD15802786001497 - 9BGSA1910AB255106 - 9BFZF55A9D8478354 - WAUAFEF58KA051145 - 988611101GK072821 - 9BFZK53AXAB171806 - 9BWAA05Z394004130 - 9BD195193C0295959 - 9BWDB45U89T232796 - 9BGRP48F0EG122427 - 9BD11819GC1200540 - 9BGSU19F0CC114365 - 8BCND5GVUHG520889 - 9BFZD55P0FB801223 - 93YBSR7RHAJ425036 - 9BFZF55A4C8206471 - 9BD17106LA5439953 - 935FLN6A87B503528 - 9BFZB55H5E8877725 - 93YRBB009JJ020031 - 9362MKFWXDB013451 - 9BD17202LA3551635 - 95PJN81BPDB039562 - 935FCKFVYBB546569 - 9BD17350M94230996 - 935FLKFV88B567169 - 9BWAB41J2C4005264 - WAUAC78E47A221008 - 9BGCA80X0FB150267 - 9BD27805MD7701094 - 9C6RH1150N0007563 - 9UK64ED59J0097084 - 9BGRM69X0AG293187 - 9BGSU19F0BB154390 - 9BD15822764734003 - 3FAKP4BK3BM205456 - 9BD15804AD6709841 - 9BWCA05WX7T047798 - 9BD17309ZA4306315 - 935CHRFN27B519928 - 9BD15804AB6542114REM - 9BWKB05Z374055142 - 9BD17103G62660834 - 8AD3CN6B49G022309 - 9BWKA05ZX64146023 - 9BD15802764740423REM - 9BGRX08907G217121 - 93HES15501Z014600 - 9BWAA05Z5D4010181 - 9BFZF10A888151465 - 9BD17140MA5371975 - 9BWCA05W68T025346 - 9BD11940581051248 - 9BWAA05U7AP071918 - 9BWEB05W87P061892 - 9BWGF07X38P013849 - 9BD255049C8932591 - 9BFPSZPPA9B873830REM - 9BD265122E9011049 - 3N1AB61D98L630569 - 93HFA65308Z111667 - 9BD195163B0080019 - 3C4PDCFG8DT373479 - 9BD15822524389322REM - 9BFZF55A5B8053291 - 9BHBG51CADP013757 - 93YBSR1TH9J077027 - 9BGSE19NWVC622462 - 93HES15503Z110222 - 9BGTR08W06B142900 - 8BCLCN6BYDG502765 - 9BFZF55A6E8017209 - 9BGRZ08F0BG168560 - 935FCKFVYCB535522 - 9BFZF10B448206755 - 9BWAA05U7EP076767 - 9BGRD08X03G170302 - 9BFZE16N348551540 - 9BWAA05U9BT042963 - 93YBSR2TH9J075976 - 9BFZF16P458334417 - 9BD17170MB5652195 - 8AD3CRFN24G401959 - 9BFZE16P688974152 - 9BWAB05U0AT247051 - 9BD17106LB5720677 - 9BGRX48F0BG197315 - 9BFZF55AXC8206118 - 935CHRFNYAB536221 - 9BFZF26PX68447716 - 9BWAB05U8BT030395 - 3N1CN7AD1DL814064 - 9BD110585A1525880 - 9BFZK53A7BB290849 - 9BFZE16P378897299 - 9BWDA05U4BT187910 - 9BFZK53A1AB211271 - 9BD195152B0003418 - KMHFC41DP8A308016 - 9BD17106LA5638966 - 9BWAA05W6BP098451 - 9BD17309ZA4298837 - 93XPRK7407C729559 - 9BFZF55A7D8476036 - 9BD198221D9021645 - 935FCKFVYAB501283 - 9BD19515ZG0740808 - 935CHN6AVAB527451 - 3D4GGH7D09T541599 - 9BD15802784980674REM - 9BHBG51CAFP376252 - 9BD195162C0190354 - 9BWCA05W38T093202 - 8AD3DRFJ48G020325 - 3VWLN6169DM035947 - 9BRBL3HEXJ0130752 - 3FA6P0D92DR352541 - 9BRBL42E8C4727084 - 9C2ND1120NR008149 - 9C2KF3400NR009870 - 99Z0G2203LR888051 - 9C2KC2210RR003263 - 9C2KF3470MR001170 - 8AP17206LB2180481 - 8A1BB8205EL692414 - 9BGTT75B04C170152 - 93YRBB003KJ561206 - 9BWAA05W7AP080586 - KL1GM5EU8DB015567 - 95PJN81EPHB100825 - JMYXLGF4WJZA00220 - 99Z0C3002RZ928164 - 9BD17301A84216961 - 9BD15822AD6855123 - 9BGKD48U0MB254897 - 9BD265122E9015879 - 98822611XJKB65769 - 8AGSN19109R150701 - 9350WNFX1NB553352 - 9BGKL48U0LB137018 - 9BWAB45U4NT048517 - 8AFPZZFHA9J230680 - 9BWAA05UXDP060240 - 9BGRZ0810AG115633 - 8AJFY29G1D8538419 - 9BGJC69Z0FB103888 - 3GNCJ8CW4GL132742 - 9BGEB69H0RG168171.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.